



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA/UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
PROGRAMA REGIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO E MEIO AMBIENTE

AMANDA BRAGA DE MELO FADIGAS

**AS MARISQUEIRAS E A RESERVA EXTRATIVISTA
ACAÚ-GOIANA: uma análise de práticas participativas para
a conservação do ambiente.**



João Pessoa – PB

2009

AMANDA BRAGA DE MELO FADIGAS

**AS MARISQUEIRAS E A RESERVA EXTRATIVISTA ACAÚ-
GOIANA: uma análise de práticas participativas para a conservação
do ambiente.**

Dissertação apresentada ao Programa Regional de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente – PRODEMA, Universidade Federal da Paraíba, Universidade Estadual da Paraíba em cumprimento às exigências para obtenção de grau de Mestre em Desenvolvimento e Meio Ambiente.

Orientador(a): Prof^ª. Dr^ª Loreley Gomes Garcia

João Pessoa – PB

2009

Ficha Catalográfica - Fábio Andrade Gomes CRB-5/1513

F145m Fadigas, Amanda Braga de Melo
 As marisqueiras e a Reserva Extrativas Acaú-Goiana
 [manuscrito]: uma análise de práticas participativas para a
 conservação do ambiente. / Amanda Braga de Melo Fadigas. –
 João Pessoa, 2009.
 178 f.
 Digitado (fotocópia).
 Orientador(a): Prof^a. Dr^a. Loreley Gomes Garcia.
 Dissertação (mestrado) - Programa Regional de Pós-
 Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente. Universidade
 Federal da Paraíba/Universidade Estadual da Paraíba, 2009.
 1. Processos Participativos. 2. Ações Ambientais Coletivas.
 3. Marisqueiras. 4. Gênero e Ambiente. 5. Reserva Extrativista. I.
 Universidade Federal da Paraíba/Universidade Estadual da
 Paraíba. Programa Regional de Pós-Graduação em
 Desenvolvimento e Meio Ambiente. II. Título. III. Subtítulo.

CDU: 502.34-55.2(813.3/.4)

AMANDA BRAGA DE MELO FADIGAS

AS MARISQUEIRAS E A RESERVA EXTRATIVISTA ACAÚ- GOIANA: uma análise de práticas participativas para a conservação do ambiente.

Dissertação apresentada ao Programa Regional de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente – PRODEMA, Universidade Federal da Paraíba, Universidade Estadual da Paraíba em cumprimento às exigências para obtenção de grau de Mestre em Desenvolvimento e Meio Ambiente.

Aprovado em: ___/___/___

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Loreley Gomes Garcia
(Orientadora – CCHLA/UFPB)

Prof. Dr. Ricardo de Sousa Rosa
(Examinador Interno)

Prof. Dr. Manoel Alexandre Cavalcante Belo
(Examinador Externo)

Profa. Dra. Idalina Maria Freitas Lima Santiago
(Examinadora Suplente)

AGRADECIMENTOS

Aos meus pais, Irene e Jorge, que sempre acreditaram e apoiaram minhas escolhas.

Às minhas irmãs, Sara e Larissa, por seu apoio incondicional.

À minha nova família, Clara, Vinícius e Thiago, com seu carinho e auxílio nos momentos certos.

Ao meu companheiro para todos os momentos, Jose Luis.

À minha orientadora, Loreley Garcia, por ter aceitado o convite para me orientar nessa caminhada, sempre ao meu lado e iluminando os instantes mais incertos.

Aos professores Alexandre Belo e Ricardo Rosa, por estarem compondo a banca e pela atenção dada ao meu trabalho.

Aos professores Gustavo Lima e Malva Medina, pela atenciosa contribuição.

À equipe técnica responsável pela criação da Resex Acaú-Goiana, em particular os professores Gilson Moura e Andrea Ciacchi.

Aos meus colegas e parceiros de PRODEMA, sempre unidos nestes dois anos, visando o sucesso de todos.

Aos meus amigos, que mesmo distantes e em todos os lugares deste planeta estiveram ao meu lado.

Ao PRODEMA e seus membros, por esta oportunidade de crescimento pessoal e profissional.

Às marisqueiras de Acaú e Goiana, em especial Luzia, Lourdinha, Verinha, Bana e Dete, pela inestimável contribuição e aprendizado.

Por fim, agradeço ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, CNPq, pelo apoio institucional e financeiro que possibilitou todas essas conquistas.

“A inquietude não deve ser negada, mas remetida para
novos horizontes e se tornar nosso próprio horizonte”
Edgar Morin

RESUMO

A ampliação dos espaços democráticos no Brasil tem viabilizado a gestão compartilhada dos recursos naturais por meio dos processos participativos. As Unidades de Conservação formam parte de um conjunto de instrumentos que a Política Nacional do Meio Ambiente adota para a gestão dos recursos naturais, e, desde o início dos anos 90, vêm experimentando inserir os processos participativos em suas etapas de criação, implantação e gestão, principalmente no caso das reservas extrativistas, categoria que traz a participação como um princípio essencial de sua existência. Esse cenário dá lugar ao surgimento de novos atores sociais e reivindicações mais complexas, como se vê no histórico de luta das mulheres, grupo social por vezes à margem dos processos decisórios. As mulheres têm assumido um papel diferenciado, pautando novos espaços equitativos, que ampliem o debate sobre a sustentabilidade dos processos ecológicos essenciais para a sua subsistência. Neste sentido, o estudo buscou analisar a contribuição dos espaços decisórios participativos, do processo de criação da Reserva Extrativista Acaú-Goiana, no fortalecimento da cidadania exercida pelas marisqueiras em prol da conservação do ambiente, com a finalidade de diagnosticar se a participação dos diferentes atores, como suas especificidades, nos processos decisórios em unidades de conservação, garante uma gestão ambiental mais equitativa e participativa. Para isso, foram estudadas as comunidades de marisqueiras de Carne de Vaca (PE) e Acaú (PB) e o processo de criação da Resex Acaú-Goiana. Foram então realizadas: (i) pesquisa de campo, coletando dados através da observação dirigida; entrevistas informais e entrevistas abertas e semi-abertas; (ii) observação, reconhecimento e acompanhamento das reuniões com a produção de diários de campo, registros fotográficos e gravação em áudio; (iii) análise documental do processo administrativo de criação da Resex, dos arquivos em áudio do IBAMA, da revisão bibliográfica e da revisão legislativa. Como resultado, verificamos dentre outros pontos, o perfil da marisqueira e da mariscagem em relação aos aspectos sócio-culturais e ambientais; a organização e ações comunitárias para a criação da Resex; a composição e execução dos espaços decisórios da Resex; as contribuições das marisqueiras para as fases de implantação e gestão da resex. Os resultados evidenciaram o papel das mulheres no contexto da participação, tanto como gestoras do ambiente que também fomentam uma rede local de informações, dando suporte aos espaços participativos, como no caso das marisqueiras, ou ainda no caso das lideranças comunitárias, pescadoras em sua maioria, que representam os interesses da comunidade pesqueira, como a conservação da zona estuarina. Portanto, a iniciativa das marisqueiras, que convivem diariamente com o estuário e o mangue, observando cada alteração que ocorre no ambiente, foi vital para a criação da Resex, e dessa forma o ambiente ganhou importantes parceiros para a sua conservação. Por fim, cabe concluir que as marisqueiras têm nesta área protegida um importante instrumento de empoderamento, que proporciona e fortalece as oportunidades de debate, dando voz às ações ambientais rotineiramente desempenhadas por estas mulheres, que contribuirão para uma gestão diferenciada da Resex Acaú-Goiana.

Palavras-chave: Processos Participativos, Ações Ambientais Coletivas, Marisqueiras, Gênero e Ambiente, Reserva Extrativista.

ABSTRACT

The expansion of Brazilian democratic spaces has enabled shared management of natural resources through participatory processes. The Conservation Units are part of a set of instruments that the National Environmental Policy adopts for the management of natural resources. Since the beginning of the 90s, they have endeavored to include participatory processes in the various stages of creation, establishment and management, chiefly in the case of extractive reserves, a category that holds participation as an essential principle of its existence. This scenario enables the emergence of new social players and more complex claims, as can be seen from the history of women's struggle, a social group often marginalized from decisory processes. Women have assumed a differentiated role, determining new equitable spaces that expand discussions on the sustainability of ecological processes essential for their subsistence. In this connection, the study seeks to analyze the contribution of participatory decisory spaces, the creation process of Acaú-Goiana Extractive Reserve, and the strengthening of citizenship, as exercised by *marisqueiras* [shellfish gatherers] on behalf of environmental preservation, for the purpose of diagnosing whether the participation of the various players, as well as their specificities in the decisory processes in conservation units, ensures a more equitable and participatory environmental management. To this purpose, studies were conducted on the *marisqueiras* communities of Carne de Vaca (PE) and Acaú (PB), as well as on the creation process of Acaú-Goiana Extractive Reserve. The following work was undertaken: (i) field research, data collection through directed observation, and informal, open and semi-open interviews; (ii) observation, recognition and follow-up of meetings, with the production of field journals, photographs and audio recordings; (iii) documentary analysis of the administrative process for the creation of the Extractive Reserve, of the IBAMA [Brazilian Institute of the Environment and Natural Renewable Resources] files, and bibliographical and legislative review. As a result, among other points, we verified the *marisqueira* and shellfish collection profiles in relation to the socio-cultural and environmental aspects; the organization and community actions for the creation of the Extractive Reserve; the structure and enforcement of the decisory processes of the Reserve; and the contributions of the *marisqueiras* toward the establishment and management phases of the Reserve. The results showed the role of women within a participatory context, not only as manageresses of the environment, who also encourage a local information network, providing backing for the participatory spaces, but also as *marisqueiras* or community leaders – fisherwomen mostly – who represent the interests of the fishing community, such as the preservation of the estuarial zone. Therefore, the initiative of the *marisqueiras* in their daily lives in the estuary and mangrove, observing each alteration to the environment, was crucial for the creation of the Extractive Reserve, thus endowing the environment with major partners for its preservation. Finally, the *marisqueiras* of this protected area possess an important instrument of empowerment, providing and strengthening opportunities for debate, and giving voice to the environmental actions habitually performed by these women, who will contribute towards a differential management of Acaú-Goiana Extractive Reserve.

Keywords: participatory processes, collective environmental actions, *marisqueiras*, gender and the environment, extractive reserve.

LISTA DE SIGLAS

CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamentos de Pessoal de Nível Superior
CF	Constituição Federal Brasileira
CNPT	Centro Nacional de Populações Tradicionais
CPNJ	Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica
CPRH	Companhia Pernambucana de Recursos Hídricos
CPP	Conselho Pastoral dos Pescadores
FUNAI	Fundação Nacional do Índio
FUNTEPE	Fundo de Terra do Estado de Pernambuco
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICM	Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INSS	Instituto Nacional de Seguridade Social
INTERPA	Instituto de Terras da Paraíba
IUCN	International Union for Conservation of Nature
MMA	Mulheres e Meio Ambiente
ONG	Organização não Governamental
PB	Paraíba
PE	Pernambuco
PL	Projeto de Lei
PNMA	Política Nacional do Meio Ambiente
PRODEMA	Programa Regional de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente
RESEX	Reserva Extrativista
SEAP	Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca
SNUC	Sistema Nacional de Unidades de Conservação
UC	Unidades de Conservação
UFPB	Universidade Federal da Paraíba
WWF	Worldwide Fund for Nature

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 – LOCALIZAÇÃO DE ACAÚ E CARNE DE VACA.....	86
FIGURA 2 – CARACTERIZAÇÃO ACAÚ/PB.....	87
FIGURA 3 - CARACTERIZAÇÃO ACAÚ/PE.....	87
FIGURA 4 - IMAGEM DE SATÉLITE DA DISPOSIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS DESENVOLVIDAS NAS PROXIMIDADES DO ESTUÁRIO DOS RIOS GOIANA E MEGAÓ.....	93
FIGURA 5 - CANAVIAL NA MARGEM PERNAMBUCANA DO ESTUÁRIO.....	94
FIGURA 6 - CANAVIAL NA MARGEM PARAIBANA DO ESTUÁRIO.....	94
FIGURA 7 - INDÚSTRIA DE CIMENTO POR UMA DAS VIAS DE ACESSO	95
FIGURA 8 - INDÚSTRIA DE CIMENTO DA FOZ DO ESTUÁRIO.....	95
FIGURA 9 - GRUPO DE MARISQUEIRAS COM FILHOS NO ESTUÁRIO.....	102
FIGURA 10 - CASAS TÍPICAS DE MARISQUEIRAS DE ACAÚ.....	103
FIGURA 11 - CASAS TÍPICAS DE MARISQUEIRAS DE CARNE DE VACA.....	103
FIGURA 12 - MARISCO COM CONCHA ABERTA E FECHADA.....	112
FIGURA 13 - MARISCO EM TAMANHO DIVERSO SELECIONADO POR APETRECHO DE PESCA.....	112
FIGURA 14 - CARACTERIZAÇÃO DAS CROAS NA MARÉ BAIXA.....	113
FIGURA 15 - COLETA DO MARISCO COM AS MÃOS.....	115
FIGURA 16 - COLETA DO MARISCO COM PUÇÁ.....	115
FIGURA 17 - MADEIRA REAPROVEITADA.....	116
FIGURA 18 – CATEMBA.....	116
FIGURA 19 - COZIMENTO DO MARISCO.....	116
FIGURA 20 - DEBULHAGEM COM AS MÃOS.....	117
FIGURA 21 - DEBULHAGEM COM PENEIRA.....	117
FIGURA 22 - “CARNE” DO MARISCO DEBULHADA.....	118
FIGURA 23 - VENDA DE MARISCO EM CASA DE MARISQUEIRA DE ACAÚ- PB.....	119
FIGURA 24 - VENDA DE MARISCO EM CASA DE MARISQUEIRA DE CARNE DE VACA – PE.....	119
FIGURA 25 - MARISQUEIRA SE PREPARANDO PARA O TRABALHO NAS CROAS.....	123
FIGURA 26 - MARISQUEIRA VOLTANDO DAS CROAS COM O MARISCO.....	123
FIGURA 27 - MAPA DA RESERVA EXTRATIVISTA ACAÚ-GOIANA.....	160

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 -JUSTIFICATIVA APRESENTADA PELAS MARISQUEIRAS PARA A CARÊNCIA DE AÇÕES FRENTE AO DANO AMBIENTAL.....	97
TABELA 2 - CATEGORIA DE REGULAMENTAÇÃO JURÍDICA DO MEIO AMBIENTE A COMUNIDADE APONTADA PELAS MARISQUEIRAS.....	99
TABELA 3 - FAIXA ETÁRIA NA QUAL AS MARISQUEIRAS TIVERAM O PRIMEIRO CONTATO COM A ATIVIDADE DA MARISCAGEM.....	101
TABELA 4 - ESTADO CIVIL DAS MARISQUEIRAS.....	102
TABELA 5 - GRAU DE ESCOLARIDADE DAS MARISQUEIRAS.....	103
TABELA 6 – LOCALIZAÇÃO DA RESIDÊNCIA DAS MARISQUEIRAS.....	104
TABELA 7 – DESTINO DOS EFLUENTES DOMÉSTICOS DAS RESIDÊNCIAS DAS MARISQUEIRAS.....	104
TABELA 8 – TRATAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS RESIDENCIAIS DAS MARISQUEIRAS.....	105
TABELA 9 – TRATAMENTO DA ÁGUA POTÁVEL CONSUMIDA PELAS MARISQUEIRAS.....	105
TABELA 10 - DISTRIBUIÇÃO DE MARISQUEIRAS ASSOCIADAS A GRUPOS COMUNITÁRIOS.....	130
TABELA 11 - COMPREENSÃO DAS MARISQUEIRAS SOBRE O TEMA RESERVA EXTRATIVISTA.....	163
TABELA 12 - REPRESENTAÇÃO DO IBAMA PELA VISÃO DAS MARISQUEIRAS.....	167

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 - CARACTERÍSTICAS DA RESERVA EXTRATIVISTA BASEADA NA LEI Nº 9.985 DE 2000.....	53
QUADRO 2 - PRINCIPAIS DIFICULDADES ENCONTRADAS POR GRUPOS DE INTERESSES EM ESPAÇOS DECISÓRIOS NA ESFERA AMBIENTAL.....	70
QUADRO 3 - TAREFAS EXERCIDAS PELAS MARISQUEIRAS EM UM DIA DE PESCA.....	107
QUADRO 4 – A PRODUÇÃO PER CAPITA DE QUILOS DE “CARNE” DE MARISCO RECOLHIDOS EM UM DIA DE TRABALHO EM AMBAS AS COMUNIDADES.....	124
QUADRO 5 – A PRODUÇÃO PER CAPITA DE QUILOS DE “CARNE” DE MARISCO RECOLHIDOS EM UM DIA DE TRABALHO POR MARISQUEIRAS DE ACAÚ.....	125
QUADRO 6 – A PRODUÇÃO PER CAPITA DE QUILOS DE “CARNE” DE MARISCO RECOLHIDOS EM UM DIA DE TRABALHO POR MARISQUEIRAS DE CARNE DE VACA.....	125
QUADRO 7 - VALOR DE MERCADO DE 1KG “CARNE” DE MARISCO EM AMBAS AS COMUNIDADES.....	125
QUADRO 8 - VALOR DE MERCADO DE 1KG “CARNE” DE MARISCO NA COMUNIDADE DE ACAÚ.....	125
QUADRO 9 - VALOR DE MERCADO DE 1KG “CARNE” MARISCO NA COMUNIDADE DE CARNE DE VACA.....	125
QUADRO 10 – RENDA SEMANAL DA MARISQUEIRA E COMPANHEIRO EM AMBAS AS COMUNIDADES.....	126
QUADRO 11 - RENDA SEMANAL DA MARISQUEIRA E COMPANHEIRO EM ACAÚ.....	126
QUADRO 12 - RENDA SEMANAL DA MARISQUEIRA E COMPANHEIRO EM CARNE DE VACA.....	127
QUADRO 13 – GRUPOS COMUNITÁRIOS ELENCADAS PELAS MARISQUEIRAS.....	129
QUADRO 14 – DESCRIÇÃO CRONOLÓGICA DOS FATOS QUE CONSTITUEM O PROCESSO DE CRIAÇÃO DA RESEX ACAÚ-GOIANA.....	135

QUADRO 15 – EXPECTATIVAS PARA AS PRÓXIMAS ETAPAS DA RESEX ACAÚ-GOIANA.....	164
---	------------

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	16
2. PARTICIPAÇÃO: ELEMENTO-CHAVE DAS AÇÕES AMBIENTAIS COLETIVAS	21
2.1 O EXERCÍCIO DA CIDADANIA NA ESFERA AMBIENTAL.....	21
2.2 QUANDO ELAS SÃO ‘OS ATORES’: PARTICIPAÇÃO NAS AÇÕES AMBIENTAIS COLETIVAS.....	26
3. GÊNERO E AMBIENTE	31
3.1 GÊNERO E MEIO AMBIENTE.....	31
3.2 A INVISIBILIDADE DA MULHER EM RELAÇÃO AO MANEJO DOS RECURSOS NATURAIS.....	38
3.3 PESCANDO NOVOS PARADIGMAS.....	39
3.4 CONTRIBUIÇÕES DOS ESTUDOS DE GÊNERO E AMBIENTE PARA OS PROCESSOS PARTICIPATIVOS EM ÁREAS PROTEGIDAS.....	45
4. AS RESERVAS EXTRATIVISTAS E A PARTICIPAÇÃO NOS ESPAÇOS DECISÓRIOS	49
4.1 ASPECTOS GERAIS DAS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO.....	49
4.2 AS RESERVAS EXTRATIVISTAS.....	51
4.3 AS RESERVAS EXTRATIVISTAS DE RECURSOS PESQUEIROS	60
4.4 PROCESSOS PARTICIPATIVOS EM RESERVAS EXTRATIVISTAS	63
5. METODOLOGIA	72
5.1 DELIMITAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO.....	72
5.2 O ENFOQUE NAS MARISQUEIRAS.....	73
5.3 PESQUISA DE CAMPO E ANÁLISE DOS DADOS.....	74
5.4 PESQUISA BIBLIOGRÁFICA.....	81
6. RESULTADOS	82
6.1 DESCRIÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO.....	82

6.1.1 Os municípios de Pitimbú e Goiana.....	82
6.1.2 As comunidades de Acaú e Carne de Vaca.....	86
6.2 OS RECURSOS NATURAIS E PRINCIPAIS CAUSAS DA DEGRADAÇÃO AMBIENTAL.....	90
6.2.1 Panorama geral dos recursos pesqueiros da região estuarina dos rios Goiana e Megaó.....	90
6.2.2 O cenário atual de degradação ambiental e suas conseqüências para a pesca artesanal no estuário dos rios Goiana e Megaó.....	92
6.2.3 A atuação da comunidade pesqueira frente ao dano ambiental.....	97
6.2.4 Alguns instrumentos para ações preventivas na comunidade.....	98
6.3 CARACTERIZAÇÃO DA MARISQUEIRA.....	99
6.3.1 Conceito.....	99
6.3.2 Informações gerais sobre as marisqueiras.....	101
6.3.3 Condições de moradia.....	103
6.3.4 A profissão.....	106
6.3.5 A jornada diária de trabalho.....	107
6.3.6 Participação da marisqueira na comunidade.....	108
6.3.7 Os perfis das marisqueiras em relação à sua atuação no estuário.....	109
6.4 CARACTERIZAÇÃO DA MARISCAGEM.....	112
6.4.1 Características.....	112
6.4.2 Quem marisca?.....	123
6.4.3 Divisão dos benefícios.....	124
6.4.4 Direitos trabalhistas e previdenciários.....	128
6.5 ORGANIZAÇÃO COMUNITÁRIA E PARTICIPAÇÃO SOCIAL.....	129
6.5.1 Os grupos.....	129
6.5.2 Qualificando o associativismo.....	131
6.6 O PROCESSO DE CRIAÇÃO DA RESERVA EXTRATIVISTA ACAÚ-GOIANA.....	131
6.6.1 O histórico do processo de criação da Reserva Extrativista Acaú-Goiana.....	131
6.6.2 Identificando grupos e atores envolvidos na criação da Resex	

Acaú-Goiana.....	138
6.6.3 A ameaça ao equilíbrio do estuário dos rios Goiana e Megaó.....	140
6.6.4 O requisito da solicitação formal	144
6.6.5 O parecer técnico	145
6.6.6 As Consultas Públicas.....	154
6.6.7 O decreto, a criação.....	158
6.7 A FASE DO PÓS-CRIAÇÃO.....	162
6.7.1 O que se pode esperar para a gestão da Resex.....	163
6.7.2 IBAMA x ICM x Comunidade.....	165
7. CONCLUSÃO.....	169
8. REFERÊNCIAS.....	172

1. INTRODUÇÃO

A ampliação dos espaços democráticos no Brasil tem viabilizado a gestão compartilhada dos recursos naturais por meio dos processos participativos. Esse paradigma, que se iniciou a pouco mais de duas décadas, revela a sociedade civil e suas entidades como novos gestores ambientais competentes para debater sobre os temas que dizem respeito ao equilíbrio dos sistemas naturais (BAQUEIRO, 2001; DAGNINO, 2004).

A partir deste marco, a sociedade é parte legítima na execução da política ambiental com prerrogativas para questionar a infalibilidade do Estado e os mecanismos de mercado, no que se refere à tomada de decisões na gestão ambiental. Desse modo, além da sociedade compartilhar a gestão do ambiente com o Estado, também está investida do direito de questionar as decisões unilaterais tomadas por este, o que legitima e democratiza a política ambiental brasileira (OLIVIERI; FLORITI, 1996; SANTOS, 2005).

As Unidades de Conservação formam parte de um conjunto de instrumentos que a Política Nacional do Meio Ambiente adota para a gestão dos recursos naturais e, desde o início dos anos 90, vêm experimentando inserir os processos participativos em suas etapas de criação, implantação e gestão, principalmente no caso das reservas extrativistas, categoria que traz a participação como um princípio essencial de sua existência.

Esse cenário dá lugar ao surgimento de novos atores sociais e reivindicações mais complexas, como se vê no histórico de luta das mulheres. Este grupo social, por vezes à margem dos processos decisórios, busca cada vez mais a consagração dos seus direitos civis, políticos e sociais, ao mesmo tempo em que vem sendo reconhecido por

contribuir com ações para a conservação do ambiente (ARAÚJO, 2001; MORAES, 2003).

Assim, as mulheres têm assumindo um papel diferenciado, pautando novos espaços equitativos que ampliem o debate sobre a sustentabilidade dos processos ecológicos essenciais à sua subsistência (AGARWAL, 2001; AGUILAR *et al* 2002).

Inseridas neste contexto, as marisqueiras que vivem e trabalham na divisa entre Paraíba (PB) e Pernambuco (PE) iniciaram discussões a partir de 1999 sobre a necessidade de proteger os bancos de mariscos onde realizam a atividade da coleta. As preocupações trazidas por essas *atrizes sociais* ao poder público envolviam principalmente o receio de que as atividades econômicas desenvolvidas na área pudessem inviabilizar o equilíbrio do ecossistema estuarino, ambiente do qual depende a sobrevivência econômica e a manutenção das tradições culturais do grupo.

Após solicitar ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) a proteção da área estuarina, foi instaurado um longo processo administrativo para a criação de uma reserva extrativista na área. Fundamentada nas prerrogativas legais, fornecidas pelo Sistema Nacional de Unidades de Conservação e legislações correspondentes, esta fase de criação da Resex incluiu estudos técnicos e, principalmente, o fomento de espaços públicos participativos. Assim, em 26 de setembro de 2007 é criada, através de Decreto Federal, a Reserva Extrativista Acaú-Goiana, localizada na região estuarina dos rios Goiana e Megaó, entre a divisa dos estados da Paraíba e Pernambuco.

Este trabalho abrange o processo de criação da Resex Acaú-Goiana que fomentou a discussão local de novos processos participativos, proporcionando à sociedade, como um todo, conhecer o papel designado pelo Sistema Nacional de Unidades de Conservação – SNUC – aos grupos sociais. No caso específico, os

principais *stakeholders* são as marisqueiras e toda a comunidade pesqueira da região, o Instituto Chico Mendes e a sociedade urbano-industrial.

A formação desse contexto permite ainda compreender alguns princípios do Direito Ambiental, como o da participação e da informação, bem como sua influência direta na legitimação de uma Unidade de Conservação. Outro campo de discussão que se cria, diz respeito à inserção da questão de gênero na gestão dos recursos naturais.

Com isto, este estudo fundamenta sua relevância em diversas áreas de interesse da sociedade contemporânea.

O principal enfoque do trabalho está voltado para as marisqueiras da região enquanto atores sociais e políticos. Este fato se deve a dois motivos, primeiro porque as marisqueiras formam um grupo que garante de forma significativa parte do sustento de suas famílias, exercendo uma jornada diária de trabalho de 08 a 10 horas em média, constituindo assim um grupo com expressivo poder econômico local.

Além disso, as marisqueiras são responsáveis pelo provimento de grande parcela dos recursos pesqueiros, os quais são comercializados nas feiras e mercados e consumidos pela população, veranistas e turistas da região. As marisqueiras da Reserva Extrativista Acaú-Goiana estão estimadas em aproximadamente 300 mulheres, compondo significativamente o cenário da pesca artesanal local.

Modelos propostos por instituições internacionais, como a *International Union for Conservation of Nature* (IUCN), para a gestão de áreas protegidas destacam que a política ambiental se fortalece na medida em que a perspectiva “gênero-ambiente” é contemplada em seus planos de ação. É justamente neste ponto que se sobressai a relevância deste estudo.

Entendemos que ainda é insuficiente a produção de pesquisa que aborda a temática da participação das mulheres na esfera do meio ambiente. Isto se torna ainda

mais evidente se entramos no universo das pescadoras e seus aspectos da relação sociedade-natureza, da organização social, da atuação nos espaços decisórios e das práticas de manejo diferenciadas na gestão dos recursos naturais.

Procuramos então verificar a hipótese de que a participação de diferentes atores nos processos decisórios em unidades de conservação, garante uma gestão ambiental mais equitativa e participativa.

A reserva extrativista (resex) é um modelo de UC que convoca a sociedade ao debate. Porém, por ser instrumento relativamente recente, a resex ainda está se adaptando às especificidades dos diversos biomas brasileiros, do contexto ambiental ao econômico, e às novas subjetividades, como no caso da Resex Acaú-Goiana, cuja característica preponderante é a participação das marisqueiras.

As etapas subsequentes de implantação da resex pressupõem a formação do conselho deliberativo da UC e a formação do plano de manejo da área. Considerando que o estuário é utilizado por diferentes agentes de manejo – pescadores e **marisqueiras** – é necessário que sejam investigadas as diversas possibilidades para a gestão e manejo da resex, trazendo aos grupos locais e ao Instituto Chico Mendes informações que subsidiem a gestão ambiental da área.

Assim, o objetivo geral deste trabalho é analisar a contribuição dos espaços decisórios participativos, do processo de criação da Reserva Extrativista Acaú-Goiana, no fortalecimento da cidadania exercida pelas marisqueiras em prol da conservação do ambiente.

Dentre os objetivos específicos, o trabalho pretende compreender a percepção das marisqueiras sobre o meio ambiente e temas transversais, considerando os aspectos socioculturais, econômicos, políticos e de gênero. Também tem por escopo identificar o nível de organização social das marisqueiras e o desempenho desses grupos e suas

lideranças na criação da resex. Do mesmo modo objetiva examinar a contribuição das marisqueiras para a gestão da resex, através de suas práticas de manejo dos recursos naturais e organização diferenciada.

Este trabalho está ainda designado a investigar o cumprimento das diretrizes dos instrumentos legais (SNUC e demais legislações) durante o processo administrativo de criação da reserva. E, por fim, pretende verificar o grau de parceria entre as marisqueiras de Acaú e Goiana com o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) e o Instituto Chico Mendes (ICMBio).

2. PARTICIPAÇÃO: ELEMENTO-CHAVE DAS AÇÕES AMBIENTAIS COLETIVAS

2.1 O exercício da cidadania ativa na esfera ambiental

Com o advento da Política Nacional do Meio Ambiente, instaurada em 1981 pela Lei nº 6.938, surge um amplo conceito legal¹ para meio ambiente, o qual não evidencia nenhuma espécie em detrimento da outra, trazendo assim uma importante prerrogativa ao Direito Ambiental, que tem o caráter de preservar a vida, pois, há de se perseguir a salubridade do ambiente independentemente da população² que será beneficiada.

No entanto, todo e qualquer agrupamento humano dependente diretamente do ambiente. Podemos afirmar que os indivíduos, sejam estes pertencentes a comunidades ribeirinhas ou populações urbanas, necessitam essencialmente do equilíbrio do ambiente para manter seu modo de vida.

Porém, a recíproca não é verdadeira, significando que o ambiente não depende dos indivíduos humanos para sua existência. Podemos ponderar apenas que a atuação de um grupo sobre o ambiente afeta seu funcionamento, positivamente na medida em que os indivíduos realizam o manejo adequado dos recursos, ou negativamente quando prevalece o cenário da exploração desenfreada³.

¹ O conceito de meio ambiente dado pelo inciso I, art. 3º da Lei 6.938/81 foi “[...] o conjunto de condições, leis, influências e interações de ordem física, química e biológica, que permite, abriga e rege a vida em todas as suas formas;”.

² Neste caso estamos considerando o conceito ecológico de Odum e Barret (2007, p.05) para população, conforme descrevem: “Em ecologia, o termo **população**, originalmente cunhado para denotar um grupo de pessoas, foi ampliado para incluir grupos de indivíduos de qualquer tipo de organismo. Do mesmo modo, **comunidade**, no sentido ecológico (algumas vezes designada como “comunidade biótica”), inclui todas as populações que ocupam uma certa área. A comunidade e o ambiente não vivo funcionam juntos, como um sistema ecológico ou **ecossistema**.” (grifo nosso).

³ Esta relação existente entre o ambiente e um grupo de indivíduos está em uma situação de constante vulnerabilidade, o que se deve ao fato de existir a todo instante uma infinidade de atividades humanas que, mesmo subordinadas à legislação ambiental, estão sujeitas a cometerem erros ou sofrerem acidentes gerando o dano. A Lei nº 6.938 de 1981 descreve em seu artigo 3º como dano a degradação da qualidade ambiental que altera as características normais do meio ambiente.

Essa dependência dos indivíduos em relação ao ambiente gera, portanto, a responsabilidade por discutir as questões ambientais, uma vez que este ambiente é elemento essencial para a vida de todos.

Deste modo, o meio ambiente será aqui considerado como um ‘macrobem’, o que permite entender as questões ambientais como um ‘todo’ e não de forma fragmentada, uma vez que, na natureza florestas e mares, por exemplo, não estão limitados como bens corpóreos. (ANTUNES, 2005; OLIVEIRA; GUIMARÃES, 2004; VIEIRA; BREDARIOL, 1988).

Assim, elevamos o meio ambiente a assunto de interesse difuso, uma vez que a salubridade do ambiente, ente indivisível, atinge de maneira dispersa e indeterminável a todos, não podendo atribuir qualquer tipo de exclusividade, o que legitima não apenas o Poder Público, mas também o cidadão a promover sua tutela (NORGAAND, 1999; RODRIGUES, 2006).

Essa concepção dos direitos ou interesses difusos; que são entendidos legalmente como direitos “transindividuais, de natureza indivisível, de que sejam titulares pessoas indeterminadas e ligadas por circunstâncias de fato”⁴ (BRASIL, 1990); surge com a promulgação da Constituição Federal do Brasil de 1988 e do então processo de restauração da democracia no país, consagrando e ampliando os direitos civis⁵, políticos⁶ e sociais⁷.

⁴ Os direitos ou interesses difusos recebem essa conceituação no artigo 81, Parágrafo única, inciso I do Código de Defesa do Consumidor brasileiro, sancionado pela Lei nº 8.078 de 11 de setembro de 1990.

⁵ Os direitos civis se consolidam a partir do século XVII com o advento da Revolução Inglesa (1640-1688). O Estado passa a ser regido pelo *Bill of Rights*, dando início ao Estado de Direito. Entra em cena a cidadania liberal, acabando com a figura do súdito, que significava a figura dos deveres, e nasce a figura do cidadão, ou seja, aquele portador de direitos (MONDAINI, 2003).

⁶ No fim do século XVIII os direitos políticos são reformulados, primeiro pela Revolução Americana de 1776 que trouxe a igualdade e a liberdade como direitos inalienáveis e pilares para a formação de uma nação. Em seguida, a Revolução Francesa (1789) efetiva os direitos civis e políticos, estando o indivíduo apto a gozar dos direitos descritos na Declaração de 1789, prioritariamente aqueles que se referem à condição natural de ser humano e à associação política (ODALIA, 2003).

⁷ Nos Século XIX e XX é questionado o direito de se associar e ter condições socioeconômicas mínimas para poder reivindicar. Inicialmente o processo de conquista dos direitos sociais se centra na Europa Ocidental fruto da Revolução Industrial (XVIII-XIX) e tem como principal protagonista a massa de

Os assuntos tratados pelos direitos difusos giram em torno não mais do indivíduo, mas sim do coletivo⁸, como o povo ou a própria humanidade, o que justifica a descrição do artigo 225, *caput*, da Constituição Federal (VIEIRA; BREDARIOL, 1998):

Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

Este dispositivo confere ao meio ambiente o status de direito ao mesmo tempo em que gera um dever, tanto ao Estado quanto à sociedade, de atuar em prol da conservação ambiental (ANTUNES, 2005; PEDROSO-JUNIOR; SATO, 2005; VIEIRA; BREDARIOL, 1988).

Contudo, para evitar que tais direitos e deveres se tornem mera demagogia, as questões levantadas pelos interesses difusos devem ser enfrentadas como uma ação política que levaria tais interesses à esfera estatal (ANTUNES, 2005). Esta observação se faz importante, pois nem sempre algo que se considera como ‘interesse difuso’ será tratado como um assunto de ‘interesse público’, como é o caso das questões ambientais.

A afirmação acima se refere à discrepância existente entre o conjunto de demandas sociais e as medidas (não) tomadas pelo Poder Público para recepcionar tais demandas. É necessário que o Estado reconheça a solicitação de ‘interesse difuso’ para que atinja a categoria de ‘interesse público’.

Então, qual seria o elemento preponderante para evitar ou reverter situações de degradação ambiental ante a inação do Poder Público? Sem equívoco algum, o exercício da cidadania é elemento catalisador de ações políticas que impulsionam o cumprimento

trabalhadores absurdamente explorada em prol do crescimento econômico. Surgem conquistas que fortalecem o sentido de ‘coletividade’, como na França (1864) o direito às greves e ao sindicalismo, ou ainda outros avanços na Europa, redução da jornada de trabalho, restrições ao trabalho infantil e reconhecimento de direitos às mulheres. No Brasil os avanços seguem pós 1930 quando é permitido o associativismo, mesmo que os sindicatos estivessem sujeitos ao controle estatal.

⁸ Para Rodrigues (2006) o ente coletivo se trata de sujeitos indetermináveis com interesses dispersos que atingem a um número ilimitado de pessoas, reforçando a “veia pública” dessa categoria de interesse.

da legislação ambiental, e nesse sentido Aguiar descreve que “o sujeito de direitos nas lutas ambientais é o dinâmico sujeito concreto e coletivo, que por sua luta, vai conquistando novos espaços políticos, jurídicos, éticos, e científicos” (2002, p. 31).

A identidade dos grupos sociais é essencial para fortalecer a cidadania exercida coletivamente, na qual a participação se configura como um elemento chave modificador da realidade. A partir das reivindicações pela abertura e garantia de espaços decisórios na gestão das políticas públicas ambientais, se afirma a figura do cidadão ativo, aquele que, conforme Vieira e Bredariol, “portador de direitos e deveres é essencialmente criador de direitos para abrir novos espaços de participação política” (1998, p.35).

Esta cidadania ativa⁹ pressupõe a existência de um Estado livre e democrático, pois, estar ativo enquanto cidadão significa intervir diretamente na sua realidade local, seja propondo leis, exigindo o controle das contas públicas, acessando o Poder Judiciário ou, por fim, reivindicando poder decisório na esfera pública.

De certo modo, a realização de ações ambientais coletivas, por meio da participação política, acaba incitando as deliberações dos representantes do povo, os quais nem sempre se posicionam em prol do ambiente (MIRANDA, 2002; SEMERARO, 1999).

É inegável que a legislação ambiental brasileira é rica em normativas que proporcionam diversos recursos aos cidadãos para que tomem iniciativas de proteção do ambiente. No entanto, sem a ação dos cidadãos, dos atores sociais¹⁰, tamanho amparo

⁹ Ao contrário da cidadania ativa, a cidadania passiva seria aquela outorgada pelo Estado (VIEIRA; BREDARIOL, 1998)

¹⁰ O ordenamento jurídico vigente irá determinar, a depender do assunto e da esfera a ser tratado, quais atores sociais estarão em cena, em alguns momentos a legislação exigirá o envolvimento do Ministério Público ou às procuradorias, aos órgãos estatais executores da política ambiental, porém, em se tratando de meio ambiente, logo interesse difuso, há a necessidade da participação popular.

legal se torna letra morta. Para cumprir com esse papel de protagonista, os atores sociais têm ao seu alcance três ferramentas fundamentais: administrativas, judiciais e populares.

As ferramentas administrativas¹¹ compreendem o zoneamento ambiental, o estudo de impacto ambiental, o licenciamento ambiental e a auditoria ambiental. Por sua vez, as principais ferramentas judiciais¹² dizem respeito à ação popular, à ação civil pública, ao mandado de segurança e ao mandado de injunção.

Já as ferramentas populares se referem às ações reivindicatórias e de conscientização da população local, por meio de grupos sociais como associações de moradores, conselhos populares, organizações não governamentais, sindicatos, redes, enfim, toda a gama de entidades que compõem o movimento socioambiental.

Estes grupos realizam ainda outro importante papel como entidades representativas: o de interlocutor junto ao poder público municipal, estadual e federal, exigindo práticas participativas e o cumprimento de medidas administrativas e/ou judiciais que repercutam positivamente no binômio ‘ambiente-sociedade’ (PENUZZO, 1998).

Ao aplicar qualquer uma das ferramentas apresentadas, os atores sociais impulsionam ações ambientais coletivas, gerando conseqüências que serão “percebidas, interpretadas, confirmadas e levadas em consideração no preparo de ações futuras – não apenas pelas instituições especificamente encarregadas dessas tarefas, mas também por todos os indivíduos e coletividades afetados pelas conseqüências” (JOAS, 1999, p. 141), contribuindo, assim, com a gestão do ambiente.

¹¹ Ver mais em OLIVEIRA, F., GUIMARÃES, F. 2004. Direito, Meio Ambiente e Cidadania: uma abordagem interdisciplinar. São Paulo: Madras.

¹² Ver mais em OLIVEIRA, F., GUIMARÃES, F. 2004. Direito, Meio Ambiente e Cidadania: uma abordagem interdisciplinar. São Paulo: Madras.

2.2 Quando elas são ‘os atores’: participação nas ações ambientais coletivas

O papel dos atores sociais e sua atuação política são essenciais para legitimar uma política ambiental que se aproxime da realidade demandada pelas mudanças no ambiente. Contudo este cenário não pode ser visto de forma homogênea, a começar pelos ‘atores’ sociais, que em muitos casos correspondem a grupos organizados de mulheres reivindicando de forma diferenciada pelas questões ambientais. Há ainda outro fator a ser considerado, o de que para essas mulheres a conquista de sua autonomia civil e política é um paradigma que se inicia apenas no final do século XIX.

Por esta razão se faz necessário rediscutir o que seria cidadania para um grupo historicamente¹³ excluído dos espaços decisórios, e assim compreender como chegaram às reivindicações na esfera ambiental (AGARWAL, 2001; MORAES, 2003).

No caso das mulheres, Saraceno (1995, p. 207) descreve que “[...] a diferença (em relação aos homens-cidadãos) foi política e simbolicamente construída com a noção de cidadania, de tal modo que a sua exclusão aparece na própria origem dessa noção.”

Então nos deparamos com algumas inquietudes: primeiro, o complexo jogo para reverter todo o encargo histórico, cultural e social de exclusão que traz o conceito de cidadania para as mulheres; segundo, a arte de extinguir o conceito ancorado de ‘mulher’ construído culturalmente para elas, significando apenas a mãe e/ou esposa de homens cidadãos.

¹³ Na Grécia Antiga, precisamente nas Cidades-Estado da Antiguidade Clássica, se iniciou os primeiros relatos de práticas cidadinas, contudo era vetada à mulher participação política (GUARINELLO, 2003; SCHERER-WARREN, 1999). Na Roma Antiga, mesmo com a instituição da República e o advento das eleições, as mulheres continuavam excluídas do universo político (FUNARI, 2003; OLIVEIRA; F. GUIMARÃES, 2004). Já com a Idade Moderna, a Revolução Americana (1776) traz a igualdade e a liberdade como direitos inalienáveis e pilares essenciais para a formação da nova nação, contudo as mulheres seguem à margem das decisões, apesar de depois da Independência ter surgido associações que contribuíram para os movimentos feministas e abolicionistas do século XIX (KARNAL, 2003; PINSKY; PEDRO, 2003). É a partir da Revolução Francesa (1789) que as mulheres iniciam grandes contestações, a começar pelo próprio ‘tema’ paradoxal da Revolução, e trazem o questionamento de que elas não estavam inseridas neste conceito de cidadão (ODÁLIA, 2003; PINSKY; PEDRO, 2003). Com isso o final do século XIX e início do século XX se consagram como o período em que ocorreram diversas conquistas para consolidar os direitos das mulheres (PINSKY, PEDRO, 2003).

Algumas autoras são unânimes ao definir os fatores que limitaram e, em alguns casos, ainda limitam o papel político da mulher: a responsabilidade pela unidade familiar e a divisão sexual do trabalho (AGARWAL, 2001; ARAÚJO, 2001; MORAES, 2003; SARACENO, 1995; TABAK, 2002).

No Brasil, as meninas encontravam-se alijadas da educação formal até 1827, quando então tiveram o direito de freqüentar a escola. Todavia o estudo era direcionado somente para o conhecimento e aperfeiçoamento de tarefas voltadas ao lar, o que implica dizer que as meninas eram educadas para serem as futuras ‘senhoras dos lares’. A cultura rotulava e moldava as mulheres como mães e auxiliares dos seus companheiros, responsáveis exclusivas pela organização da casa e da criação dos filhos.

Até a segunda metade do século XX, a subordinação econômica da mulher frente ao marido era evidente e reforçava os conceitos tradicionais da unidade familiar, na qual o homem era o chefe da família.

A vida civil, sem liberdade para as mulheres, encontrava amparo legal no Código Civil Brasileiro de 1916¹⁴, que retirava plenamente a capacidade civil das mulheres com o casamento, submetendo-as ao papel vexatório de solicitar autorização a seus maridos para realizar atos jurídicos. Além disso, o código também previa punições para as mulheres que ousassem autonomia sexual para o próprio corpo.

Por sua vez, os direitos políticos das mulheres se consagraram apenas em 1932, quando as brasileiras conquistaram o direito ao voto, e a partir¹⁵ de então passam a ocupar cargos como representantes, principalmente da política legislativa do país.

Somente em 1962, com o Estatuto Civil da Mulher Casada¹⁶, o cenário de rupturas (no arcabouço legal) se instaura e promove a mulher ao papel de colaboradora

¹⁴ O também denominado Código Civil Antigo foi revogado apenas no ano de 2002 pela Lei nº 10.406 de 10 de janeiro de 2002.

¹⁵ A pesar desta grande conquista em 1934, o cenário de repressão encontrado no país entre os anos de 1964 a 1985 igualou homens e mulheres ao mesmo sistema político que cerceou direitos civis e políticos.

do marido dentro do casamento, equiparando os direitos civis de homens e mulheres dentro da sociedade conjugal.

Em seguida, em 1977, outro importante avanço foi a Lei do Divórcio. Fortemente combatida pela Igreja Católica e entidades conservadoras, que consideram o casamento indissolúvel frente ao seu Deus, esta lei trouxe às mulheres a possibilidade de romper com suas relações conjugais e ainda realizar novos casamentos.

Também sobre os avanços na legislação, a Constituição Federal do Brasil de 1988 deu o grande salto ao equiparar em seu artigo 226 os direitos civis das mulheres aos dos homens, em todos os âmbitos¹⁷. Este princípio da igualdade, que equipara os cidadãos diante dos bens da vida, independentemente da condição sexual à qual pertençam, assegurou os direitos fundamentais individuais às mulheres (FADIGAS, 2006).

Transpor todas essas barreiras levou certo tempo, até que pudessem ter o reconhecimento dos seus direitos individuais e da ampliação da idéia de sujeito de direitos, que não mais deve ser universalizado como um sujeito masculino (MARIANO, 2005; SARACENO, 1995), e conforme Tremblay (2000, p. 340)

[...] the Universal Citizen simply does not exist. In reality, he is a white, male, heterosexual father (*pater familias*) of the upper middle class, who, for example, supports the economic liberalism credo.¹⁸

Porém, apesar dos avanços ocorridos nos últimos tempos no campo da legislação, a realidade ainda parece distante daquele universo idealizado pelas normas jurídicas. Toda a sobrecarga de trabalho e responsabilidade levada a cabo pelas

¹⁶ O Estatuto da Mulher Casada de 1962 também trouxe avanços para aquelas mulheres que viviam com seus parceiros no então denominado concubinato, abrindo precedentes para o reconhecimento de diversos direitos, como os previdenciários (MORAES, 2003).

¹⁷ Contudo até a promulgação do Código Civil de 2002, que consolidou diversos direitos da mulher, os princípios inseridos na CF/88 ficaram à mercê do entendimento e aplicação das normas pelos tribunais.

¹⁸ “O Cidadão Universal simplesmente não existe. Na realidade, ele é um branco, varão, pai heterossexual (*pater familias*), da classe média alta, quem, por exemplo, sustenta a crença do liberalismo econômico.” (TREMBLAY, 2000, p. 340, tradução nossa)

mulheres aponta que mesmo a legalização dos seus direitos de cidadania não foi suficiente para dirimir a iniquidade existente na dinâmica diária de mulheres e homens, principalmente no que concernem as instâncias de representação política (ARAÚJO, 2001; MORAES, 2003; TABAK, 2002). Dessa maneira, Araújo (2001, p. 84) aponta que:

A pressão das mulheres não se concentra apenas no reconhecimento de suas demandas, mas acima de tudo, numa incorporação como atores (atrizes) no cenário de representação e de decisões. [...] A sua entrada como categoria da política vem acompanhada de um conjunto de argumentos orientados para legitimá-las, os quais envolvem concepções estruturantes da identidade de gênero ou do que é ser sujeito político no feminino.

Quando passamos a considerar que elas também são os atores, ou melhor, as *atrizes sociais*, se estabelece outra perspectiva nos processos participativos, inclusive aqueles que envolvem a vertente ambiental.

A partir deste ponto retomamos o discurso de que as ações ambientais têm como pressuposto o caráter coletivo, considerando a participação efetiva e o envolvimento das pessoas, não apenas como indivíduo, mas como uma coletividade, o que exige uma participação indistinta (AGARWAL, 2001). Contudo, em se tratando de espaços públicos e condições ditas equitativas de participação, há ainda outras indagações que devem ser consideradas ao abordar esta temática, como aponta Agarwal (2001):

Does this silence imply that men and women can be treated as identical actors in the process of environmental collective action? Are they similarly affected by such action? Do they have similar motivations and experiences of cooperation? Do they have the same interests and preferences in environmental conservation and face the same constraints in participating?¹⁹

Agarwal (2001) chama atenção para o fato de que o princípio de cooperação, mesmo quando têm por objetivo envolver e beneficiar todos os setores da comunidade, pode cair em um erro comum: excluir grupos significativos como as mulheres. Essa

¹⁹ “Este silêncio implica dizer que homens e mulheres podem ser tratados como atores idênticos nos processos de ações ambientais coletivas? Eles são similarmente afetados por tais ações? Eles têm motivações e experiências de cooperação similares? Eles têm os mesmos interesses e preferências na conservação ambiental e enfrentam as mesmas restrições na participação?” (AGARWAL, 2001, tradução nossa)

lacuna, existente em alguns processos ambientais participativos, desconsidera as mulheres como sujeito de direito e depositárias de uma série de conhecimentos imprescindíveis para o crescimento sustentável (MARTÍNEZ, 2000).

Martínez (2000) descreve sobre as mobilizações cidadãs e as ações políticas promovidas pelas mulheres, trazendo a interpretação de que estas ocorrem fundamentalmente em relação à experiência ou conhecimentos ambientais derivados de seu cotidiano. Para isso define algumas categorias de mobilizações: aquelas em defesa dos recursos que permitem a sobrevivência do grupo familiar em zonas rurais com economia de subsistência; as que enfrentam problemas ambientais, afetando a saúde e a contaminação do ambiente; mobilizações que cobram melhorias na infra-estrutura urbana básica nas cidades; impulsos aos partidos verdes.

Na medida em que essa vertente da equidade vem sendo inserida nos espaços públicos ambientais podemos mensurar a efetividade da 'cidadania', posto que os processos participativos se tornam inviáveis (ou atenderão a apenas um grupo social) enquanto as mulheres estiverem à margem da tomada de decisões e tenham seu acesso limitado ao uso e controle dos recursos, assim como aos benefícios conseqüentes (AGARWAL, 2001).

3. GÊNERO E AMBIENTE

Considerando o cenário atual dos movimentos ambientais, entendemos que as mulheres constituem um importante grupo social que tem se destacado nas ações de cidadania coletiva, e, especificamente, nas ações ambientais. Muitas teorias se constituem para explicar o porquê desta evolução dos fatos, o que instiga os pesquisadores a questionar sobre esse papel diferenciado das mulheres para com o ambiente: Existem realmente tais diferenças? No que consistem? Qual o campo de atuação destes grupos e qual sua contribuição para a gestão do ambiente?

Na tentativa de elucidar estas e outras questões, provocando novos debates, este capítulo pretende realizar uma construção teórica sobre os enlaces existentes entre os subtemas gênero e ambiente.

3.1 Gênero e meio ambiente

Gênero é definido nas ciências sociais (e adotado pelas ciências sociais aplicadas) como uma categoria relacional construída a partir do arbítrio cultural que diferencia as relações sociais entre os sexos, e não obstante sofre variações no espaço e tempo. Para Scott (1990) a concepção de gênero:

[...] se torna, aliás, uma maneira de indicar as “construções sociais”: a criação inteiramente social das idéias sobre os papéis próprios aos homens e às mulheres. É uma maneira de se referir às origens exclusivamente sociais das identidades subjetivas dos homens e das mulheres. O gênero é, segundo essa definição, uma categoria social imposta sobre um corpo sexuado.

A igualdade entre homens e mulheres, apregoada tanto por instrumentos internacionais, tal a Declaração de Direitos Humanos, como por instrumentos nacionais, tal a Constituição Federal Brasileira (CF), se trata meramente de uma igualdade formal e não material, ou seja, não tem afetado a realidade. Isto quer dizer que em diversos povos, mesmo na contemporaneidade, encontramos condicionantes para que homens e

mulheres assumam determinada postura na sociedade, postura esta que lhe é vigiada e cobrada permanentemente.

Estas características que diferenciam os sexos são utilizadas como um argumento para dominar e excluir as mulheres dos processos participativos dentro de sua comunidade, além disso, muitas vivem em desvantagem social e econômica, com liberdades e oportunidades mais restritas (COLOMBARA, 2006; TABAK, 2002;).

O centro de tal processo de exclusão começa no próprio grupo familiar, que não pode ser considerado como um núcleo unitário. Há distinções marcantes que vão desde os interesses pessoais, a propriedade da casa, a distribuição de tarefas domésticas, passando pelo cuidado com os filhos, até o recebimento dos proventos (AGARWAL, 2002; MORAES, 2003). Nas comunidades rurais e pesqueiras estas delimitações de gênero são expostas de forma clara, considerando a relação de distribuição das tarefas laborais, vis-à-vis as tomadas de decisões.

E, justamente no âmbito das comunidades rurais e pesqueiras, que dependem diretamente do acesso e controle dos recursos naturais, se acentua a relação existente entre gênero e ambiente, visto que em virtude da distribuição de tarefas se observa a posição social, voluntária ou obrigatória, ocupada por homens e mulheres e como isto determina a utilização, manejo e conservação dos recursos naturais (AGUILAR; CASTAÑEDA, 2000). Com essa abordagem, o entendimento de que a ligação das mulheres ao ambiente se dá através de uma estrutura de gênero é complementado pela perspectiva da organização de classe produtiva, reprodutiva e distributiva (AGARWAL, 1992; REVELO *et al*, 1995).

Existe outro aspecto relevante quanto à relação gênero e ambiente, pois, estas mulheres estão expostas às conseqüências da degradação ambiental ao mesmo tempo em que exercem seu trabalho e adquirem conhecimento sobre os recursos. Os riscos à

saúde e à crescente depredação dos recursos provêm das mais diversas causas: escassez de água, contaminação do solo, desflorestamento, contaminação do ar, dentre outras (AGARWAL, 1992; REVELO *et al*, 1995).

De acordo com os fatores apresentados, a temática da equidade de gênero tem sido incorporada ao debate sobre a gestão ambiental. Ao fortalecer esta discussão, se constroem subsídios relevantes para impulsionar políticas e programas de manejo dos recursos, adequando-os as especificidades e prioridades existentes entre homens e mulheres que dependem do equilíbrio do ambiente para sua subsistência.

A temática sobre mulheres e natureza surge a partir da década de 1970 em ambos os hemisfério, porém assume uma postura diferente em cada um deles. No Norte se associa aos movimentos ecologistas e pacifistas. Por sua vez, no hemisfério Sul se associa aos problemas ligados a terra, como o setor florestal e agrícola (RICO, 1998).

A partir de então, diversas correntes do pensamento contemporâneo aportam conhecimento para elucidar a relação entre mulheres e natureza, principalmente: Ecofeminismo e suas diferentes vertentes: Mulheres e Meio Ambiente; Gênero, Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável.

No final da década de 70, uma parte do feminismo reflete sobre a forte conexão existente entre ‘mulheres e natureza’, na qual o princípio feminino implicaria em harmonia, sustentabilidade e diversidade, originando o ecofeminismo. (GARCIA, 2007; MARTÍNEZ, 2000; PULEO, 2002; RICO, 1998). Para Plumwood (1993, p. 01, tradução nossa) “O Ecofeminismo tem contribuído em grande medida tanto com a luta ativista quanto com a teorização relacionadas entre a opressão das mulheres e a dominação da natureza nas duas últimas décadas”.

É importante ressaltar que, na verdade, existem ecofeminismos, com destaque²⁰ para o ecofeminismo radical, o ecofeminismo liberal, ecofeminismo socialista e ecofeminismo terceiro-mundista; este último tem em Vandana Shiva sua representante mais emblemática.

Shiva trouxe importantes contribuições pautadas principalmente no modelo de desenvolvimento técnico, que se baseia nas relações de exploração do Norte sobre o Sul, e utiliza esta mesma lógica para esclarecer o processo de dominação das mulheres e da natureza (MARTÍNEZ, 2000; MIES; SHIVA, 1997; PULEO, 2002).

Esta corrente do ecofeminismo considera ainda que haja uma relação íntima interligando as mulheres à natureza ao valorizar aspectos biológicos ou culturais (como a gravidez e o cuidar das crianças) que permitiriam às mulheres adquirir um conhecimento diferenciado e especial, e a partir dessa ética feminina estariam aptas a conservar a vida no planeta (MIES, SHIVA, 1997).

Shiva, a filósofa e física nuclear indiana, tem sido criticada por uma parte do movimento feminista ocidental devido ao seu essencialismo (AGARWAL, 1992; MARTÍNEZ, 2000; PULEO, 2002; RICO, 1998).

Em contraposição ao essencialismo, a visão construtivista da relação ‘mulher e natureza’ encontra em outras autoras aportes que apontam a necessidade de considerar a pluralidade da mulher, baseada nas diferenças socioeconômicas, no contexto geoambiental e no contexto cultural e histórico.

Val Plumwood, filósofa australiana, é um dos principais ícones da corrente do feminismo ecologista na contemporaneidade e fundamenta que o predomínio da racionalidade dominadora se deu por processos historicamente estabelecidos (GARCIA, 2007; PULEO, 2002; RICO, 1998). A autora acredita que adotar uma postura crítica e

²⁰ Sobre este assunto ver GARCIA, L. Ecofeminismo: múltiplas versões. In Revista Ártemis, 2007.

analítica do feminismo ecológico pode transformá-lo em uma importante e poderosa ferramenta política, e assim descreve Plumwood (1993, p. 36):

Women must be treated as just as fully human and as fully part of human culture as men. But both men and women must challenge the dualised conception of human identity and develop an alternative culture which fully recognizes *human* identity as continuous with, not alien from, nature.²¹

Outra importante autora construtivista é a indiana Bina Agarwal (MARTÍNEZ, 2000; PULEO, 2002). Agarwal (1992) propõe um ‘ambientalismo feminista’ no qual seria necessário dialogar em três vias: a econômica, a feminista e a ambiental. Na primeira via implicaria um embate com o grupo dominante, que possui propriedades, o poder e o privilégio de controlar os recursos; além de outros grupos também envolvidos (in)diretamente nessa forma de pensar, como as instituições religiosas, educacionais, jurídicas e a mídia. Todos esses canais acabam por difundir uma atmosfera de conformismo social. Na via feminista é imprescindível questionar e modificar as noções de gênero, da atual divisão sexual do trabalho e dos recursos entre os gêneros. Na via ambiental haveria também a necessidade de desafiar e transformar não apenas noções sobre a relação entre pessoas e natureza, mas também o atual método de apropriação dos recursos naturais por privilegiados.

A segunda corrente apresentada é intitulada como ‘Mulheres e Meio Ambiente’²². Fortemente influenciada pelo ecofeminismo, principalmente no que tange à afirmação de que há uma especial afinidade entre as duas temáticas, esta corrente assinala que, como consequência desta relação, as mulheres teriam uma responsabilidade intransferível com a conservação e manejo dos recursos naturais,

²¹ “Mulheres devem ser tratadas tal como humanos completos e como uma parte completa da cultura humana, assim como o homem. Mas, ambos, homens e mulheres, desafiam a concepção dualística da identidade humana e desenvolvem uma cultura alternativa a qual reconhece por completo a identidade *humana* como uma continuação, e não além, da natureza.” (PLUMWOOD, 1993, p. 36, tradução nossa)

²² Esta corrente também ficou conhecida como MMA e está inserida dentro do panorama de ação Women in Development, introduzido pela 1ª Conferência Mundial sobre a Mulher, ocorrida no México em 1975 (COLOMBARA, 2006).

principalmente a nível microsociaL. Outro aspecto desta corrente ressalta a vulnerabilidade deste grupo às mudanças climáticas, uma vez que dependem essencialmente dos recursos naturais (AGUILAR; CASTAÑEDA, 2000; RICO, 1998).

Contudo, esta corrente teórica apresenta algumas lacunas, como aponta Rico (1998):

i) las mujeres pobres de los países en desarrollo se encuentran sobreexplotadas y sobrecargadas de trabajo lo que tiene un impacto negativo en su salud, en el tiempo del que disponen y en su autodeterminación como personas, como para agregarles además una nueva responsabilidad sin otorgarles nuevas alternativas para mejorar su calidad de vida, ii) la posición subordinada que ocupan las mujeres en nuestra sociedad, de acuerdo al sistema de poder que regula las relaciones de género. Precisamente, centrarse sólo en los roles que desempeñan las mujeres invisibiliza el tema del poder, cómo se regulan esos roles y la valoración social que tienen, o sea los obstáculos que enfrentar para participar activamente en los procesos de adopción de decisiones sobre el manejo y la gestión de los recursos ambientales.²³

Complementando a corrente acima, a MMA, a linha teórica ‘Gênero, Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável’²⁴ inclui três variáveis significativas para o debate exposto: a divisão sexual do trabalho, que empurra quase que exclusivamente às mulheres a responsabilidade com as crianças e com as tarefas domésticas; o acesso desigual para homens e mulheres aos recursos produtivos e seus benefícios; a participação limitada das mulheres nos processos de tomada de decisão e o acesso ao poder público nas suas diversas vertentes (PULEO, 2002; RICO, 1998).

A vertente apresentada busca inserir como princípios a autonomia e o empoderamento das mulheres, consideradas aqui como agentes de profunda mudança

²³“i) as mulheres pobres dos países em desenvolvimento se encontram sobre-exploradas e sobrecarregadas de trabalho, o que tem um impacto negativo em sua saúde, no tempo de que dispõem e em sua autodeterminação como pessoas, como ainda adicionar-lhes uma nova responsabilidade sem outorgar-lhes novas alternativas para melhorar sua qualidade de vida, ii) a posição subordinada que as mulheres ocupam em nossa sociedade, de acordo com o sistema de poder que regula as relações de gênero. Precisamente, centrar-se apenas nos papéis que desempenham as mulheres inviabiliza o tema do poder, como se regulam esses papéis e a valoração social que têm, ou seja, os obstáculos que enfrentam para participar ativamente nos processos de tomada de decisões sobre o manejo e a gestão dos recursos ambientais.” (RICO, 1998, tradução nossa)

²⁴ Esta corrente ‘Gênero, meio ambiente e desenvolvimento’ está pautada no enfoque Gênero no Desenvolvimento, que ficou consolidado na década de noventa (COLOMBARA, 2006).

nas estruturas sociais, econômicas e políticas, a partir da busca de alternativas para as relações sociais desiguais (COLOMBARA, 2006).

Esta corrente busca se afastar ao máximo do essencialismo, considerando que nem todas as mulheres irão sofrer igualmente os efeitos da degradação ambiental, pois, devem ser levados em consideração aspectos como o estilo de vida, o contexto histórico-cultural, a localização espacial, a estrutura social, a interconexão dos sistemas de gênero, classe e etnia, assim como estas mesmas peculiaridades podem variar ao longo do ciclo de vida das mesmas (RICO, 1998).

Analisando as correntes expostas verifica-se que todas concordam em um ponto: existe uma crescente atuação da mulher frente à degradação ambiental, assumindo o papel de ator social de transformação, a partir de uma consciência de grupo (AGARWAL, 1992; MARTÍNEZ, 2000; PULEO, 2002; RICO, 1998). A participação das mulheres tem sido um fator chave para legitimar a equidade nos processos decisórios, uma vez que estas, independentemente do contexto no qual estão inseridas, vão assumir em algum momento um destes postos: usuárias, consumidoras ou produtoras de conhecimento dos recursos naturais.

O resultado destas reivindicações vem sendo apreciado paulatinamente, ao observarmos que uma parte considerável das políticas ambientais no mundo tem incorporado a perspectiva de gênero para orientar seus princípios e trabalhos (MARTÍNEZ, 2000). Diante do exposto, consideramos que grande parte das questões ambientais perpassa pelas questões sociais, o que implica dizer que problemas socioambientais requerem ação política coletiva para a busca de soluções.

3.2 A invisibilidade da mulher em relação ao manejo dos recursos naturais

Dando uma ênfase especial às comunidades rurais/pesqueiras, existem alguns aspectos sobre o manejo dos recursos naturais que merecem ser abordados à parte, através da perspectiva de gênero.

Primeiro, é inegável que nas zonas não urbanas as mulheres assumem o posto de agentes ambientais (e como foi visto anteriormente, assumem voluntária ou obrigatoriamente). Dedicam boa parte do seu tempo ao manejo dos recursos naturais, cada qual em seu bioma, como o corte da lenha, a coleta de água, a aragem da terra, a colheita de vegetais, criação de animais de pequeno porte, a pesca, o beneficiamento dos recursos coletados, etc (REVELO *et al*, 1995).

Muitas vezes a mulher não está sozinha, compartilha o manejo e o conhecimento gerado a partir deste com outras mulheres do grupo ou até mesmo com as filhas e os filhos e, dessa maneira, passam a adotar (consciente ou inconscientemente) o sistema de economia familiar. Contudo, assumem um protagonismo não reconhecido no setor econômico local, tanto como produtoras de recursos quanto consumidoras (AGARWAL, 1992; RICO, 1998).

Além desses fatores, outro ponto há de ser considerado. Em pesquisa realizada na América Central sobre gênero e manejo dos recursos naturais, Revelo (1995) diagnosticou que o homem é quem mantém o controle sobre os recursos naturais, ainda que a mulher também tenha acesso a eles. Isto significa dizer que a propriedade da terra ou a decisão pela comercialização de algum produto, por exemplo, sempre cabe ao homem.

A invisibilidade da mulher como administradora cotidiana do ambiente reflete na construção do sujeito de direito, assim como no reconhecimento dos direitos trabalhistas e previdenciários, pois o exercício do trabalho é visto como uma mera

“ajuda”. Em outros casos, difícil mesmo é conseguir provar em termos burocráticos a profissão e o tempo no qual vem sendo exercida.

Como elas são invisíveis em relação ao manejo, também são invisíveis aos órgãos de gestão ambiental (AGARWAL, 2001; REVELO *et al*, 1995). Este caso é recorrente, pois, ao aplicar a política ambiental, os órgãos muitas vezes desconhecem a dinâmica de trabalho das mulheres no ambiente, e, se ignoram esta realidade latente, como poderiam então trazer para os processos de tomadas de decisões medidas que contribuam com o manejo equitativo dos recursos naturais?

Conforme visto, a posição subordinada das mulheres em relação aos homens em uma determinada sociedade se configura como um empecilho real para alcançar a equidade. Somam-se a isto os obstáculos que as mulheres enfrentam para acessar e controlar os recursos ambientais, bem como para exercer poder nos processos decisórios (AGARWAL, 1992; REVELO *et al*, 1995; RICO, 1998). Com este quadro apresentado, descrevemos os principais fatores que formam o conjunto de desafios propostos para uma gestão ambiental mais justa e equitativa.

3.3 Pescando novos paradigmas

Considerando os diversos tipos de ambiente e seus variados agrupamentos humanos, as zonas úmidas e costeiras representam um importante cenário para as relações entre sociedade e natureza. O universo da pesca se destaca dentro deste contexto, porquanto abriga milhares de pessoas que ainda dependem essencialmente da atividade para a sua sobrevivência. Nesta conjuntura, encontramos diversas questões que envolvem os grupos sociais na gestão do ambiente, bem como suas variáveis, como os aspectos de gênero e o poder decisório.

Um grupo que vem firmando presença e se distinguindo em suas práticas de manejo e participação nos espaços decisórios é constituído pelas pescadoras. Quem são essas mulheres? Quais suas peculiaridades? Por que diferenciá-las dos pescadores?

De início, se faz importante descrever a atividade pesqueira, dando ênfase à pesca artesanal. Esta atividade é desempenhada no meio terrestre, pois, este significa o espaço de morada e do beneficiamento do pescado e, no meio aquático, onde se dá o processo de apropriação da natureza, que pode ser realizado de forma artesanal ou em escala industrial (CARDOSO, 2003).

A pesca industrial confronta com os princípios e técnicas da pesca artesanal, sua prática indiscriminada tem sido considerada a principal causa da degradação dos estoques pesqueiros²⁵, isso levando em conta os fatores sócio-ecológicos (NAYAK, 1992). Como agravante deste quadro ainda é apontada a omissão dos órgãos fiscalizadores ante as ações arbitrárias das empresas que estão à frente da pesca industrial, principalmente no que concerne o exercício da cidadania e a co-gestão das políticas públicas para a pesca, em especial nos países do Hemisfério Sul (REBOUÇAS et al., 2006).

No caso da pesca artesanal, mesmo considerando as práticas ilegais e predatórias, este processo de apropriação da natureza ocorre através de técnicas diferenciadas que se adaptam a cada região, grupo social e espécies a serem capturadas

²⁵ Para justificar as causas da degradação gerada pela pesca industrial Rebouças *et al* (2006) enumera da seguinte maneira, “i) o direcionamento dos esforços para a captura de poucas espécies economicamente valiosas; ii) o exagerado esforço de pesca realizado com embarcações que podem permanecer por longos períodos no mar e que dispõem de sofisticados equipamentos de detecção e captura de cardumes, visando atender à demanda do mercado internacional; iii) o uso de técnicas desestruturadoras das comunidades bentônicas, gerando um índice excepcionalmente elevado de capturas acidentais e de descarte (espécies de baixo valor comercial e indivíduos juvenis); e iv) o desrespeito às leis que regulam as técnicas empregadas, o tamanho dos indivíduos, os períodos e as áreas de pesca permitidas- principalmente no contexto dos países do Hemisfério Sul.”

e/ou coletadas, por isso apresentam certa eficiência além de baixo impacto para a zona costeira e seus ecossistemas²⁶ (REBOUÇAS et al., 2006).

Um elemento ainda pouco conhecido e valorizado, tanto pela literatura quanto pelo poder público em geral, mas que forma parte deste universo, é a presença gradual das mulheres na pesca artesanal (AGUILAR; CASTAÑEDA, 2000).

Esta desvalorização da mulher na pesca, para Nayak (1992), está diretamente ligada ao fato de que estas pescadoras ocupam, em grande parte, postos de trabalho na pesca artesanal, justamente a categoria que recebe menos apoio e incentivo dos órgãos governamentais de pesca e da iniciativa privada. Dessa forma, a organização do mercado se torna mais uma via de marginalização da mulher.

Um Projeto de Lei em tramitação tem como objetivo reconhecer e regulamentar a profissão de pescadora. O documento converge em seu artigo primeiro o conceito desta profissão:

Art. 1º. As mulheres que exercem atividades diretamente relacionadas à atividade pesqueira e marisqueira artesanal, individualmente ou em regime de economia familiar, bem como seus respectivos conjugues ou companheiros e filhos maiores de 14 (anos) ou a eles equiparados, desde que trabalhem, comprovadamente, com o grupo familiar respectivo, e que fazem disto uma profissão habitual ou meio principal de vida, são consideradas pescadoras artesanais para fins previdenciários, e de concessão do benefício seguro-desemprego nos termos da Lei nº 10.779, de 2003.

Apesar de realizarem uma profissão; seja como pescadoras, marisqueiras, fileteiras, catadoras, escarnadeiras, curtideiras ou trabalhadoras da aqüicultura; essas mulheres ainda são invisíveis em termos laborais e dentro de um padrão cultural no qual se observa que os homens tendem a ocupar as tarefas que possuem maior prestígio social (AGUILAR; CASTAÑEDA, 2000; GARCIA, 2007; NAYAK, 1992). O que não

²⁶ Rebouças *et al* (2006) relata que “De fato, no contexto mundial, a pesca realizada em pequena escala, artesanal e de subsistência, responde por mais de 50% do total mundial de capturas e emprega cerca de 98% dos 51 milhões de pessoas diretamente envolvidas com a coleta e o processamento de recursos marinhos”. Rebouças reforça ainda que “No Brasil, a maior parte da frota pesqueira é artesanal e responde por até 60% do total das capturas”. Com base em dados do IBGE, CARDOSO (2003) observa que, no início dos anos 1990, a pesca artesanal respondia por mais de 50% da produção nacional e por mais de 75% do valor gerado pelo conjunto das atividades pesqueiras.”

difere, portanto, da maioria das comunidades pesqueiras, nas quais ainda prevalece o modelo patriarcal de divisão sexual do trabalho, conforme descrito por Di Ciommo (2007, p.153):

[...] enquanto os homens estão em sua maioria vinculados culturalmente ao setor produtivo, relativo à produção de bens e serviços para o consumo ou a venda, a sociedade e a cultura atribuem à mulher o papel materno, que reforça os vínculos biológicos e é por eles reforçado [...].

Para compreender esse recorte teórico é preciso contextualizar o ambiente pesqueiro sob a perspectiva de gênero²⁷, observando-o como um espaço social e laboral, no qual as tarefas executadas pelas mulheres são consideradas como *ajuda*, e não como *trabalho*, desafiando assim a formação de uma identidade social de *trabalhadoras da pesca*, em qualquer de suas categorias (STADTLER; CARNEIRO, 2006; DI CIOMMO, 2007; DIAS et al., 2007; MACHADO, 2007; OLIVEIRA, 1993; SIMONIAN, 2006).

Esse “fenômeno” da invisibilidade do trabalho das pescadoras ocorre independente da área estudada. Em seu estudo sobre pescadoras caboclas em Guarajubal (PA), Machado (2007) encontrou um ambiente fragmentado pela perspectiva de gênero, havendo uma forte desconsideração do trabalho feminino nas áreas de mangue, justificada na gênese da comunidade pesqueira, pois, o saber produzido pela pesca naquela área só estava diretamente ligado aos homens. A pesquisa descreve ainda o menosprezo que há naquela comunidade quanto à pesca feminina, posto que “quando uma mulher pesca, ela o faz desenvolvendo a chamada pesca pequena, ou pesca da beira” (Machado, 2007)

Apesar desse quadro de exclusão, essas mulheres têm reivindicado por mais espaços públicos, em que possam levar suas demandas em prol do reconhecimento da

²⁷ A questão de gênero aqui pretende abordar não apenas a diferença sexual existente entre pescadores e pescadoras, mas sim alcançar o caráter social e cultural das distinções que se baseiam no sexo e que dessa forma acabam fundamentando o poder e a hierarquia existentes nas relações entre homens e mulheres.

sua categoria específica e da necessidade de conquistar melhorias nas condições de vida e de trabalho (DI CIOMMO, 2007; SIMONIAN, 2006).

Somente ao acrescentar a variável gênero é que a discussão passa a incluir um novo olhar sobre os temas da apropriação do tipo de produção, do empoderamento dessas mulheres diante das instituições que organizam a categoria, e, por fim, dos direitos trabalhistas especiais. Só então o debate passa a questionar os fatores ambientais que circundam sua rotina diária (NAYAK, 1992; STADTLER; CARNEIRO, 2006).

Os primeiros relatos de experiências da organização social das pescadoras ocorrem no final da década de 70, em Pernambuco, na região do Canal de Santa Cruz, onde se encontram os municípios de Itapissuma e Igarassu, Araçoiaba, Ilha de Itamaracá e sul do município de Goiana, todos com presença predominante de populações que vivem tradicionalmente da pesca.

A partir desse momento histórico, o poder reivindicatório das pescadoras começa a surtir efeito com o reconhecimento de alguns dos direitos trabalhistas, como o direito à carteira de pescadora profissional (STADTLER; CARNEIRO, 2006). Por sua vez, Vasconcellos (2007) registrou o surgimento desses atores sociais no cenário nacional, quando em 1986 “as mulheres pescadoras aparecem como novos atores a partir das discussões sobre a ‘Constituinte da Pesca’”²⁸.

Em 2004, o Registro Geral da Pesca computava cerca de 122.442 mulheres pescadoras (BRASIL, 2004). Neste mesmo ano, aproximadamente 450 mulheres, reunidas em Brasília no 1º Encontro Nacional das Trabalhadoras da Pesca e Aqüicultura, discutiram sobre os assuntos inerentes ao exercício diário de suas

²⁸ A Constituinte da Pesca foi um movimento dos pescadores de articulação política em busca da autonomia política e sindical da categoria durante as discussões para a Constituição Brasileira de 1988. Sobre isso vide BRASIL: MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. **Colônia de pescadores Z-15: acordos de pesca em Igarapé Miri / Colônia de pescadores Z-15**. Brasília: MMA, 2006. (Série Sistematização, v. IV).

atividades e abordaram de forma inédita temas como meio ambiente, legislação trabalhista e questões de gênero.

Como resultado do Encontro Nacional, as pescadoras reuniram diretrizes²⁹ para a política pesqueira que atendessem às necessidades específicas das pescadoras, tais como o zoneamento ecológico e sócio-econômico das suas áreas de atuação; legislação pesqueira que abordassem direitos e deveres trabalhistas e previdenciários; relações de gênero, raça e equidade; e, por fim, sustentabilidade ambiental da atividade pesqueira e aquícola.

O fortalecimento da luta dessas mulheres culminou com a formação, em 2006, da Articulação Nacional das Pescadoras, movimento que nasce de reivindicações sociais e encontra princípios como a autonomia, a democracia e o respeito ao meio ambiente. E foram além, abordaram a relevância de fortalecer sua identidade como pescadora, a preservação dos recursos naturais, e o banimento de todo e qualquer tipo de discriminação e violência (STADTLER; CARNEIRO, 2006).

Visto o exposto, as mulheres vêm assumindo um papel diferenciado favorecendo basicamente dois contextos, o da sustentabilidade de alguns processos ecológicos essenciais para a sua subsistência, a partir da aprendizagem de técnicas equilibradas e adequadas à gestão ambiental (AGARWAL, 2001; MARTÍNEZ, 2000) e a formação de novos espaços decisórios que se adéqüem de forma equitativa às demandas específicas de mulheres e homens (AGUILAR, CASTAÑEDA, 2000; DI CIOMMO, 2007; STADTLER; CARNEIRO, 2006).

²⁹ As diretrizes foram sistematizadas considerando as propostas de aproximadamente dez mil participantes, distribuídas em 27 encontros que foram realizados em todos os Estados e no DF no ano de 2004. Ver mais em BRASIL – SECRETARIA ESPECIAL DE AQUICULTURA E PESCA. **Memória: I Encontro Nacional das Trabalhadoras da Pesca e Aqüicultura – Rumo à superação das desigualdades sociais**. Brasília, 2004.

3.4 Contribuições dos estudos de gênero e ambiente para os processos participativos em áreas protegidas

A gestão do ambiente dispõe de diversos instrumentos, seja para utilizar os recursos naturais aliando-os a sua conservação, ou ainda pela imperativa necessidade de preservar áreas longe da presença humana, a fim de manter a vida em segurança, sob todas as suas formas.

Com isso, as Unidades de Conservação (UC) têm se configurado como um importante instrumento da gestão ambiental, pois, a partir do planejamento permite conciliar o manejo dos recursos com a salubridade do ambiente. No entanto, carece associar a esta temática os aportes trazidos pelos estudos de gênero e ambiente, que inserem nas questões ambientais a perspectiva da mulher como relevantes atores sociais de transformação da realidade.

Contribuindo com este cenário, alguns estudos vêm sendo realizados e seus resultados aplicados, principalmente na América Latina, através de grupos ligados, por exemplo, à International Union for Conservation of Nature – IUCN.

Os pontos avaliados por trabalhos que abordam esta temática são recomendados para serem aplicados em toda e qualquer categoria de área protegida, principalmente naquelas em que é permitida a intervenção humana.

As primeiras pesquisas³⁰ realizadas pela IUCN no final da década de 1970 desencadearam na elaboração de propostas metodológicas e processos de sensibilização, os quais permitem abordar o tema da transversalidade de gênero de forma mais prática nos projetos de conservação e sustentabilidade (AGUILAR et al, 1999; AGUILAR et al, 2002).

³⁰ As pesquisas foram realizadas na Costa Rica, Nicarágua, Guatemala, El Salvador, e Honduras, e geraram como resultado propostas metodológicas para a Elaboração de Propostas, Diagnósticos Participativos e Sistemas de Planejamento e Avaliação, dentre outros.

A partir da década seguinte, foram realizados encontros internacionais que debateram acerca deste binômio ‘gênero e ambiente’, como a Conferência Mundial para o Exame e Avaliação das Realizações da Década das Nações Unidas para a Mulher: Igualdade, Desenvolvimento e Paz. Este evento ocorreu em 1985, em Nairóbi, enfatizando principalmente a participação da mulher no manejo local e global dos ecossistemas e seu papel no controle da degradação ambiental (CASTRO; ABRAMOVAY, 2005).

Em 1992, o grande marco, sem dúvida, se firma com a Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, a Eco 92, realizada no Rio de Janeiro. Dentro deste grande encontro houve a mobilização do Planeta Fêmea, onde as questões de gênero foram seriamente enfrentadas, e os temas mais debatidos foram aqueles que envolviam a responsabilidade das mulheres para com o desenvolvimento sustentável e o equilíbrio da qualidade ambiental (TABAK, 2002). Segundo relatam Castro e Abramovay:

O Planeta Fêmea, organizado pela Coalização de Mulheres Brasileiras, ocupou significativo espaço nos debates sobre meio ambiente e desenvolvimento no Fórum Social de ONGs, evento paralelo ao Rio-92. Durante 12 dias, mulheres de todo o mundo discutiram os problemas vividos no planeta e formularam e adotaram sua própria plataforma, a Agenda 21 de Ação das Mulheres. [...] Suas recomendações incluíam novas formas de educação, preservação de recursos naturais e participação no planejamento de uma economia sustentável (2005:12).

A Agenda 21 se configurou como uma carta de intenções a serem adotadas por governos e entidades não governamentais, em todos os níveis, cuja finalidade seria cooperar com a erradicação dos problemas socioambientais que atingem o planeta. No capítulo 24, intitulado “Ação Mundial Pela Mulher, com Vistas a um Desenvolvimento Sustentável e Equitativo”, a Agenda 21 apresenta metas e estratégias a serem cumpridas pelos governos no intuito de, entre outras coisas, reconhecer e valorizar a mulher enquanto gestora do ambiente e garantir sua plena participação na vida pública (CASTRO; ABRAMOVAY, 2005).

A Conferência Rio-92 impulsionou diversos outros eventos nas escalas internacional, nacional e local, levando à diante as discussões sobre a inclusão das mulheres enquanto cidadãs, sujeitas de direitos e atrizes sociais indispensáveis para o desenvolvimento sustentável (CASTRO; ABRAMOVAY, 2005; TABAK, 2002).

Entretanto, Aguilar (2002) ressalta que apesar dos avanços na política ambiental, o enfoque sobre a equidade de gênero ainda é irrisório em áreas protegidas e que, independentemente do tipo de UC, a equidade de gênero é um pré-requisito indispensável para realizar a conservação e a sustentabilidade local.

Para compreender esta lacuna, alguns autores (AGUILAR et al, 1999; AGUILAR et al, 2002) se baseiam nas estruturas formais de propriedade, acesso e controle dos recursos naturais que estão definidos por modelos pré-estabelecidos de gênero, com distribuição de tarefas divididas em ‘femininas’ e ‘masculinas’, reforçando assim as regras tradicionais que impulsionam a iniquidade de gênero.

Por conta desta divisão, muitas vezes as mulheres acabam perdendo a oportunidade de obter posições estratégicas na co-gestão das áreas protegidas, prejudicando a tomada de decisões que atendam às necessidades específicas deste grupo, conforme Aguilar (2002):

Es común que los proyectos en áreas protegidas planteen que las actividades para las mujeres se ubican en lo que se denomina “el componente del hogar”. Este componente se restringe a actividades como son la instalación de las estufas ahorradoras de leña, la crianza de gallinas y huertas caseras, entre otras. Por lo general, estas actividades son vistas como secundarias, tienen una asignación presupuestaria muy reducida y no tienen un verdadero impacto en el desarrollo de los objetivos de las AP.³¹

Outro ponto importante é reconhecer a existência dos saberes diferenciados dentro da comunidade (AGUILAR et al, 2002). Ao realizar o manejo dos recursos, as

³¹ “É comum que os projetos em áreas protegidas planejem que as atividades para as mulheres estejam de acordo com o que se denomina “o componente doméstico”. Este componente se restringe a atividades como são as estufas de armazenamento de lenha, a criação de galinhas e hortas caseiras, entre outras. Em geral, estas atividades são vistas como secundárias, têm um investimento orçamentário muito reduzido e não têm um verdadeiro impacto no desenvolvimento dos objetivos das Áreas Protegidas.” (AGUILAR, *et al*, 2002, tradução nossa)

mulheres desenvolvem o seu saber que, na maioria das vezes, se diferencia do saber construído pelos homens, uma vez que esta construção do conhecimento está condicionada às experiências que obtêm, ao número de horas em que desempenham suas atividades *in loco*, à localidade específica onde realiza o trabalho, e os diferentes recursos que maneja.

Por este caráter de heterogeneidade que uma comunidade tem, é que se faz preciso convidar todos esses ‘saberes’ (na maioria das vezes esquecido ou ignorado em sua especificidade) para compor o rol de informações necessárias à gestão da área.

Abordando a perspectiva de gênero é possível planejar ações estratégicas baseadas no manejo dos recursos, aproveitando o que já existe enquanto divisão equitativa do trabalho, além de re-conceituar as demais atividades laborais desenvolvidas pelo grupo. Seria ainda fundamental distribuir os benefícios econômicos e sociais de modo que não exclua - nem homens e nem mulheres - da melhoria trazida pela gestão ambiental (AGARWAL, 1992; AGUILAR et al, 2002).

Partindo destes conceitos, a política ambiental a ser aplicada em unidades de conservação deve buscar, na medida do possível, dar visibilidade, consultar e atender as especificidades dos diversos atores sociais envolvidos em processos decisórios para a conservação e manejo dos recursos naturais (AGUILAR et al, 2002; DI CIOMMO 2006).

4. AS RESERVAS EXTRATIVISTAS E A PARTICIPAÇÃO NOS ESPAÇOS DECISÓRIOS

As Unidades de Conservação são instrumentos consagrados mundialmente para a conservação dos recursos naturais. Porém, as UC's também devem desempenhar o importante papel e compromisso de serem parceiras no desenvolvimento com equidade das comunidades humanas que vivem historicamente em interação com o ambiente, habitando tanto o interior quanto ao redor das áreas protegidas.

Este capítulo pretende delinear a relevância das comunidades no cenário das áreas protegidas, verificando ainda a imprescindibilidade da atuação dos atores nos espaços decisórios que compõe os processos participativos em Reservas Extrativistas.

4.1 Aspectos gerais das unidades de conservação

Na década de 1980 a Lei nº 6.938 de 1981, que instituiu a Política Nacional do Meio Ambiente, trouxe importantes instrumentos e princípios para a gestão ambiental, incluindo as áreas protegidas, regulamentadas no inciso VI, artigo 9º da referida lei.

No entanto, a mudança significativa na política ambiental brasileira surge apenas em 2000 com a instituição do SNUC - Sistema Nacional de Unidades de Conservação³².

Conforme Santilli (2005, p. 112):

É fácil constatar que grande parte dos conceitos-chave incorporados pela lei que instituiu o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (Lei nº 9985/2000, conhecida como “Lei do Snuc”) tem claramente uma inspiração socioambiental, que prevaleceu, em grande parte, sobre conceitos defendidos pelo preservacionismo clássico ou tradicional. A síntese socioambiental permeia todo o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza, que privilegia a interface entre biodiversidade e sociodiversidade, permeada pelo multiculturalismo e pela pluriétnicidade.

O SNUC designa às unidades de conservação a função indispensável de ‘instrumento’ na manutenção da sociobiodiversidade do país.

Para tanto, destaca duas categorias de áreas protegidas³³, as Unidades de

³² A Lei nº 9.985 de 2000 foi regulamentada pelo Decreto nº 4.340 de 2002

Proteção Integral³⁴, que têm como objetivo “preservar a natureza, sendo admitido apenas o uso indireto dos seus recursos naturais [...]” (art. 7º, § 1º); e as Unidades de Uso Sustentável³⁵, com a função de “compatibilizar a conservação da natureza com o uso sustentável de parcela dos recursos naturais” (art. 7º, § 2º). A resex se enquadra justamente nesta última categoria.

Em um pequeno balanço realizado em 1996 pelo Instituto Socioambiental sobre Unidades de Conservação (UC), Alves (1996) aponta um quadro alarmante composto por algumas falhas que vêm prejudicando as experiências mais exitosas de UC's no Brasil.

Os principais aspectos levantados na pesquisa foram: a distribuição dos técnicos por hectare e região do país; e a não aplicabilidade dos planos de manejo, sequer a execução do zoneamento. É o que poderíamos chamar de ‘unidades de conservação fantasma’, ou seja, possuem legislação decretando a existência jurídica que não saiu do papel. Por outro lado, Brito (1996) assinala alguns avanços, como o aumento gradativo no número de UC's criadas no país.

De fato, tanto as falhas quanto os avanços indicados pelos autores acima seguem caminhando juntos, mesmo depois da promulgação da Lei nº 9.985 de 2000. Ainda que se apresente esta situação contraditória, a criação de unidades de conservação continua sendo uma das estratégias utilizadas para a conservação e o uso sustentável da biodiversidade, em contextos diversos.

³³ Santilli (2005, p. 108) adverte que “O conceito institucional de espaços territoriais protegidos engloba não apenas as unidades de conservação, como também as áreas de preservação permanente, reserva legal, biomas constitucionalmente protegidos (a floresta amazônica, a Mata Atlântica, a serra do Mar, o Pantanal Mato-Grossense e a Zona Costeira, previstos no artigo 225, parágrafo 4º, da Constituição Federal) e as reservas da biosfera.”

³⁴ As Unidades de Proteção Integral são definidas no artigo 8º da Lei nº 9.985 de 2000: I. Estação Ecológica, II. Reserva Biológica, III. Parque Nacional, IV. Monumento Natural, V. Refúgio da Vida Silvestre.

³⁵ As Unidades de Uso Sustentável, por sua vez, são definidas no artigo 14 da Lei nº 9.985 de 2000: I. Área de Proteção Ambiental, II. Área de Relevante Interesse Ecológico, III. Floresta Nacional, IV. Reserva Extrativista, V. Reserva de Fauna, VI. Reserva de Desenvolvimento Sustentável, VII. Reserva Particular do Patrimônio Natural.

4.2 As reservas extrativistas

A Reserva Extrativista (Resex) é um modelo pioneiro de área protegida, em nível internacional, anterior até mesmo ao nosso Sistema Nacional de Unidades de Conservação. Foi definida legalmente³⁶ em 1990 como “espaços territoriais destinados à exploração auto-sustentável e conservação dos recursos naturais renováveis, por população extrativista”. Para compreender a relevância e ineditismo desta categoria de unidade de conservação é necessário contar um pouco de sua história.

O surgimento das primeiras reservas extrativistas tem sua origem no final da década de 1970, na região norte do país, mais precisamente no Acre, estado que desde essa época recepcionava sérios conflitos fundiários, herdados, sobretudo dos processos de mudança de sua definição territorial (LOBÃO, 2006).

Eis que surge um dos conflitos mais marcantes, quando os povos da floresta³⁷, preponderantemente os seringueiros, protagonizaram uma extensa pauta de reivindicações, com pontos que iam desde a autonomia frente aos fazendeiros à preservação das suas tradições culturais e do ambiente, aspectos relacionados ao exercício de suas atividades (ALEXANDRE, 2002; ANTUNES, 2005; SANTILLI, 2005).

Para Alexandre (2002), o grupo liderado pelos seringueiros constituía um verdadeiro movimento ecoconservacionista³⁸, sendo que sua preocupação primária seria com a conservação dos seringais. Por sua vez, para Santilli (2005) a temática ambiental passaria a ser agregada somente em um momento posterior e com o incentivo de agentes externos, visto que a verdadeira motivação dos seringueiros nasceria sob a forma de um

³⁶ Definição estabelecida pelo Decreto nº 98.897 de 30 de janeiro de 1990.

³⁷ Denominação comumente dada a castanheiros, indígenas, seringueiros etc.

³⁸ Gifford Pinchot em 1890, através da ética da conservação dos recursos, introduziu a sustentabilidade como forma de utilização racional dos recursos naturais. Esse posicionamento de Pinchot no século XIX mudou o paradigma da “natureza intocada”, modelo de gestão ambiental baseado nos Parques dos Estados Unidos, e iniciou o movimento ecoconservacionista com o qual propagava o aproveitamento dos recursos naturais empregando técnicas científicas para o benefício de todos (ALEXANDRE 2002).

movimento social que visava erradicar as injustiças geradas por uma estrutura social e econômica bastante semelhante à escravidão.

Através do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, liderado pelo grande ícone desta luta, Chico Mendes, os seringueiros e suas famílias começaram a exigir a posse da terra na qual realizavam seu ofício. Na referida época, vigorava o sistema de aviamento ou barracão, herança da ordem escravocrata, no qual trocavam seu trabalho por alimentos, gerando uma eterna dívida para com os ‘donos’ da terra e dos negócios locais (SANTILLI, 2005).

Fortalecidos com a atuação de seus grupos familiares, os seringueiros partiram para ações *in loco* em 1976, eram os denominados ‘empates’³⁹, por meio dos quais impediam pacificamente a expansão da fronteira agrícola, realidade encampada pelos fazendeiros que visavam a derrubada das seringueiras e outras árvores importantes para a região. Essas ações ganharam repercussão no país e internacionalmente, o que aproximou a luta dos movimentos ambientalistas gerando uma série de apoio de diversos atores, como as organizações não governamentais (ALEXANDRE, 2002; ANTUNES, 2005; CHAMY, 2004; DIEGUES 2000; SANTILLI, 2005; LOBÃO, 2006).

A partir de sua organização, os seringueiros realizaram em 1985 o I Encontro Nacional dos Seringueiros, em Brasília, reunindo aproximadamente 130 seringueiros que representavam sindicatos e associações.

Neste encontro foi instituído o Conselho Nacional dos Seringueiros, responsável pela elaboração da primeira proposta para a criação da reserva extrativista com o

³⁹ Algo semelhante ocorreu na Índia no início da década de 1970. Conhecido como Movimento Chipko foi protagonizado por mulheres que abraçadas às árvores impediram o desmatamento total dos bosques comuns que seriam vendidos por seus maridos. Apesar deste movimento ser apregoado como ecofeminista compartilha características comuns aos empates: ambos tratam de mobilizações pacíficas em defesa dos recursos que permitem a sobrevivência do grupo familiar em zonas rurais com economias de subsistência (MARTÍNEZ, 2000; PULEO, 2002).

objetivo de “conciliar a solução dos conflitos pela posse da terra com a gestão sustentável de recursos naturais, fazendo convergir políticas públicas que tendem a atuar de forma divergente: reforma agrária e meio ambiente” (Santilli, 2005, p. 142).

Porém, entre 1987 e 1988, se intensificaram os debates e confrontos locais. O principal apoio dos seringueiros, em um primeiro momento, sem equívoco, vinha dos grupos e instituições internacionais que ampliaram a repercussão da causa, e só depois seguiram-se os debates nos espaços nacionais.

Após intensas disputas e formação de importantes parcerias⁴⁰, a luta culmina em um ponto trágico com o assassinato ‘anunciado’ de Chico Mendes em dezembro de 1988. Sob forte pressão internacional, as reservas extrativistas foram reconhecidas como um dos instrumentos da Política Nacional de Meio Ambiente, através da Lei nº 7804 de 1989, sofrendo posterior regulamentação por meio do Decreto nº 98.897 de 1990. (ANTUNES, 2005; LOBÃO, 2006).

Apesar de a primeira resex ter sido decretada em 1990⁴¹, apenas em 2000, com a Lei nº 9.985, que instituiu o Sistema Nacional de Unidades de Conservação, foram legalmente definidas as principais características desta área protegida⁴², conforme exposto no Quadro 01:

Quadro 01: Características da reserva extrativista baseada na Lei nº 9.985 de 2000.

Principais características da resex	
Quanto à definição	<ul style="list-style-type: none"> ○ É uma área utilizada por populações extrativistas tradicionais, cuja subsistência baseia-se no extrativismo e, complementarmente, na agricultura de subsistência e na criação de animais de pequeno porte.

⁴⁰ Outra grande parceria que fortaleceu o Conselho Nacional dos Seringueiros foi com a Aliança dos Povos da Floresta, instituída em 1986. Formada basicamente por seringueiros e grupos indígenas a aliança tem por escopo a promoção da reforma agrária e das terras indígenas (ALEXANDRE, 2002; SANTILLI, 2005; LOBÃO, 2006).

⁴¹ As primeiras reservas extrativistas criadas foram: Reserva Extrativista do Alto do Juruá, criada no Acre pelo Decreto nº 98.863 de 1990; Reserva Extrativista Chico Mendes, criada no Acre pelo Decreto 99.144 de 1990; Reserva Extrativista do Rio Cajari, criada no Amapá pelo Decreto nº 99.145 de 1990; Reserva Extrativista do Rio Outro Preto, criada em Rondônia pelo Decreto nº 99.166.

⁴² Neste ponto é importante que fique claro o argumento de que não foi o SNUC que criou as reservas extrativistas, o sistema apenas recepcionou um conceito elaborado pela luta popular dos povos da floresta que já tinha reconhecimento legal anterior. O que pode ser afirmado é que o SNUC aperfeiçoou os preceitos legais para reserva extrativista.

Quanto à criação	<ul style="list-style-type: none"> ○ As unidades de conservação são criadas por <i>ato do Poder Público</i>. ○ Deve ser <i>precedida de estudos técnicos e de consulta pública que permitam identificar a localização, a dimensão e os limites</i> mais adequados para a unidade, conforme se dispuser em regulamento. ○ <i>No processo de consulta</i> de que trata o § 2º, o Poder Público é obrigado a <i>fornecer informações adequadas e inteligíveis à população local e a outras partes interessadas</i>.
Quanto à finalidade	<ul style="list-style-type: none"> ○ Tem como objetivos básicos proteger os meios de vida e a cultura dessas populações, e assegurar o uso sustentável dos recursos naturais da unidade.
Quanto à ocupação e uso das terras	<ul style="list-style-type: none"> ○ As populações de que trata este artigo obrigam-se a participar da preservação, recuperação, defesa e manutenção da unidade de conservação. ○ O uso dos recursos naturais pelas populações de que trata este artigo obedecerá às seguintes normas: <ul style="list-style-type: none"> a. Proibição do uso de espécies localmente ameaçadas de extinção ou de práticas que danifiquem os seus habitats; b. Proibição de práticas ou atividades que impeçam a regeneração natural dos ecossistemas; c. Demais normas estabelecidas na legislação, no Plano de Manejo da unidade de conservação e no contrato de concessão de direito real de uso.
Quanto ao regime das terras	<ul style="list-style-type: none"> ○ É de domínio público, com uso concedido às populações extrativistas tradicionais conforme o disposto no art. 23 desta Lei e em regulamentação específica, sendo que as áreas particulares incluídas em seus limites devem ser desapropriadas, de acordo com o que dispõe a lei.
Quanto à gestão	<ul style="list-style-type: none"> ○ Será gerida por um Conselho Deliberativo, presidido pelo órgão responsável por sua administração e constituído por representantes de órgãos públicos, de organizações da sociedade civil e das populações tradicionais residentes na área, conforme se dispuser em regulamento e no ato de criação da unidade.
Quanto às atividades permitidas	<ul style="list-style-type: none"> ○ A visitação pública é permitida, desde que compatível com os interesses locais e de acordo com o disposto no Plano de Manejo da área. ○ A pesquisa científica é permitida e incentivada, sujeitando-se à prévia autorização do órgão responsável pela administração da unidade, às condições e restrições por este estabelecidas e às normas previstas em regulamento.
Quanto ao Plano de Manejo	<ul style="list-style-type: none"> ○ O Plano de Manejo da unidade será aprovado pelo seu Conselho Deliberativo.
Observações	<ul style="list-style-type: none"> ○ São proibidas a exploração de recursos minerais e a caça amadorística ou profissional. ○ A exploração comercial de recursos madeireiros só será admitida em bases sustentáveis e em situações especiais e complementares às demais atividades desenvolvidas na Reserva Extrativista, conforme o disposto em regulamento e no Plano de Manejo da unidade.

O importante é compreender que a criação das reservas extrativistas trouxe dois aspectos preponderantes: o resgate e a redescoberta do valor do extrativismo para a economia de comunidades amazônicas (ALEXANDRE, 2002; CUNHA; ALMEIDA, 2002; SANTILLI, 2005); além de proporcionar subsídios para fomentar no Brasil o argumento de que, em alguns casos, era possível conciliar a presença de populações locais com a conservação dos recursos naturais (ARRUDA, 1999; AGUILAR et al, 2002; ALEXANDRE, 2002; ANTUNES, 2005; CUNHA, ALMEIDA, 2002; DIEGUES, 2000; DIEGUES; ARRUDA, 2001; GARCIA, 1999; SANTILLI, 2005).

O primeiro aspecto apresentado está intimamente relacionado à própria história econômica do país, voltada em seus primórdios para os ciclos extrativistas, como o do pau-brasil. No caso da região amazônica, o destaque se deu no século XIX com a extração da borracha, o que trouxe à referida época um enorme contingente de pessoas, principalmente oriundas da região nordeste.

O extrativismo se caracteriza pelo uso múltiplo da diversidade do ambiente, guiado pelo princípio da prudência, sendo possível em áreas com pouca densidade humana, o que ocasiona baixo impacto⁴³ nos sistemas naturais (CUNHA, ALMEIDA, 2002).

Outros recursos foram e ainda são explorados e, cada vez mais, têm sido cobiçados pelo mercado internacional (ALEXANDRE, 2002). Este cenário favorável do extrativismo foi um dos elementos que impulsionou a luta pela criação das reservas extrativistas, conforme descreve Santilli (2005, p. 143):

A criação das reservas extrativistas se deu em um contexto político em que o extrativismo foi “redescoberto” como uma atividade não-predatória, uma possível via de valorização econômica da Amazônia, e passou a ser exaltado como alternativa ao impacto ambiental devastador provocado pelos grandes projetos de colonização e agropecuários e pela abertura de grandes rodovias. O extrativismo, cuja história é indissociável da história econômica, política e

⁴³ Os autores Cunha e Almeida (2002), ao se referirem sobre as perturbações de baixo impacto causadas pelos extrativistas na floresta exemplificam com “os pequenos roçados, com área média de 0,5 hectare, abertos anualmente por seringueiros na “mata bruta”.”

social da Amazônia, passou a ser visto como uma atividade capaz de associar conservação e valorização econômica dos ecossistemas florestais.

No segundo aspecto, percebemos que o modelo de reserva extrativista, (e é importante frisar) sugerido e conquistado pelas populações tradicionais amazônicas, se aproxima da discussão mundial que questionava os modelos estáticos de áreas protegidas, inspirados na maioria das vezes nos parques norte-americanos. O argumento acerca da importância de não excluir populações que já estavam naquelas áreas há muito tempo, bem como da necessidade de tê-las como parceiros para a conservação dos recursos, foi preconizada no final do século XIX por Gifford Pinchot (ALEXANDRE, 2002; ARRUDA, 1999; SANTILLI, 2005).

Para compreender melhor o surgimento deste novo paradigma em termos de áreas protegidas, vamos iniciar com a infindável discussão acerca das populações tradicionais. No entanto serão abordadas duas vertentes, a das ciências sociais, principalmente da antropologia, e a das ciências jurídicas, considerando a legislação vigente.

Os antropólogos Mauro Almeida e Manuela Carneiro da Cunha apontam como principais características conceituais para ‘populações tradicionais’ o uso de técnicas ambientais de baixo impacto e as formas equitativas de organização e representação social. Outro aspecto importante que definiria as populações tradicionais seria o saber local (CUNHA, 1999; CUNHA, ALMEIDA, 2002), construído com dinamismo histórico e transmitido de geração a geração.

Little (2002) propõe⁴⁴ que:

⁴⁴ Little (2002) argumenta ainda que a necessidade do termo ‘populações tradicionais’ surgiu por vários fatores. Em primeiro lugar devido a existência de diversos grupos sociais que ensejavam defender seus territórios frente a ameaças do Estado-nação; na esfera ambiental a necessidade seria de conciliar populações humanas com a proteção das áreas naturais e ainda aproximar socioambientalistas dos grupos que historicamente adotavam a exploração sustentável dos recursos naturais. Por fim, o autor se refere ainda no contexto internacional com a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho, quando foram suscitadas as questões dos direitos dos povos.

O uso do conceito de povos tradicionais procura oferecer um mecanismo analítico capaz de juntar fatores como a existência de regimes de propriedade comum, o sentido de pertencimento a um lugar, a procura de autonomia cultural e práticas adaptativas sustentáveis que os variados grupos sociais analisados aqui mostram na atualidade.

Em relação à construção conceitual mediada pelas ciências jurídicas, diversos ordenamentos jurídicos regulamentaram o termo reconhecendo sua existência, o que reflete a importância da atual dimensão política das populações tradicionais (LITTLE, 2002). Os principais documentos legais que abordam a temática são:

- 1990 – Decreto 98.897 → Regulamentou as resex.
- 1992 – Portaria nº 22 do IBAMA → Criou o Centro Nacional das Populações Tradicionais.
- 1992 – Convenção da Diversidade Biológica → Estabeleceu diretrizes para a utilização sustentável da diversidade biológica e o acesso aos recursos genéticos.
- 2000 – Lei nº 9.985 → Instituiu o Sistema Nacional de Unidades de Conservação.
- 2001 – Medida Provisória nº 2.186-16 → Dispõe sobre o acesso a patrimônio genético e ao conhecimento tradicional associado.
- 2007 – Decreto nº 6.040 → Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais.

Após mais de duas décadas de luta, o Decreto nº 6.040, de 07 de fevereiro de 2007, em seu artigo 3º, inciso I, chega à seguinte definição conceitual:

Povos e Comunidades Tradicionais: grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usa territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição;

Uma vez reconhecida sua existência e o fato de que esses povos provocam alterações consideradas de pequena escala no ambiente, compatíveis com a sustentabilidade do ecossistema no qual estão interagindo, considerou-se que as comunidades, além de estarem aptas (em termos de gestão dos recursos), são diretamente interessadas na conservação dos recursos naturais (AGUILAR et al, 2002; ANTUNES, 2005; ARRUDA, 1999; CUNHA, 1999; CUNHA, ALMEIDA, 2002; DIEGUES, ARRUDA, 2001; SANTILLI, 2005).

Em seus estudos sobre o tema, Aguilar (2002) infere alguns pontos que foram motivo de polêmica para quebrar com o *status* vigente de ‘conservar, porém com as pessoas do lado de fora da cerca’. Seriam eles: a invisibilidade das pessoas; as pessoas, vistas como o problema principal; realizar a capacidade de suporte da área; controlar as ações humanas; estabelecer regras claras e eficazes para a participação das pessoas na gestão da área; diagnosticar o papel dos atores sociais.

Aos poucos, pesquisadores, o terceiro setor e as entidades estatais, começaram a esclarecer as dúvidas de como conciliar conservação com população, como aponta:

Poco a poco, se comienza a concebir a las poblaciones no sólo en términos de problema (crecimiento demográfico, consumo insostenible de los recursos, impacto ambiental, conflicto) sino como recurso de organización, gestión, conocimiento, experiencia y capacidad, promoción, demanda, instrumentación, legitimidad y apropiación (AGUILAR et al, 2002).⁴⁵

No Brasil, essa perspectiva socioambiental da conservação dos recursos ocorreu pela pressão das organizações internacionais⁴⁶ após a morte de Chico Mendes. Este fato coagiu o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis –

⁴⁵ “Pouco a pouco, se começa a conceber as populações não apenas em termos de problema (crescimento demográfico, consumo insustentável dos recursos, impacto ambiental, conflito), mas sim como recurso de organização, gestão, conhecimento, experiência e capacidade, promoção, demanda, instrumentação, legitimidade e apropriação”. (AGUILAR et al, 2002, tradução nossa).

⁴⁶ “Desde a década de 80, ONGs conservacionistas como a WWF, tradicionalmente ocupadas com a preservação de espécies e seus habitats, começam interagir com as populações do entorno e incorporá-las a seus projetos de preservação ao invés de retirá-las e cercar áreas consideradas intocadas. Mamirauá, na Amazônia, é um exemplo desta conjugação de interesses.” Garcia (1999).

IBAMA a redirecionar sua política ambiental inserindo a vertente social em seus projetos e programas, inclusive nas unidades de conservação.

Fruto deste novo paradigma é o CNPT- Centro Nacional de Populações Tradicionais. Criado em 1992 pela Portaria nº 22 do IBAMA⁴⁷, tem como objetivo traçado assumir as demandas sociais que surgissem frente às ações ambientais, como a elaboração de estratégias que propiciem a criação de resex. Melhor dito, tem como finalidade elaborar programas e ações demandadas pelas populações tradicionais através das suas entidades representativas, ou até mesmo por meio de organizações governamentais e não governamentais que tenham esse fim na sua constituição (ALEXANDRE, 2002; GARCIA, 1999; SANTILLI, 2005).

A partir da realização de um censo no ano de 2000, o CNPT demonstrou que esta categoria de unidade de conservação é viável, e para isso considerou os aspectos da renda econômica e qualidade de vida das populações tradicionais, que seria mais elevado do que nos centros urbanos; o fortalecimento da organização social destes grupos e ainda a vertente do manejo adequado dos recursos naturais (ALEXANDRE, 2002; DI CIOMMO, 2006).

Apesar de ser considerado um avanço fundamental, a legalização de áreas protegidas, como a resex, deve instituir uma política que considere a comunidade tradicional como heterogênea e passível de erros em suas práticas. Ao assumir essa postura, os órgãos ambientais ao mesmo tempo em que reconhecem os direitos consuetudinários das populações tradicionais, evitam medidas fragmentadas e dualistas que empurram a gestão ambiental para o precipício do antropocentrismo exacerbado, ignorando a existência de possíveis práticas danosas ao equilíbrio do ecossistema (ALEXANDRE, 2002; GARCIA, 1999).

⁴⁷Atualmente o CNPT é considerado um centro especializado ligado ao Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) não alterando suas principais funções.

4.3 As Reservas Extrativistas de Recursos Pesqueiros

A experiência de resex, que teve início na Amazônia, não levou tanto tempo para se expandir a outros biomas brasileiros e demais categorias de população tradicional. Foi o caso das reservas extrativistas de recursos pesqueiros, que vêm sendo criadas desde 1989 devido à crescente demanda das comunidades pesqueiras, principalmente nas regiões nordeste e sudeste (CHAMY, 2004; DI CIOMMO, 2006; GARCIA, 1999; RODRIGUES et al, 2004; SANTILLI, 2005).

Apesar de não haver a subcategoria ‘reserva extrativista de recursos pesqueiros’ definida no SNUC, estas resex são denominadas de ‘reserva extrativista marinha’ e possui algumas características peculiares em relação às resex de recursos florestais. A primeira delas diz respeito à população interessada, que se caracteriza por viver exclusivamente da pesca artesanal. O anseio dos pescadores e pescadoras é o reconhecimento dos seus direitos consuetudinários sobre o território, bem como da tradição de pesca (CHAMY, 2004).

Outra característica se refere à própria nomenclatura. Como foi dito anteriormente, estas resex são comumente conhecidas como marinha, mas isto não corresponde à realidade de todas. Em alguns casos, a maior parte da extensão da UC fica em terra, como no caso da Reserva Extrativista do Delta do Parnaíba; já em outras reservas quase toda a extensão fica em águas marítimas, é o caso da Reserva Extrativista do Corumbau; por fim há ainda o caso da Reserva Extrativista Acaú-Goiana, onde o estuário dos rios Goiana e Megaó além representar a maior parte da área da unidade é também a mais importante.

Na tentativa de solucionar este impasse, o Centro Nacional de Populações Tradicionais convencionou denominá-las de Reservas Extrativistas de Recursos Pesqueiros, deste modo abrangem comunidades pesqueiras independentemente de

estarem situadas na zona costeira ou de seu ecossistema se caracterizar por água doce ou salgada. (RODRIGUES et al, 2004).

Ainda em termos de territórios, as resex de recursos pesqueiros apresentam sérios conflitos nos casos onde a maior extensão territorial se localiza no mar. O fato da população pesqueira não ter direitos de posse da terra que margeia os limites da resex, gera uma situação oportuna para o alojamento dos interesses da indústria, turismo e agricultura, enfim, atividades nem sempre compatíveis com os objetivos de uma resex (DI CIOMMO, 2006). Por isto a definição dos limites geográficos se torna um dos aspectos prioritários quando da criação da UC.

O aumento no número de resex de recursos pesqueiros significa um processo importante para consolidar as estruturas de organização e mobilização social destes grupos (CHAMY, 2004). Além disso, estas populações têm conseguido chamar a atenção do Poder Público para áreas antes desamparadas de proteção, como a zona costeira brasileira, que poderia até estar coberta pela legislação, mas carecia de ações práticas para sua preservação.

A primeira resex de recursos pesqueiros foi a Reserva Extrativista Marinha do Pirajubaé, no ano de 1992 em Santa Catarina, composta por baía, estuário e manguezais. A reserva teria sido criada visando a conservação de um rio que transcorria a área, bem como o desenvolvimento social da população que vivia da extração dos recursos naturais naquela área (GARCIA, 1999).

No entanto, desde sua gênese, a Resex de Pirajubaé enfrentou sérias dificuldades, a começar pelo que caracterizaria a 'população tradicional'. O conflito se consolidou devido ao fato de que além dos coletores de mariscos (denominados na região de berbigão), também compunha a Associação da Reserva outros moradores que não se envolviam com o extrativismo (GARCIA, 1999; LOBÃO, 2006).

Garcia (1999), em seu estudo sobre a Resex de Pirajubaé, também registrou o problema enfrentado pelo avanço crescente da urbanização, assolando a área através da degradação advinda da ausência de planejamento urbano.

A construção da estrada Via Expressa Sul, que se estendeu durante cerca de sete anos para proporcionar melhoria no acesso da região sul de Florianópolis, foi um fator preponderante para provocar uma sucessão de problemas à referida Resex. Na discussão sobre a viabilidade da obra, a população foi descartada do debate pelo CNPT e teve que brigar sozinha sem o apoio de nenhum órgão ou entidade (GARCIA, 1999).

Neste caso, houve ainda sérios problemas entre a relação IBAMA x comunidade, sendo que “O IBAMA é encarado como agente repressor, ainda não houve absorção da idéia de um trabalho conjunto atuando com a comunidade na busca de soluções.” (Garcia, 1999).

Apesar dos fatores analisados, a Resex de Pirajubaé tem sua relevância histórica por ter sido a primeira com as suas características, enfrentando o desafio de adaptar a teoria e a prática das reservas extrativistas em um bioma diverso daquele que Chico Mendes lutou para conservar.

Da experiência da Resex de Pirajubaé para a criação da segunda resex de recursos pesqueiros tardaram cinco anos, até que a Reserva Extrativista Marinha de Arraial do Cabo foi criada no Rio de Janeiro, em 1997. Em seguida, vieram as demais⁴⁸, que distinguiram a costa brasileira com a marca da conservação, desde a região norte até o sul do país.

⁴⁸ As próximas reservas extrativistas de recursos pesqueiros criadas foram Resex da Baía de Iguape em 2000; Resex do Corumbau em 2000; Resex do Delta do Parnaíba em 2000; Resex Lagoa do Jequiá em 2001; Resex do Soure em 2001; Resex Chocoaré-Mato Grosso em 2002; Resex Mandira em 2002; Resex Maracanã em 2002; Resex Mãe Grande de Curuçá em 2002; Resex São João da Ponta em 2002; Resex do Batoque em 2003; Resex do Curupuru em 2004; Resex Arai-Peroba em 2005; Resex Caeté-Taperaçu em 2005; Resex Gurupi-Piriá em 2005; Resex Tracuateua em 2005; Resex de Canavieiras em 2006; Resex Acaú-Goiana em 2007.

Mesmo com todos os desafios enfrentados pelas experiências das primeiras resex de recursos pesqueiros, como os territoriais e populacionais, foi possível observar os pontos fundamentais que têm norteado a política das reservas extrativistas no Brasil. Cabe apenas levantar a questão que pode ser considerada o eixo central para o sucesso dessa categoria de UC: a participação para democratizar a gestão do ambiente.

4.4 Processos participativos em reservas extrativistas

Como pôde ser visto no histórico que registra o surgimento das reservas extrativistas, a palavra de ordem para essa categoria de unidade de conservação seria ‘participação’. Isto pode ser afirmado não apenas por haver determinação legal a ser cumprida, vai além, pois as reservas extrativistas só se tornaram possíveis por serem fruto de um intenso processo participativo de origem popular, inserindo a vertente social na política ambiental brasileira.

O cenário da participação pública no Brasil tem início marcante entre os anos de 1970 e 1980, quando se fortalecia a cultura reivindicatória e o enfrentamento das relações de subordinação ao Estado, àquela época, encarado como um verdadeiro inimigo. Contradizendo a política vigente, começam a surgir experiências de gestão pública e participação popular em pequenas cidades do país, como a formação dos conselhos de saúde e educação, dentre outros. A formação dos primeiros espaços de participação e o acesso ao Estado e suas instituições ganhou respaldo legal com a promulgação da Constituição Federal de 1998 (BAQUERO, 2001; FURRIELA, 2002; SANTOS, 2005).

Esta conjuntura impulsiona uma nova maneira de se interpretar a gestão pública, como explica Santos (2005, p. 47-48):

A utilização de métodos participativos pode ser uma importante ferramenta para viabilização da democracia e da participação ativa em tomadas de decisão sobre temas de interesse público, mas, para isso, sua utilização deve

ocorrer no âmbito de processos mais amplos que envolvam a mobilização e organização social e a promoção de uma cultura de participação ativa dos sujeitos.

Para levar a cabo esta realidade, temos que partir com dois pressupostos básicos: a sociedade civil organizada e espaços públicos decisórios. Somente com a simbiose destes elementos podemos pensar em processos participativos e entender como esse momento acontece.

Inicialmente se faz importante elucidar que a sociedade civil, de acordo com Demo (1993, p. 27), seria “a capacidade histórica de a sociedade assumir formas conscientes e políticas de organização”. Este conceito amplo se torna bastante conveniente por não exigir dos diversos grupos sociais certa formalidade jurídica (como a existência de cadastros ou licenças) para decretar sua existência, ou seja, para que um grupo tenha força política e provoque mudanças substanciais não necessita estar revestido sob a formalidade de uma pessoa jurídica.

Quando tratamos de espaço público⁴⁹ tampouco estamos nos referindo necessariamente a uma figura estática ou bem definida. Uma descrição mais primária do termo introduz a idéia da construção de um consenso coletivo acerca de assuntos de interesse público, o que pode ser verificado em associações, universidades, assembléias, etc.

Ao progredir para a formação de uma consciência de grupo, muitas vezes acaba desencadeando em níveis superiores de discussão, como instâncias específicas e institucionalizadas com plenas condições de obter um lugar na pauta pública, como é o caso, por exemplo, das redes, conselhos e comitês (SANTOS, 2005).

À medida que os grupos sociais compreendem que grande parte das decisões tomadas na esfera pública tem interferência, no mínimo, indireta em sua realidade

⁴⁹ Segundo Santos (2005, p. 53) “Por ser “público” devem-se entender aqueles aspectos da vida social que não são privados nem estatais e, ao mesmo tempo, são de interesse de uma coletividade humana”.

diária, cresce a demanda por espaços de participação política e pelo aprimoramento dos mecanismos de participação, principalmente quando tratamos de questões ambientais (AGUILAR et al, 2002; BAQUERO, 2001; FURRIELA, 2002; SANTOS, 2005).

Atualmente, a participação dos grupos de interesses tem sido considerada como a coluna vertebral para as ações de conservação e uso sustentável dos recursos naturais.

Então, afinal, de que ‘participação’ estamos falando? Para essa pergunta Demo (1993, p. 18) define da seguinte maneira:

Dizemos que participação é conquista para significar que é um processo, no sentido legítimo do termo, infindável, em constante vir-a-ser, sempre se fazendo. Assim, participação é em essência autopromoção e existe enquanto conquista processual. Não existe participação suficiente, nem acabada. Participação que se imagina completa, nisto mesmo começa a regredir.

Complementando a idéia acima exposta, Aguilar (2002) conceitua:

La participación es un proceso social por medio del cual los distintos integrantes de La población, en función de los intereses propios (clase, grupo y género, entre otros), intervienen directamente y por medio de sus representantes en la marcha de los distintos aspectos de la vida colectiva.⁵⁰

A participação também se trata de um princípio do Direito Ambiental que, conforme Oliveira e Guimarães (2004, p. 106-107), deve:

[...] permitir a todos a possibilidade de influenciar na tomada de decisões sobre as questões relativas ao meio ambiente. A participação deve ocorrer nos vários níveis. Deve o cidadão ter a possibilidade de participar da formação das decisões administrativas ambientais, que devem deixar de ser tomadas isoladamente por um funcionário público ou por comissões e passar às mãos da sociedade civil e das organizações não-governamentais.

Logo percebemos que os processos participativos exigem a cidadania coletiva como eixo central, posto que a atuação individual dificilmente atende a assuntos de relevância social. A organização dos indivíduos em grupos tende a surtir mais efeitos práticos e representativos, quando utilizada estrategicamente para mobilizar espaços públicos (DEMO, 1993).

⁵⁰ “A participação é um processo social por meio do qual os distintos integrantes da população, em função dos próprios interesses (classe, grupo e gênero, entre outros), intervêm diretamente e por meio de seus representantes na marcha dos distintos aspectos da vida coletiva.” (AGUILAR, 2002, tradução nossa)

Mas, essa participação não deve ser meramente figurativa, somente para cumprir com requisitos burocráticos da legislação ambiental. Para tanto, se faz necessário aliar à participação o princípio da informação (ANTUNES, 2005; OLIVEIRA; GUIMARÃES, 2004).

A informação é um direito garantido pela Constituição Federal de 1988. Ter acesso às informações⁵¹ que norteiam a política ambiental é essencial para uma participação qualificada em processos decisórios, uma vez que permite aos grupos sociais competir em condições mínimas para tomar decisões, evitando alguns conflitos socioambientais (ANTUNES, 2005).

Este mesmo entendimento se aplica aos processos participativos em áreas protegidas. Neste caso, o elemento central é possibilitar espaços decisórios para as questões referentes à conservação, uso, manejo e controle dos recursos naturais. Justamente pela relevância desses tópicos, surge a necessidade de qualificar a participação dos indivíduos, ao contrário, tudo estaria fadado ao universo do ‘faz-de-conta’ (AGUILAR et al, 2002).

Recentemente, o arcabouço legal vigente no Brasil corrobora com este cenário. Todavia, esta situação de plenos direitos não foi a título gratuito. Vejamos: o projeto inicial que previa o Sistema Nacional de Unidades de Conservação tinha um caráter estatal, melhor dito, era fruto da cultura do gabinete, visto que não contemplava mecanismos concretos para a participação social ou consulta popular, no que tange a criação, implantação e gestão das UC's (SANTILLI, 2005).

⁵¹ Oliveira e Guimarães (2004, p.107) explicam que “(...) esse direito abrange tanto o direito de fornecer, quanto o de procurar informações e dirigir-se não somente aos meios de comunicação, mas a toda pessoa física ou jurídica que seja portadora de qualquer espécie de informação.”

Após um longo período de pressão por parte dos atores sociais e da interferência de técnicos especializados⁵², houve a promulgação da Lei 9.985 de 2000, desta vez inserindo basicamente duas orientações sobre o assunto: assegurar às comunidades locais o direito de participação em todas as fases de uma UC's e incentivar essas comunidades, bem como outras organizações, a participar da gestão das áreas protegidas.

Com isto, o SNUC passou a definir os critérios para a criação, implantação e gestão das unidades de conservação e reconhecer os aportes das populações tradicionais para a conservação e uso sustentável da biodiversidade.

Cada unidade de conservação, baseada também na categoria (proteção integral ou uso sustentável) a qual se enquadra, recebe tratamento específico para cada uma de suas etapas, ou seja, cada UC terá requisitos e exigências diferenciadas de forma a atender a sua finalidade.

Para compreender, de forma geral, como surge uma reserva extrativista, será utilizada a base teórica de alguns dispositivos da própria Lei nº 9.985 de 2000, do Decreto nº 4.340 de 2002 e da Instrução Normativa nº 03 de 2007 do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. A maior ênfase será dada aos aspectos referentes à etapa de 'criação', como segue abaixo:



⁵² Como os antropólogos que vinham estudando as comunidades tradicionais e fornecendo subsídios para a elaboração de uma nova política ambiental.

Conforme pode ser visto no esquema acima, a fase de ‘criação’ se torna vital para a resex, a começar pelo caráter de legitimidade que essa modalidade de UC exige, tendo a reserva extrativista o requisito essencial de demanda popular.

O primeiro passo, portanto, é a necessária organização social da comunidade para sustentar suas reivindicações nos espaços decisórios. Neste caso, o destaque é que a ‘participação’ deixará de ser facultativa para a população a partir do momento que solicite a resex. Ao mesmo tempo em que é um direito, se converte em dever intransferível.

A comunidade, então, realiza a solicitação formal de criação da reserva. Não há na legislação uma interpretação restritiva para a formalidade desta solicitação, na prática o mais recorrente são os abaixo-assinados. Cabe então ao órgão ambiental recepcionar a demanda e seguir com os trâmites administrativos.

Para o Poder Público, representado pelo órgão ambiental, o princípio de tudo está no estudo técnico que irá, dentre outras coisas, analisar a viabilidade para criar esta categoria de UC; diagnosticar os aspectos mais relevantes da área e da comunidade em questão e realizar reuniões com a comunidade. Caso o estudo técnico obtenha um resultado favorável, o processo administrativo de criação da reserva extrativista é oficializado.

Finalmente, o órgão ambiental tem o dever de escutar incansavelmente a população e demais atores interessados para dirimir todas as dúvidas e concretizar a proposta da comunidade, o que se fará através das Consultas Públicas.

As Consultas Públicas, exigência legal para as reservas extrativistas, podem ser consideradas como verdadeiros espaços públicos decisórios, por isto, devem garantir que se cumpram minimamente dois princípios já apresentados: o da participação e o da informação.

Este é o momento em que a população terá oportunidade de expor suas pretensões, conhecer os argumentos técnicos e dialogar com outros interessados, como as organizações não governamentais e o setor produtivo. As informações que serão veiculadas durante as Consultas devem ser claras, inteligíveis e idôneas, de modo que todos tenham a oportunidade de tomar suas decisões.

A última fase para criação da resex fica a cargo do Poder Executivo, quando através de um decreto oficializa a existência jurídica da reserva extrativista, reconhecendo a demanda legítima da população extrativista.

Podemos considerar que se um processo de criação de reserva extrativista (na maioria das vezes não tão simples como se encontra no papel) transcorrer de forma construtiva e cumprindo os requisitos legais, teremos uma resex exemplar, sem maiores problemas para as demais etapas de implantação e gestão.

Também podemos considerar que se algum destes pontos apresentados falharem, o processo pode até ser conduzido a um decreto, contudo teremos uma resex que já nasce doente, debilitada em sua origem, sendo que as demais etapas estarão passíveis de vício, como adverte Santos (2005, p. 42):

Mas em meio a essa profusão de espaços públicos é preciso reconhecer que a participação ativa dos cidadãos e cidadãs ainda representa um enorme desafio. É muito comum que espaços públicos sejam “criados” como meras formalidades e como pré-requisitos para a obtenção de recursos externos. Outras vezes, eles reproduzem relações desiguais de poder e de dominação. Com efeito, a superação de condições desiguais de poder, de acesso à informação e aos direitos constitui uma meta a ser alcançada em qualquer espaço público no Brasil.

Nos espaços decisórios da esfera ambiental (assim como em outras áreas), os grupos de interesses estão susceptíveis a enfrentar alguns desafios que podem dificultar ou até inviabilizar os processos participativos. Analisando o trabalho de alguns estudiosos sobre o assunto, Aguilar (2002), Chamy (2004), Demo (1993), Furriela (2002), Garcia (1999), Prado 2000, Santos (2005), podemos indicar as principais

dificuldades encontradas na prática destes processos, conforme apresenta o Quadro 02 abaixo:

Quadro 02: Principais dificuldades encontradas por grupos de interesses em espaços decisórios na esfera ambiental.

	Principais dificuldades
Comunidade	Comodismo e assistencialismo
	Ausência de políticas públicas
	Carência de organização social
	Situação de pobreza sócio-econômica
	Pouco conhecimento sobre a legislação ambiental
	Bloqueios ou limitações na comunicação
	Diversidade de interesses dentro da própria comunidade
	Ausência de diálogo
	Desconsiderar a importância da equidade de gênero nos espaços decisórios
Órgão ambiental	Propor ações que não se identificam com a comunidade
	Incompetência técnica e/ou política
	Pouca habilidade dos técnicos na condução do processo
	Herança repressora de alguns órgãos ambientais
	Ausência de diálogo
	Bloqueios ou limitações na comunicação
	Sobrepôr interesses (econômicos) externos aos da comunidade
	Burocracia excessiva
	Desconsiderar a importância da equidade de gênero nos espaços decisórios

Dentre as principais dificuldades enfrentadas, tanto pela comunidade quanto pelos órgãos ambientais, gostaríamos de destacar uma comum a ambos, o fato de desconsiderar a importância da equidade de gênero nos espaços decisórios.

Este posicionamento é defendido por Aguilar (2002) que em estudos sobre áreas protegidas na Mesoamérica identificou a ausência das mulheres nos processos participativos que se referem às suas vidas, assim como da dinâmica da comunidade, visto que as mulheres ainda ocupam poucos cargos de coordenação ou direção de grupos comunitários e outras organizações.

Os estudos apontaram ainda que, mesmo quando em alguns casos as mulheres nunca tenham se pronunciado nestes espaços participativos colocando suas opiniões, os técnicos envolvidos em UC's acabam considerando que houve tomada de decisão por parte das mulheres, já que pertencem a um grupo determinado envolvido no debate.

Desta maneira, a autora aponta como uma possível saída para superar esse obstáculo o reconhecimento da diversidade existente em um grupo, pois:

Las ecorregiones están habitadas por personas y por grupos sociales diversos y por complejas redes sociales que involucran variables como la edad, el grupo étnico y el sexo, entre otros. Fomentar que los trabajos de conservación de la biodiversidad reconozcan la diversidad de grupos de interés, los distintos tipos de comunidad y las formas en que éstas se conciben. (AGUILAR *et al*, 2002)⁵³.

⁵³ “As ecorregiões estão habitadas por pessoas e por grupos sociais diversos e por complexas redes sociais que envolvem variáveis como idade, o grupo étnico e o sexo, entre outros. Fomentar que os trabalhos de conservação da biodiversidade reconheçam a diversidade de grupos de interesses, os distintos tipos de comunidade e as formas em que estas se concebem.” (AGUILAR *et al*, 2002, tradução nossa)

5. METODOLOGIA

Foram utilizadas as seguintes técnicas:

A. Pesquisa de campo, coletando dados através da observação dirigida, entrevistas informais e entrevistas abertas e semi-abertas;

B. Observação, reconhecimento e acompanhamento das reuniões com a produção de diários de campo, registros fotográficos e gravação em áudio;

C. Análise documental do processo administrativo de criação da Resex, dos arquivos em áudio do IBAMA, da revisão bibliográfica e da revisão legislativa.

As técnicas e instrumentos adotados na realização desta pesquisa foram utilizados conforme descrição detalhada a seguir.

5.1 Delimitação da área de estudo

A Reserva Extrativista Acaú-Goiana tem seus limites geopolíticos constituídos pelos Estados da Paraíba e de Pernambuco, na região do Nordeste brasileiro. No Estado da Paraíba, compõe a Resex o distrito de Acaú, pertencente ao município de Pitimbu, e o município de Caaporã, localizados no sul do Estado. Por sua vez, em Pernambuco está o município de Goiana, abarcando as comunidades de Carne de Vaca, Povoação de São Lourenço, Tejucupapo e Baldo do Rio Goiana, localizadas no litoral norte do Estado.

A área de estudo foi delimitada considerando dois campos de interesse para a Resex: a comunitária e a administrativa.

No campo comunitário foram selecionados o distrito de Acaú (PB) e a povoação de Carne de Vaca (PE). A eleição se justifica pelo fato destas comunidades sofrerem influência direta da região do estuário, devido a sua localização geográfica. Acaú e Carne de Vaca trazem um elemento comum, pois, apesar de se encontrarem em diferentes unidades federativas, são áreas fronteiriças e estão conectadas-separadas pelo

estuário dos rios Goiana e Megaó, que representa ao mesmo tempo uma ponte divisória entre as localidades, mas, também seu denominador comum.

Para a identificação destas áreas foram realizadas visitas a campo com a técnica da observação dirigida, entrevistas com as marisqueiras e pesquisas a arquivos públicos, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística e das Prefeituras de Pitimbú e Goiana.

A partir dos estudos com a comunidade de marisqueiras nestas duas localidades, buscou-se estabelecer parâmetros mínimos para toda a Reserva Extrativista.

No campo administrativo a pesquisa focou sua atuação na sede da superintendência do IBAMA Paraíba, responsável pelo andamento do processo de criação da Resex Acaú-Goiana, e do IBAMA Pernambuco, que também colaborou com o processo. Nas superintendências foi analisada a documentação sobre o processo de criação da Resex disponível para consulta pública e realizada entrevista com técnicos envolvidos com a criação da Resex.

5.2 O enfoque nas marisqueiras

As comunidades de Acaú e Carne de Vaca, bem como as demais povoações envolvidas na Resex Acaú-Goiana, são compostas majoritariamente pela população pesqueira subdivida entre pescadores e pescadoras, estas mais conhecidas localmente por marisqueiras.

As marisqueiras possuem forte expressividade local em diversos aspectos: sociocultural, econômico e ambiental. Além destes aspectos apresentados, a pesquisa identificou que as marisqueiras possuíam o protagonismo como uma importante característica, o que foi constatado a partir de entrevistas informais com técnicos do IBAMA e da UFPB, envolvidos no diagnóstico da área, além do acompanhamento das Consultas Públicas ocorridas em março de 2007.

Essa descoberta inicial trouxe um novo enfoque para a pesquisa, que seria estudar o envolvimento destas mulheres na criação da Resex Acaú-Goiana.

5.3 Pesquisa de campo e análise dos dados

A pesquisa de campo consistiu em 26 visitas no período de março de 2007 a maio de 2008, sendo 21 delas realizadas no campo comunitário e 05 no campo administrativo, conforme descrição abaixo:

Acompanhamento das Consultas Públicas

Em março de 2007, o IBAMA PB e PE, juntamente com o CNPT, organizaram as Consultas Públicas, exigidas por lei, para dar legitimidade à solicitação de criação de reservas extrativistas. O Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente-PRODEMA da Universidade Federal da Paraíba tomou conhecimento das consultas por meio do Ofício nº 03/2007 emitido pelo IBAMA.

Na ocasião, o PRODEMA encaminhou a pesquisadora como observadora, por meio do Ofício nº 46/2007, para acompanhar as 02 Consultas Públicas realizadas. A primeira Consulta ocorreu em Acaú e a segunda em Goiana, o que foi feito mediante técnica de observação dirigida, pontuando: papéis desempenhados pelos atores e comunidades envolvidas; possíveis interferências de interesses externos; qualidade do espaço público decisório (participação equitativa, linguagem, apresentação de informações); probidade administrativa dos agentes do IBAMA; legalidade e legitimidade do processo.

Esta etapa foi registrada em diário de campo e teve como resultado uma análise comparativa com a legislação vigente à época e cotejada com a revisão bibliográfica.

Conhecimento da área da Reserva Extrativista Acaú-Goiana

Entre julho de 2007 e maio de 2008 foram realizadas cinco visitas ao distrito de Acaú e ao município de Goiana que contribuíram para delimitar a área de estudo, localizar informantes-chave, definir os grupos sociais existentes e investigar sobre a existência de documentos referentes à criação da Resex.

Nesta fase, a observação dirigida conduziu a utilização de alguns instrumentos. As entrevistas informais foram adotadas inicialmente para obter as primeiras informações sobre a área, identificar os grupos sociais e os informantes-chave, o que, por sua vez, era registrado em diários de campo produzidos após cada retorno da comunidade.

Em contato com os grupos, buscou-se documentos elaborados e arquivados pelos próprios moradores que acusassem dados referentes à Resex, com o objetivo de comparar a versão “oficial” àquela advinda da comunidade. Contudo, é comum que em localidades pesqueiras os comunitários não possuam o hábito de registrar sua história de forma escrita, a oralidade persiste como um elemento marcante de sua cultura e não foi diferente nas áreas estudadas.

Solicitação do processo administrativo

Certamente esta foi a etapa mais complicada da pesquisa de campo, não pelo número de visitas ao IBAMA, somando 03 ao total, mas sim pela morosidade e desconhecimento da burocracia interna do próprio órgão.

O processo administrativo de criação da Reserva Extrativista Acaú-Goiana está registrado sob o nº 02001.000442/2002-41 e foi protocolado em 14 de janeiro de 2002. Anexado a este processo constam todos os documentos necessários para a criação da Resex, incluindo a petição dos comunitários, pareceres e relatórios técnicos.

Tal como rege a Lei nº 9.784 de 1999, em seu capítulo II, artigo 3º, inciso II é direitos dos administrados “ter ciência da tramitação dos processos administrativos que tenha a condição de interessado, ter vista dos autos, obter cópias de documentos neles contidos e conhecer as decisões proferidas”.

Baseado neste princípio legal, os primeiros contatos diretamente com técnicos do IBAMA ocorreram em junho de 2007 com a finalidade de esclarecer sobre a pesquisa e solicitar a contribuição do referido órgão no que diz respeito, por exemplo, a disponibilização de documentos. Uma cópia do processo administrativo foi então solicitada ao IBAMA em agosto de 2007.

Porém, técnicos do órgão não entravam em acordo em relação ao *modus faciendi* da solicitação deste documento legal, o que resultou em um novo pedido, realizado em consonância com as novas exigências do órgão.

Em outubro de 2007, o IBAMA comunica o recebimento da cópia do processo administrativo remetido desde Brasília. Apesar da morosidade, houve a entrega da cópia integral do processo com documentos datados até 28 de setembro de 2007, com 650 páginas, divididas em IV volumes.

Em novembro de 2007 foi feita uma nova solicitação ao IBAMA, desta vez o pedido tinha como objeto arquivos audiovisuais e cartas georreferenciadas. A solicitação foi atendida posteriormente com a obtenção de um mapa da Resex e de arquivos em áudio, gravados nas reuniões que apresentaram os dados parciais relativos ao diagnóstico da área. Essas reuniões foram realizadas pelo CNPT/IBAMA nas comunidades envolvidas com a Resex no ano de 2006.

A partir de então se iniciaram os estudos do processo, analisado de forma descritiva, levando em consideração os seguintes pontos: levantamento do histórico de criação da Resex, pontuando as fases estabelecidas pela legislação vigente à época;

identificação dos principais grupos de interesses, das lideranças e da comunidade em geral no processo participativo.

Já os arquivos em áudio, que registraram as reuniões prévias consultivas, ocorridas nas comunidades no ano de 2006, foram um aliado importante para o estudo, visto que à época da realização destas reuniões a pesquisa ainda não havia começado. A escuta do material substituiu a observação dirigida. Os aspectos que deveriam ser observados foram pontuados previamente, dando seqüência à elaboração de um relatório com análise descritiva.

Estes pontos se basearam na bibliografia consultada e na legislação vigente à época, a serem descritos: motivo da solicitação de criação da resex; papéis desempenhados pelos atores e comunidades envolvidas; possíveis interferências de interesses externos; qualidade do espaço público decisório (participação equitativa, linguagem, apresentação de informações); proibidade administrativa dos agentes do IBAMA; legalidade e legitimidade do processo.

Pronunciamento de criação da Resex Acaú-Goiana

Decretada a criação da Reserva Extrativista Acaú-Goiana, em 27 de setembro de 2007, o IBAMA realizou em Acaú uma reunião com a presença das principais lideranças da Resex, das marisqueiras e pescadores para anunciar a existência oficial da Unidade e Conservação. Houve o acompanhamento desta reunião a partir da observação dirigida, definindo e analisando descritivamente: a aceitação e conhecimento da comunidade à nova resex; o nível de articulação das lideranças; as próximas etapas e desafios para a resex. Nesta fase, utilizou-se como instrumento o registro fotográfico, gravação em áudio e a produção de diário de campo.

Identificação do universo da mariscagem

Esta etapa da pesquisa ocorreu no campo comunitário de forma concentrada durante duas semanas sucessivas entre março e abril de 2008, nas comunidades de Acaú e Carne de Vaca.

Mais uma vez, a observação dirigida foi fundamental para o trabalho, pois norteou a estratégia utilizada para realizar as entrevistas com as marisqueiras. O primeiro passo foi estabelecer critérios de seleção das marisqueiras a serem entrevistadas, e para isso foram aplicadas entrevistas teste. Os critérios empregados para a entrevista foram majoritariamente a variabilidade de idade e a disponibilidade de tempo, sendo descartados outros critérios como raça/etnia, que não faziam sentido para aquela realidade bem como para o objeto de estudo.

As entrevistas se adequaram à rotina diária dessas mulheres, essencialmente ligada à variação da maré. O período estabelecido para realizá-las variava de acordo com as marés altas, posto que nas marés baixas e na enchente da maré as marisqueiras estavam nos bancos de areia coletando ou realizando as demais etapas da mariscagem.

O roteiro da entrevista baseou-se no material técnico *Que cherche trouve: Élaboration de diagnostics participatifs selon une démarche soucieuse d' éqüite entre lês sexes*, elaborado por Aguilar, Briceño, Valenciano e Chacón (1999). Em sua estrutura, contou com 80 perguntas abertas, semi-abertas e fechadas divididas em doze blocos temáticos: I. Estrutura família, II. Terra e moradia, III. Área, IV. Recursos naturais, V. Caracterização da marisqueira, VI. Caracterização da mariscagem, VII. Divisão sexual do trabalho, VIII. Direitos Trabalhistas, IX. Participação da mulher na comunidade, X. Participação e organização comunitária, XI. Reserva extrativista, XII IBAMA e ICMBio.

Foi delimitada uma amostra de 30 (n=30) marisqueiras considerando um universo estimado em 200 marisqueiras. O roteiro de perguntas era identificado por um número, deixando em sigilo o nome da entrevistada, seguido da identificação da localidade em que foi realizada (Acaú ou Carne de Vaca). As entrevistas eram feitas na casa da marisqueira e as perguntas eram ditadas e, se necessário, repetidas até que compreendessem o conteúdo, porém tomando cautela para não influenciar nas respostas, que só então eram anotadas pela pesquisadora. Cada entrevista durava entre 45 minutos a 2 horas.

Os dados foram tratados pela estatística básica descritiva com base em Levin (1987), utilizando os softwares Statistica 7 e Microsoft Office Excel 2003, da seguinte maneira: a. cada pergunta foi considerada uma variável; b. perguntas abertas foram transformadas em categorias; c. o banco de dados foi elaborado em planilhas no Excel; d. as planilhas foram importadas ao Statistica e transformadas em tabelas de contingência; e. os resultados das tabelas de contingência tiveram o cálculo em porcentagem e/ou valores mínimos, máximos e a média.

Nesta fase do trabalho, de identificação do universo das marisqueiras, aplicou-se ainda a técnica da observação participativa para acompanhar todas as etapas que compõem a mariscagem, passando posteriormente por uma análise descritiva. Em uma manhã, foi possível seguir no estuário um grupo de marisqueiras realizando a catação do marisco nas croas. Em outros momentos do dia, *in loco*, a pesquisa se dedicou a acompanhar as demais etapas da mariscagem, como o cozimento e o debulhamento da “carne” do marisco.

Todas estas etapas foram registradas por meio fotográfico, vídeo e diários de campo.

Entrevistas com informantes-chave

A pesquisa contou com cinco informantes-chave, duas no campo administrativo e três no campo comunitário. A primeira categoria de informantes se definiu por técnicas do IBAMA, envolvidas desde o princípio com o processo de criação da Resex Acaú-Goiana. Já para identificar as informantes comunitárias, se utilizou critérios mais subjetivos, que foram liderança e representatividade na comunidade, observados nas visitas de campo realizadas desde o início da pesquisa.

Uma vez definidas as informantes-chave, foram realizadas em maio de 2007 quatro visitas a campo em Acaú, Goiana, Recife e João Pessoa para a realização das entrevistas. Por serem duas as categorias de informantes-chave, foram elaborados dois roteiros de entrevistas: informantes técnicos e informantes comunitários.

As informantes técnicas foram entrevistadas nas sedes do IBAMA, com um roteiro de treze perguntas abertas ditadas oralmente e respondidas da mesma maneira, tudo sendo gravado em meio de áudio digital. O teor das perguntas se centrou na fase de criação da Resex, na identificação dos protagonistas, em questões de gênero e ambiente e análises para a futura gestão.

As informantes comunitárias foram entrevistadas em suas localidades com um roteiro de onze perguntas abertas também ditadas oralmente e respondidas da mesma maneira, tudo sendo gravado em meio de áudio digital. Neste caso, foram admitidas perguntas subjetivas que focaram, dentre outras coisas, a motivação para atuação política, a fase de criação da Resex, a identificação dos protagonistas, questões de gênero e ambiente e análises para a futura gestão.

As entrevistas tiveram uma média de duração de 35 minutos à 1 hora.

Para analisar esses dados, foi aplicada a análise do discurso (SPINK, 1995), conforme descrição: a. transcrição das entrevistas; b. leitura flutuante do material

alternada com escuta do arquivo em áudio, para aperfeiçoar a escuta, permitindo assim a identificação do tema, da retórica e da construção do pensamento; c. voltar à análise dos objetivos da pesquisa, no intuito de definir com nitidez o objeto de análise; d. conduzir as categorias de resultados a um quadro pontuando sua relação com o contexto estudado.

5.4 Pesquisa bibliográfica

Revisão bibliográfica

Esta técnica de documentação indireta, a revisão bibliográfica, se realizou no período de março de 2007 a agosto de 2008. Foram consultados predominantemente livros, artigos científicos e manuais técnicos utilizando como principais palavras-chave: meio ambiente, cidadania, gênero e ambiente, reserva extrativista e processos participativos.

Revisão legislativa

Foi realizada ainda, com a técnica da documentação indireta, uma revisão da legislação ambiental brasileira vigente, com um enfoque especial na legislação federal, uma vez que a Reserva Extrativista Acaú-Goiana é de competência federal. Dessa maneira foram revisadas: a Constituição Federal, leis, decretos.

Houve, além disso, a consulta a projetos de lei referentes ao temas tratados pelo trabalho, bem como a instruções normativas expedidas pelos órgãos ambientais.

6. RESULTADOS

6.1 Descrição da área de estudo

As comunidades de Acaú (PB) e Carne de Vaca (PE) estão inseridas nos municípios de Pitimbú e Goiana, respectivamente, motivo pelo qual será apresentada uma panorâmica destas duas cidades, enfatizando a circunstância ambiental local na contemporaneidade. Posteriormente, as localidades estudadas por este trabalho, Acaú e Carne de Vaca, serão descritas e caracterizadas.

6.1.1 Os municípios de Pitimbú e Goiana

Pitimbú e Goiana são municípios limítrofes entre os Estados da Paraíba e Pernambuco e compartilham a Reserva Extrativista Acaú-Goiana.

Pitimbú, município da zona costeira paraibana, se localiza no litoral sul do Estado, tendo o Oceano Atlântico a leste e Goiana logo ao sul. Encontra-se em posição estratégica em relação à capital João Pessoa, a uma distância de apenas 68 km com fácil acesso pela BR-101 e pelas PB-044 ou PB-008. Com uma subdivisão de quatro distritos, Acaú, Taquara, Andreza e Camocim, Pitimbú tem uma área aproximada de 136,05 Km² e cerca de 16.140 habitantes (IBGE, 2007).

Em termos de prestação de serviço social, Pitimbú conta com 06 unidades municipais de saúde e, na educação, consta com 2.708 alunos matriculados no ensino fundamental, 563 na pré-escola e apenas 313 no ensino médio (IBGE, 2007).

A pesca é considerada como a principal fonte de renda local, no entanto, para os órgãos oficiais, são outras as atividades reconhecidas por movimentar a região e contratar mão de obra assalariada. Segundo Censo IBGE 2007, a administração pública sai na frente, contratando 499 pessoas, seguida do comércio com 75 pessoas e, por fim, as atividades imobiliárias com 23 indivíduos.

O município litorâneo é banhado por praias que compõe uma bela paisagem, atraindo grande número de veranistas e turistas durante a alta estação (período que vai de dezembro a fevereiro), gerando empregos temporários para parte da população.

O município de Goiana também compartilha o oceano Atlântico a leste de sua divisa, compondo a zona costeira pernambucana, e ao norte faz fronteira com Pitimbu. Localizada a apenas 60 km da capital Recife, está bem conectada com as estradas BR-101, PE-15 e PE-01.

Com forte passado histórico anterior a 1570, a cidade com aproximadamente 71.796 habitantes e 501,17 km² foi a primeira a declarar o fim da escravidão, além de ter participado ativamente do ciclo da cana de açúcar.

Atualmente Goiana está subdivida em dois distritos, Ponta de Pedras e Tejucupapo, e ainda as localidades de Frencheiras, Gambá, Ibeapicu, Melões, Atapuz, Catuama, Carrapicho, São Lourenço e Carne de Vaca.

Goiana conta com melhor estrutura para atender algumas das demandas sociais. Na área da saúde são 27 unidades municipais e 01 estadual, o que acaba atraindo moradores de outros municípios para serem atendidos, inclusive os de Pitimbu. Na educação os números são otimistas, com 15.185 alunos matriculados no ensino fundamental, 2.680 no pré-escolar e 4.435 alunos no ensino médio (IBGE, 2007).

Apesar de uma economia relativamente diversificada, a principal atividade responsável pela maior parte dos empregos assalariados em Goiana é o cultivo da cana-de-açúcar e a agroindústria sucroalcooleira, com 4.164 pessoas contratadas para trabalhar com o plantio, colheita e processamento da cana-de-açúcar; em segundo lugar está a administração pública, responsável por 2.158 pessoas; em seguida o comércio, com 1.960 contratações (IBGE, 2007, CPRH, 2003).

O turismo e a cultura são destaques do município, e como Pitimbú acaba atraindo um grande público no verão, ávido por frequentar as praias locais.

Porém, Goiana e Pitimbú, em sua divisa, compartilham o estuário dos rios Goiana e Megaó, talvez a zona mais importante para ambos os municípios. A área está inserida no bioma Mata Atlântica e é formada pelo ecossistema de mangue, vital para a preservação da cultura local da pesca artesanal e da catação de marisco, pois a pesca no estuário supera a marítima, garantindo o sustento econômico das famílias locais (CPRH, 2003). No entanto, não existem levantamentos oficiais de quantas famílias sobrevivem da pesca artesanal naquela região.

No ano de 2002, o IBGE traçou o Perfil dos Municípios Brasileiros – Meio Ambiente. Este estudo revelou como vem sendo realizada a política ambiental municipal, em termos de quadro institucional, condições do meio ambiente e instrumentos de gestão ambiental. Os resultados, no geral, demonstram que o município⁵⁴ ainda tem muitas etapas a serem cumpridas para atingir a competência constitucional que lhe cabe.

Tanto Pitimbú quanto Goiana declararam não possuir secretarias específicas de meio ambiente, havendo apenas departamentos similares inseridos em outros órgãos do município. Os conselhos municipais de meio ambiente também parecem ser uma realidade distante a essas cidades, porém Goiana sai na frente por compor o Comitê de Bacia Hidrográfica do rio Goiana, fato ainda não consumado em Pitimbú. Essa falta de uma estrutura institucional mínima acaba refletindo no fato de ambos os municípios nunca tenham recebido nenhum tipo de recurso financeiro específico para meio ambiente.

⁵⁴ Há uma ressalva importante, pois todas as informações prestadas ao censo são oriundas dos representantes da prefeitura, deixando os resultados muitas vezes vulneráveis à possíveis “máscaras”.

Ainda em termos institucionais, é importante ressaltar que, até a época da pesquisa realizada pelo IBGE, não havia indícios de qualquer ação para elaboração da Agenda 21 Local nessas cidades. Por sua vez, em Pitimbú havia uma preocupação mínima em regulamentar a matéria ambiental, constando no seu plano diretor capítulo a respeito. Já em Goiana, a regulamentação ficou por conta Lei Orgânica do Município.

Em relação às condições ambientais locais, diversas mudanças na qualidade do ambiente provocaram dano nos últimos anos nos dois municípios.

Toda transformação no ambiente local implicou em prejuízos para Pitimbú, como a água poluída pela criação de animais, despejo de esgoto doméstico e de resíduos sólidos; além do assoreamento de corpo d'água, provocado por desmatamento e expansão de atividade agrícola.

Em Goiana os danos foram ainda maiores, afetando ar, água e solo. A expansão das atividades agrícola e industrial, somadas a odores de lixo, queimadas, veículos automotores e vias não pavimentadas foram as principais responsáveis pela poluição do ar. Quanto aos corpos d'água, os principais problemas são a criação de animais, despejo de vinhoto, despejo de esgoto doméstico, uso de agrotóxico ou fertilizante. No caso do solo, a extração mineral, a atividade pecuária, chorume, sumidouros, resíduos tóxicos e/ou metais pesados interferem na qualidade deste recurso.

Diante do quadro apresentado pelo IBGE, poucos instrumentos da gestão ambiental vêm sendo utilizados para reverter a degradação nessa área.

Quanto à gestão dos recursos hídricos, os dois municípios ampliaram a rede de esgoto sanitário e melhoraram o sistema de abastecimento de água, porém, contrariamente às ações positivas, não houve nenhum tipo de ação de fiscalização ou monitoramento da utilização dos recursos hídricos.

No que tange ao controle da poluição, Pitimbú se manteve omissivo, ao contrário de Goiana que iniciou fiscalização e combate ao despejo de resíduos industriais e atividades poluidoras, controle de atividades extrativistas e gestão de resíduos tóxicos. Outras ações foram tomadas pela prefeitura de Goiana, como o controle de queimadas, do uso de fertilizantes e agrotóxicos, da pesca predatória e o monitoramento da ocupação urbana.

Pitimbú adotou outras iniciativas como a recomposição de vegetação nativa, controle da ocupação do solo, estímulo à agricultura orgânica, programa de educação ambiental e incentivo ao turismo ecológico.

Os danos encontrados sobre os municípios de Pitimbú e Goiana atingiram em grande parte as suas povoações, como Acaú e Carne de Vaca. Além das conseqüências apontadas pela pesquisa realizada pelo IBGE, há aquelas que afetaram diretamente a comunidade pesqueira, e em particular as marisqueiras, como será observado nos tópicos seguintes.

6.1.2 As comunidades de Acaú e Carne de Vaca

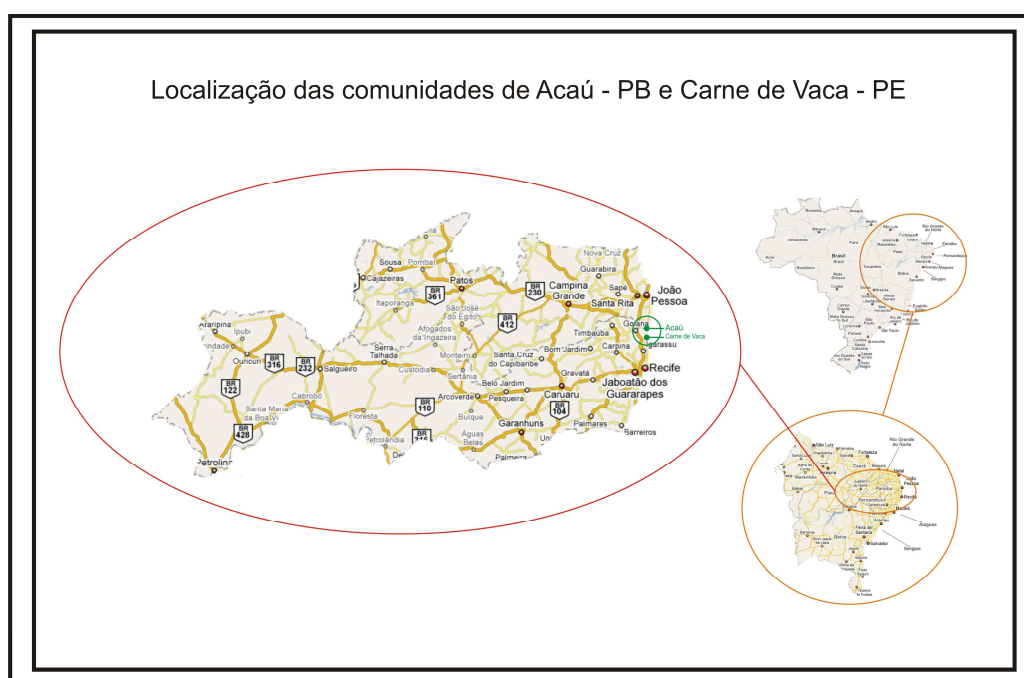


Figura 1: Localização de Acaú-PB e Carne de Vaca-PE

Por serem consideradas apenas como povoados, as comunidades de Acaú, pertencente à Pitimbu (PB) e Carne de Vaca, em Goiana (PE), não são avaliadas de forma específica por censos, que se concentram nos municípios. Portanto, a caracterização destas localidades só foi possível a partir de visitas a campo, e da realização de entrevistas com marisqueiras.

As duas comunidades (Figura 1) se encontram na periferia dos seus municípios, gerando uma diferença significativa entre a infra-estrutura da sede municipal e suas localidades, ou seja, essas povoações não recebem a devida atenção em alguns quesitos de urbanização, ora por serem consideradas apenas como “vila” de pescadores, ora por serem apenas uma área de veraneio (Figuras 2 e 3). Ainda assim, abrigam parte significativa da população dos municípios, não só em números, mas principalmente pela economia e empregos gerados através da pesca.



Figura 2: Caracterização de Acaú/PB.



Figura 3: Caracterização de Carne de Vaca/PE

Um serviço público prestado a contento é a iluminação elétrica, tanto nas ruas quanto nas residências, conforme apontou a maior parte das entrevistadas em ambas localidades. Este quadro positivo se apresenta nas principais ruas da comunidade e auxilia a presença da vida noturna local, quando alguns comunitários praticam esporte, vão à escola e/ou igreja, etc.

Quando o assunto é água, existem algumas peculiaridades a serem consideradas, pois em ambas as comunidades há cobertura de água encanada. Porém, nos últimos anos com a contaminação dos rios, bacias e corpos d'água na região, a população deixou de

buscar esse recurso *in natura*. O que para alguns significou comodidade, por não ter mais que caminhar alguns metros por um litro d' água, para outros foi a perda de um bem precioso. A água potável, por exemplo, é oriunda de fontes (de origem desconhecida pela população), que sem passar por qualquer análise físico-química chegam diariamente em caminhões para ser vendida em bombonas de 20 litros a R\$3,00.

Em relação ao saneamento, os percentuais comprovam a precariedade deste serviço básico, pois 100% das entrevistadas em Acaú, e 94% em Carne de Vaca afirmaram não haver a prestação deste tipo de serviço ambiental na comunidade. Os dados saltam à realidade, visto que é visível o lançamento de resíduos domésticos nos córregos, manguezais e apicuns que contornam as localidades. Em Acaú a situação é mais grave, pois diversas casas foram construídas sem banheiro na margem dos córregos, subtraindo a vegetação ciliar, o que permite eliminar diretamente os resíduos domiciliares sem qualquer tratamento no “quintal” da casa.

Além da emissão de esgoto doméstico, há ainda o lançamento de resíduos sólidos diretamente nos córregos ou acumulados ao ar livre. Apesar desta prática dos comunitários, há coleta de lixo com frequência, conforme apontado na pesquisa por todas as entrevistadas em Acaú e em 94% em Carne de Vaca. O que se percebe é a carência de práticas (e a adesão a elas) educativas que orientem a população sobre os riscos da contaminação ambiental.

E para cuidar da saúde as comunidades contam, cada qual, com uma unidade de posto médico municipal. Porém, a equipe médica nem sempre está presente, não há alguns especialistas importantes para a comunidade, como pediatra e ginecologista, e a distribuição de medicamentos gratuitos é irregular.

Nas duas comunidades existem escolas públicas. Em Acaú estão a Escola Municipal Leonor Freire e a Escola Estadual Durval Guedes para o ensino fundamental e médio, que acaba de ser reformada. Em Carne de Vaca, se encontram a Escola Municipal Lourenço Albuquerque Gadelha e a escola do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil.

No quesito segurança pública Acaú se destaca por possuir uma delegacia, que realiza ronda no distrito com certa regularidade. Apesar da tranquilidade aparente em Acaú, é possível verificar muitas casas gradeadas, principalmente as que pertencem a veranistas, além de ter sido registrado comentários de moradores acerca de pequenos furtos. Por sua vez, em Carne de Vaca não há presença de delegacia ou módulo policial, tendo-se também registrado comentários sobre pequenos furtos a residências.

As comunidades contam com área de lazer, como praças e campos de futebol, sendo identificado em Acaú um pequeno ginásio esportivo, apesar dos equipamentos públicos se encontrarem carentes de manutenção. Foi possível identificar ainda nessa região que o estímulo à cultura pode ser considerado irrisório, por parte dos poderes das três esferas. Não existe a construção de centros de cultura ou qualquer equipamento similar.

Para realizar serviços bancários a população de Carne de Vaca e Acaú necessita se deslocar até outras localidades como Goiana (a sede do município) ou Caaporã (PB). Em termos de transporte, há uma enorme carência em transporte público. Acaú conta com uma estrutura razoável, possui uma linha de ônibus que funciona com certa regularidade ligando os passageiros à Caapora. O transporte mais utilizado em ambas as comunidades pela sua frequência e preço são as vans, veículos muito antigos, em péssimas condições, abarrotados de pessoas que necessitam de mobilidade.

Outra opção recente de deslocamento é a balsa que liga a praia de Acaú à de Carne de Vaca, com um trajeto rápido que cruza o estuário. A balsa, que funciona na área da Resex, voltou a trafegar sem qualquer estudo de impacto ou solicitação de licença.

Por fim, fica um quesito muito importante para o bom funcionamento destas localidades, a presença do poder municipal. Por estarem distantes das sedes do município, estas comunidades demandam a presença regular de representantes da prefeitura nas localidades, para dialogar permanentemente com a comunidade. Das entrevistas, todas em Acaú, 87% disseram conhecer algum tipo de representante, contra 60% em Carne de Vaca, sendo apontado o comparecimento periódico de agentes da secretaria de ação social e educação.

6.2 Os recursos naturais e principais causas da degradação ambiental

6.2.1 Panorama geral dos recursos pesqueiros da região estuarina dos rios Goiana e Megaó

A região estuarina de aproximadamente 4.776 ha, formada pelos rios Goiana e Megaó, está situada na Bacia do Rio Goiana e configura o ponto comum entre as comunidades de Acaú e Carne de Vaca, com forte tradição pesqueira.

O estuário se constitui predominantemente por um ecossistema de manguezal, um dos mais extensos naquela área. Originalmente até a década de 1990 era possível encontrá-lo em bom estado de conservação e diversidade na flora e fauna local.

Alguns elementos da fauna, particularmente aqueles que estão diretamente ligados à pesca artesanal, têm sido encontrados de forma bastante escassa no estuário, como indicam marisqueiras da área.

No caso dos peixes, 93% das entrevistadas em Carne de Vaca e 100% em Acaú afirmaram a escassez do recurso nos últimos anos. Da mesma forma, o camarão, para todas as entrevistadas em Carne de Vaca e 93% em Acaú, sofreu uma queda brusca em meio natural. O caranguejo não se encontra em melhor situação, das marisqueiras entrevistadas 80% em Carne de Vaca e 93% em Acaú apontaram sua escassez.

O único recurso que mantém um equilíbrio mínimo entre abundância e escassez é o marisco, porém é inegável que tenha havido redução nas últimas décadas, conforme indica 40% das entrevistadas em Acaú e 73% em Carne de Vaca.

A lenha é bastante utilizada como recurso natural pela comunidade pesqueira. Utiliza-se basicamente como combustível, para as marisqueiras cozerem o marisco, e na construção e/ou reforma dos apetrechos de pesca. Há pouco tempo, a fiscalização do IBAMA tem agido com bastante eficácia, coibindo o uso da madeira pelos comunitários, o que a torna peça rara. A maioria absoluta das entrevistadas em Carne de Vaca e 80% em Acaú afirmaram a escassez do recurso devido o desmatamento e a fiscalização.

Contudo, a escassez destes recursos atinge a comunidade pesqueira de forma diferenciada, uma vez que homens e mulheres manejam os recursos em diferentes proporções. Os dados da pesquisa junto às marisqueiras revelaram que não há mais categoria de pesca exercida exclusivamente pelos homens, conforme pode ser apreciado para alguns tipos de pescado:

- Peixe – este ainda é um recurso predominantemente ligado aos pescadores. Das entrevistadas de Acaú, 60% afirmaram a exploração exclusiva pelos homens, já em Carne de Vaca esta marca alcançou os 87%;

- Camarão – no caso do camarão, em Carne de Vaca há o consenso entre todas as entrevistadas que este não é um recurso a ser coletado pelas mulheres, já em Acaú este índice caiu para 67%
- Caranguejo – a coleta do caranguejo apresenta um quadro bem diferente para cada comunidade. Em Carne de Vaca não há mulheres coletando a espécie, porém em Acaú apenas 47% das entrevistadas afirmaram ser este um recurso coletado somente por homens, uma vez que 27% indicaram ser uma atividade exercida por ambos;
- Marisco – por fim, o único recurso apontado por 40% das entrevistadas em cada comunidade, Acaú e Carne de Vaca, por ser coletado exclusivamente pelas mulheres foi o marisco, importante recurso para as pescadoras da região.

6.2.2 O cenário atual de degradação ambiental e suas conseqüências para a pesca artesanal no estuário dos rios Goiana e Megaó

Congregando os levantamentos já realizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística e pela Companhia Pernambucana de Recursos Hídricos na bacia do Rio Goiana, foram constatadas, junto às comunidades de marisqueiras de Acaú e Carne de Vaca, as principais atividades que provocaram danos significativos à referida zona estuarina e a conseqüente escassez dos recursos pesqueiros na região.

Nem mesmo a relevância ambiental do estuário dos rios Goiana e Megaó e a proteção legal concedida a este ecossistema foram capazes de regular o funcionamento adequado da atividade agrícola, industrial e da carcinicultura (Figura 4).



Figura 4: Imagem de satélite da disposição das atividades econômicas desenvolvidas nas proximidades do estuário dos rios Goiana e Megaó.
Fonte: Google Earth (2007)

Na Figura 4 é possível verificar a disposição das principais atividades econômicas ao longo da região estuarina. As marcas em vermelho representam atividades industriais, sendo a marca n.º 01 uma indústria de cimento, e a marca n.º 02 uma destilaria. As marcas em verde, de n.º 03, n.º 04 e n.º 05, demonstram a localização dos principais plantios de cana-de-açúcar vizinhos ao estuário. Por fim, a marca em amarelo de n.º 06 localiza um dos principais viveiros de camarão daquela área.

Partindo destas premissas, a pesquisa buscou identificar junto às marisqueiras os problemas enfrentados na utilização dos recursos naturais da área, assim como as atividades que propiciaram mudanças na qualidade do ambiente estuarino nos últimos tempos.

Os principais pontos apontados foram: o manejo incorreto dos recursos naturais por alguns pescadores e marisqueiras, 27% do total de entrevistadas; a carência de organização social da comunidade, 7% do total de entrevistadas; e a degradação ambiental da área, de acordo com 93% das respostas das entrevistadas em Acaú e Carne de Vaca.

Esta deterioração do ambiente assume diversas vertentes e tem sido provocada por algumas das principais atividades econômicas daquela área.

A primeira delas é a atividade agrícola, com plantio majoritário de cana-de-açúcar, tanto do lado pernambucano do estuário (Figura 5) quanto na Paraíba (Figura 6). Na área de Carne de Vaca há ainda a presença da plantação de coco. Porém, o canavial é sem equívoco o principal agente da degradação local provocado pela agricultura, como apontou 53% das entrevistadas em Acaú e 67% em Carne de Vaca.



Figura 5: Canavial na margem Pernambucana do estuário



Figura 6: Canavial na margem Paraibana do estuário

Para aquelas que afirmaram que houve algum tipo de dano, este foi caracterizado pelo despejo de dejetos (*in natura*) no estuário, conforme 37,5% das entrevistadas em Acaú e 70% em Carne de Vaca. Outro dano caracterizado por 62,5% das mulheres em Acaú e 30% em Carne de Vaca foi o desmatamento dos remanescentes que, segundo as marisqueiras, vem diminuindo nos últimos tempos pela força da fiscalização. Além disto, houve relatos de que ainda é freqüente, nos períodos de chuva, a “lavagem da terra”, como denominam o carreamento dos resíduos de fertilizantes e agrotóxicos

utilizados na lavoura, conforme afirmou 37,5% das entrevistadas em Acaú e 70% em Carne de Vaca.

As conseqüências provocadas pelos danos da atividade agrícola foram apontadas de forma diferenciada por aquelas que afirmaram a degradação, variando de acordo com a sua localidade. Em Acaú, os principais efeitos apontados pelas marisqueiras foram a redução da biodiversidade e a mortandade dos recursos pesqueiros. Este último efeito também foi abordado pelas entrevistadas em Carne de Vaca, acrescido ainda da poluição da água, aumento da temperatura, aumento no preço de bens e serviços e por fim evasão dos pescadores na área.

As atividades industriais da área se caracterizam principalmente pela presença de uma destilaria e de uma fábrica de cimentos, localizadas no município paraibano de Caaporã, tendo a última sede às margens do rio Goiana (Figuras 7 e 8), em plena zona estuarina. Para 80% das entrevistadas em Carne de Vaca e 60% em Acaú as atividades industriais foram responsáveis pelo despejo de resíduos no rio Goiana, caso da indústria de cimento. Já em relação à destilaria, a implicação vem dos resíduos de agrotóxicos e fertilizantes provenientes do canavial que abastece a indústria.



Figura 7: Indústria de cimento por uma das vias de acesso Figura 8: Indústria de cimento da foz do estuário.

A mortandade dos recursos pesqueiros foi a principal conseqüência provocada por este dano, de acordo com todas as entrevistadas que afirmaram a ocorrência da degradação. Mais uma vez, as marisqueiras abriram uma ressalva, ao descrever que

atualmente houve uma melhora na conduta das empresas, se considerado o início da produção industrial na área, há mais de três décadas.

A carcinicultura, por sua vez, foi apontada por 67% das marisqueiras de Acaú e 87% em Carne de Vaca como uma atividade que ainda provoca sérios problemas socioambientais. A primeira etapa consiste no “corte de mangue para instalação de viveiros e barragem da água da maré (...) isolando trechos do manguezal e ocasionando a morte da vegetação” (CPRH, 2003).

Os grandes viveiros de camarão se encontram no território de Pernambuco, como uma companhia de aquicultura instalada na Ilha de Tiriri (Figura 3, marca em amarelo de n.º 06), em meio ao estuário dos rios Goiana e Megaó, além de outras às margens do rio Botafogo em Tejucupapo, distrito de Goiana.

Entrevistadas de ambas as comunidades caracterizaram como principal dano causado pelos viveiros o escoamento de resíduos líquidos sem tratamento diretamente no manguezal, conforme apontaram todas as entrevistadas que confirmaram o dano em Carne de Vaca e 70% em Acaú. Segundo as informações prestadas, os resíduos carregam uma quantidade excessiva de nutrientes proveniente da lavagem dos tanques, o que provoca, conforme a maioria das declarantes, a drástica redução dos recursos pesqueiros nas áreas de mangue. Outro fator verificado na localidade de Acaú foi a incidência de 30% das marisqueiras que afirmou haver a proibição de acesso às áreas de mangue circunvizinhas aos tanques.

Mesmo os viveiros que se localizam um pouco mais afastados da área do estuário, os danos são irreparáveis e provocam a devastação do mangue, a poluição das águas e conseqüentes doenças de pele, principalmente nas marisqueiras.

6.2.3 A atuação da comunidade pesqueira frente ao dano ambiental

Levando em consideração que a área compreendida pelo estuário dos rios Goiana e Megaó vem sofrendo forte pressão antrópica por décadas, advindas tanto de ações comissivas como de ações omissivas, foi relevante identificar de que forma a comunidade pesqueira atuava frente ao dano ou à ameaça do mesmo.

Foram apresentadas às marisqueiras entrevistadas as seguintes alternativas a serem eleitas: “procura o IBAMA”, “procura o ministério público”, “agem isoladamente”. Diante destas opções não houve respostas positivas, ou seja, frente aos problemas nunca recorrem às instâncias citadas. Quando questionadas sobre “busca líderes comunitários”, apenas 3% das entrevistadas em ambas as comunidades identificaram essa ação. Em contrapartida 97% aderiu à resposta “não atua”.

Partindo deste dado predominante, de que a comunidade não toma nenhuma medida frente às agressões sofridas pelo ambiente, restava identificar o que justificaria tal postura coletiva, como demonstra a Tabela 1:

Tabela 1: Justificativa apresentada pelas marisqueiras para a carência de ações frente ao dano ambiental

	Alegam inferioridade frente ao poder econômico dominante	Não acreditam que há órgão administrativo para solucionar o problema	Ineficiência do IBAMA	Não sabem como agir	Não justificou	Total
Acaú	4	5	---	---	6	15
Carne de Vaca	4	4	2	1	4	15
Total	8	9	2	1	10	30

Fonte: Pesquisa direta. Abril, 2008.

Verificando os dados apresentados, se percebe que o silêncio da população reflete uma atmosfera de descrença nos órgãos públicos e fragilidade perante os grupos à frente dos empreendimentos econômicos alojados nas margens do estuário. Os números apresentados quantificam as frases metafóricas que incidiram em diversas entrevistas: “peixe pequeno não pode com peixe grande”.

6.2.4 Alguns instrumentos para ações preventivas na comunidade

Neste ponto, foram verificados junto à marisqueiras de Acaú e Carne de Vaca a aplicação de dois instrumentos considerados essenciais para as ações ambientais coletivas: as campanhas de proteção à natureza e a regulamentação jurídica do meio ambiente.

As campanhas de sensibilização são um recurso amplamente utilizado em diversos contextos, com a finalidade de chamar a atenção da população para questões ambientais, próximas ou não à sua realidade.

Quando questionadas sobre a importância e funcionalidade destas campanhas, 93% das marisqueiras em ambas as comunidades afirmaram que consideram importante a existência de tais campanhas, principalmente no que se refere à prevenção. Contudo, apenas 20% das entrevistadas de Acaú e Carne de Vaca afirmam que as campanhas funcionam.

Esta aparente contradição expõe o entendimento das marisqueiras sobre o desequilíbrio vigente entre a responsabilidade e punição imputada aos “peixes pequenos” (pescadoras e pescadores) e aos “peixes grandes” (empresários e o próprio Estado). Estas mulheres alegam que as pescadoras e pescadores quando infringem a lei o fazem muitas vezes por necessidade, e a punição, por sua vez, é demasiadamente pesada. Por outro lado, empresários e o Estado ao cometer grandes infrações ou crimes ambientais ficam impunes, além de continuarem com seus empreendimentos danosos ao ambiente e à comunidade pesqueira.

Quanto à regulamentação jurídica do meio ambiente, as marisqueiras afirmaram que conhecem algum dispositivo legal que regula o uso e o aproveitamento dos recursos naturais utilizados, sendo em Acaú 73% das entrevistadas e 80% em Carne de Vaca. As marisqueiras identificaram as seguintes ‘leis’ apresentadas na Tabela 2:

Tabela 2: Categorias de regulamentação jurídica do meio ambiente apontadas pelas marisqueiras

	Defeso lagosta e camarão	Defeso caranguejo	IBAMA	Defeso	Nenhuma	Total
Acaú	2	1	7	2	3	15
Carne de Vaca	---	3	8	1	3	15
Total	2	4	15	3	6	30

Fonte: Pesquisa direta. Abril, 2008

Neste caso, existem algumas particularidades a serem consideradas: 1. o IBAMA é frequentemente confundido com a ‘lei’; 2. o defeso é um item que interessa à comunidade pesqueira, sendo comumente citado; 3. há um baixo conhecimento sobre leis em geral, tanto as que definem direitos como deveres, evidenciando a atuação insipiente das colônias de pescadores e associações correlatas em cumprir seu papel institucional.

6.3 Caracterização da marisqueira

6.3.1 Conceito

A marisqueira pode ser caracterizada como uma pescadora artesanal que trabalha na coleta de mariscos e eventualmente outros moluscos e crustáceos, e faz da pesca sua profissão habitual ou principal meio de vida. A marisqueira normalmente trabalha em regime de economia familiar, significando que a atuação laboral de outros membros da família, ou até mesmo a colaboração não onerosa de conhecidos, se torna elemento essencial para o exercício de sua profissão.

Este conceito técnico, fundamentado nos moldes dos direitos sociais, omite características subjetivas fundamentais sobre as marisqueiras. Somente ao entrevistar as pescadoras de Acaú e Carne de Vaca foi possível identificar o perfil desta profissional da pesca.

Ao definir quem é a marisqueira, as entrevistadas recorreram com frequência às seguintes categorias:

- Pescadora profissional;
- Mulher “trabalhadeira”;
- Aquela que tem uma vida sofrida;
- Aquela que se preocupa com os filhos para que não tenham fome;
- Aquela que se expõe a muitos riscos e péssimas condições de trabalho;
- Aquela que vai pra maré e ainda concilia o trabalho com o cuidar dos filhos.

Essas categorias que qualificam a figura da marisqueira foram observadas a partir de perguntas abertas e respondidas com frases tais como:

“É a gente mesmo, a gente que botou esse nome. No nosso documento tem ‘pescador’ mas a gente não recebe como pescador”.

“A gente enfrenta a maré porque vê muita dificuldade em casa”

“Na maré a gente só encontra doença”

“Enfrenta tudo, vento, chuva, sol, água por 2, 3 horas”

“É uma guerreira, a pessoa tira porque não tem jeito, principalmente quando tem filho, porque não quer ver as coisas dos filhos faltar”

Dentre as entrevistadas, apenas 3,33% apresentou estar satisfeita em ser uma marisqueira. O nível de insatisfação é bastante alto nas duas comunidades. Ao serem questionadas se gostariam de exercer outra profissão, 87% em Acaú e 100% em Carne de Vaca afirmaram que têm esse anseio ou em algum momento da vida já cogitaram essa possibilidade.

A justificativa era uníssona, uma parte afirmou que mantinha essa aspiração devido à dureza do trabalho, outras alegaram que deviam ter o direito de optar por outro estilo de vida. Aquelas que responderam estarem satisfeitas como marisqueiras,

argumentaram que não trocariam de profissão, pois tem amor pelo trabalho, ou ainda porque são autônomas e assim possuem liberdade no trabalho.

Mas ao final, o que ficou evidente é que a maioria das marisqueiras percebe a profissão como um determinismo quase irreversível. Há de fato uma tradição, visto que em Acaú 73% das entrevistadas aprenderam a atividade com a mãe e em Carne de Vaca este índice chegou a 67%, revelando um forte caráter familiar e matriarcal da atividade. Contudo, para as entrevistadas, a tradição, quando vivenciada no dia a dia, acaba se transformando em um malogro indesejado.

6.3.2 Informações gerais sobre as marisqueiras

As marisqueiras iniciam nas croas bem cedo, por volta dos 16 anos já vivenciam a coleta do marisco como profissão, no entanto a maioria tem o primeiro contato com as croas antes dos 10 anos de idade, conforme demonstra a Tabela 03:

Tabela 3: Faixa etária na qual as marisqueiras tiveram o primeiro contato com a atividade da mariscagem

	1-5 anos	6-10 anos	11-15 anos	16-20 anos	21-25 anos	26-30 anos	31-35 anos	36-40 anos	Total
Acaú	2	9	2	1	---	---	1	---	15
Carne de Vaca	---	8	2	3	1	---	---	1	15
Total	2	17	4	4	1	---	1	1	30

Fonte: Pesquisa direta. Abril, 2008.

Pode ser verificado nos dados acima, uma alta concentração de marisqueiras que tiveram a primeira experiência nas croas na faixa etária que compreende os 6 a 10 anos de idade. Não é raro visitar a área do estuário e presenciar famílias trabalhando nas croas (Figura 9).



Figura 9: Grupo de marisqueiras com filhos no estuário.

Normalmente se encontra a avó, a mãe e os filhos, que em muitos casos não têm outra opção, senão acompanhar a família no trabalho. Para as crianças tudo começa como uma ‘brincadeira’, se banham no rio, observam a mãe e repetem a cena, não podendo ser configurado nesse caso como trabalho infantil.

A média de idade das marisqueiras em ambas as comunidades é de 42 anos, com idade mínima de 23 anos e máxima de 80 anos. Em Acaú a média continua em 42 anos, com mínima de 29 e máxima de 80 anos. No entanto em Carne de Vaca a média cai um pouco para 41 anos, com idade mínima de 23 anos e máxima de 78 anos.

Grande parte destas marisqueiras é oriunda da própria região circunvizinha do estuário, reforçando os vínculos da população com a área. Predominaram as localidades de Acaú, Goiana, Carne de Vaca, São Lourenço e Tejucupapo.

Quanto ao estado civil, a maioria das entrevistadas possui companheiros, seja na modalidade ‘casamento’ ou ‘união estável’ (não oficializada), conforme a Tabela 4:

Tabela 4: Estado civil das marisqueiras

	Solteira	União estável	Casada	Separada	Viúva	Total
Acaú	---	8	2	3	2	15
Carne de Vaca	3	2	8	---	2	15
Total	3	10	10	3	4	30

Fonte: Pesquisa direta. Abril, 2008.

O grau de escolaridade revela que em Carne de Vaca as entrevistadas concluíram mais etapas de ensino, além de terem alcançado maior índice na conclusão do ensino médio. Foram levantadas as seguintes categorias do ensino: analfabetismo, ensino fundamental da 1ª à 4ª série, ensino fundamental da 5ª à 8ª série e ensino médio, de acordo com a Tabela 5:

Tabela 5: Grau de escolaridade das marisqueiras

	Analfabeto	Ensino Fundamental				Ensino Médio		Total
		1º - 4º Inc.	1º - 4º Com.	5º - 8º Inc.	5º - 8º Com.	1º - 3º Inc.	1º - 3º Com.	
Acaú	2	2	4	3	2	1	1	15
Carne de Vaca	2	3	3	1	2	---	4	15
Total	4	5	7	4	4	1	5	30

Fonte: Pesquisa direta. Abril, 2008.

6.3.3 Condições de moradia

Em relação às condições de habitação, a maioria das entrevistadas em ambas as comunidades possuem casa própria, construídas em grande parte de alvenaria (Figuras 10 e 11). A média de habitantes por casa é de 04 pessoas residentes, incluindo a marisqueira entrevistada, não configurando assim famílias numerosas.



Figura 10: Casas típicas de marisqueiras de Acaú



Figura 11: Casas típicas de marisqueiras de Carne de Vaca

Na área externa das casas, as famílias não têm o hábito de realizar nenhuma atividade extra, de acordo com a maioria das entrevistadas, apesar de algumas famílias

se dedicarem à criação de pequenos animais, manterem agricultura de subsistência ou administrarem pequeno comércio.

Algumas habitações das entrevistadas se encontram em área de risco ou de proteção ambiental, como na beira de riachos, na praia e área de mangue. Apesar disso, na maioria dos casos, as casas se encontram em ruas principais ou secundárias das localidades, conforme apresenta a Tabela 6:

Tabela 6: Localização das residências das marisqueiras

	Praia	Beira de riacho	Mangue	Rua principal	Rua secundária	Total
Acaú	3	---	---	5	7	15
Carne de Vaca	---	6	1	3	5	15
Total	3	6	1	8	12	30

Fonte: Pesquisa direta. Abril, 2008.

Em relação à infra-estrutura das habitações, a maioria das entrevistadas em ambas as comunidades conta com o fornecimento de energia elétrica. Também é alta a incidência de banheiros nas casas, contudo as comunidades não possuem sistema de saneamento básico. O problema é costumeiramente solucionado com o uso de fossa negra ou da fossa individual. Ainda é recorrente nas localidades (porém cada vez menos freqüente) o despejo de efluentes domésticos nos rios ou diretamente na rua, de acordo com a Tabela 7:

Tabela 7: Destino dos efluentes domésticos das residências das marisqueiras

	Fossa individual	Lançados direto no rio	Fossa negra	Lançados direto na rua	Total
Acaú	2	---	12	1	15
Carne de Vaca	2	1	12	---	15
Total	4	1	24	1	30

Fonte: Pesquisa direta. Abril, 2008.

Ainda em termos de resíduos, só que dessa vez resíduos sólidos residenciais, o destino do lixo dos domicílios da maioria das entrevistadas é o lixão, considera-se ainda

um alto índice de queima dos resíduos, e por fim o despejo direto no rio, como pode ser visto na Tabela 8:

Tabela 8: Tratamento de resíduos sólidos residenciais das marisqueiras

	Lixão	Queima	Lançados direto no rio	Total
Acaú	14	1	0	15
Carne de Vaca	8	6	1	15
Total	22	7	1	30

Fonte: Pesquisa direta. Abril, 2008.

Na cozinha doméstica, que se distingue da ‘cozinha’ da mariscagem, todas as entrevistadas em Acaú afirmaram utilizar o gás de cozinha como fonte de combustível, contra 86,67% das entrevistadas em Carne de Vaca, localidade onde incidiu ainda a utilização da lenha por 6,67% das marisqueiras bem como de 6,67% que utilizam o carvão vegetal.

Nas comunidades estudadas praticamente se extinguiu o hábito de buscar água potável para o consumo humano, atualmente as casas contam com o abastecimento de água. A água potável consumida passa por tratamentos variados, como pode ser demonstrado a partir da Tabela 9:

Tabela 9: Tratamento da água potável consumida pelas marisqueiras

	Fonte	Coada	Filtrada	Fervida	Total
Acaú	2	---	12	1	15
Carne de Vaca	2	1	12	---	15
Total	4	1	24	1	30

Fonte: Pesquisa direta. Abril, 2008.

6.3.4 A profissão

A marisqueira, por ser uma profissional da pesca artesanal, deve estar vinculada à colônia de pescadores para fins trabalhistas e previdenciários, uma vez que esta instituição foi equiparada em 1988 ao sindicato dos trabalhadores rurais.

Apesar desta legitimidade na teoria, a prática se apresenta de forma diversa, uma vez que é recente o reconhecimento das marisqueiras como pescadoras, logo trabalhadoras com plenos direitos e deveres. A tradição histórica da colônia de pescadores dificulta o acréscimo do número de pescadoras associadas.

Quando indagado às entrevistadas se havia um auto-reconhecimento por ser marisqueira, a resposta majoritária foi positiva, acrescida ainda da compreensão de serem pescadoras. Porém essa equação não se soluciona facilmente, ainda é comum no ambiente pesqueiro que o trabalho das mulheres seja visto apenas como uma ajuda ao orçamento doméstico, e não como parte dele.

Isto se reflete na pouca valorização da marisqueira na comunidade. De acordo com 80% das entrevistas nas duas localidades não existe qualquer valorização do seu papel social. Para elas, a principal razão é a falta de reconhecimento da profissão diante de alguns dos principais órgãos interessados (como a Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca - SEAP), além do desrespeito ao trabalho desempenhado por elas, principalmente no que se refere ao preço do quilo do marisco pago pelo mercado.

A falta de valorização da marisqueira também se projeta nas gerações futuras. Quando indagadas se gostariam que seus filhos viessem a realizar a atividade da mariscagem, como profissão, 93% das entrevistadas em Acaú e 100% em Carne de Vaca afirmaram não ter esse anseio. Preponderou a justificativa dada, com muita ênfase, de que os filhos deviam ter direito a um futuro melhor. Somente 7% das marisqueiras de

Acaú afirmaram que gostariam de ver o futuro dos filhos na mariscagem, para manter a tradição da pesca.

6.3.5 A jornada diária de trabalho

Todo esse desânimo apresentado pelas marisqueiras pode ser compreendido se analisado, dentre outros aspectos (a serem mais bem explorados no tópico seguinte), a jornada diária de trabalho destas profissionais.

A maioria das entrevistadas relatou que no dia em que vai às croas sua jornada diária pode chegar à 10hs de trabalho, que compreende as atividades elencadas no

Quadro 3:

Quadro 3: Tarefas exercidas pelas marisqueiras em um dia de pesca.

Atividades laborais	Serviços domésticos
Coleta dos mariscos nas croas; Beneficiamento do marisco; Comercialização do marisco; Realiza outras atividades complementares da renda (em alguns casos);	Preparar café da manhã; Preparar o almoço; Faxina da casa; Lava roupa da família; Preparar a jantar; Cuida dos filhos (em alguns casos).

Não há uma seqüência exata para a realização destas atividades, pois a maré é quem dita a que horas começa o dia e qual a ordem em que as tarefas serão cumpridas. No dia em que vão às croas ainda dividem o tempo com a realização de atividades domésticas, as quais não são equitativamente compartilhadas com seus companheiros. O mesmo ocorre em relação aos cuidados com os filhos, 27% das entrevistadas em Acaú e 47% Carne de Vaca afirmaram ser esta uma responsabilidade assumida pela marisqueira, sendo que as demais informaram compartilhar com outras mulheres da família e/ou vizinhas o cuidado com os filhos.

As horas comumente consideradas como ‘vaga’ para uma parte dos trabalhadores, significa para as marisqueiras a extensão de sua jornada laboral. É o que afirmou 53% das entrevistadas em Acaú e 60% em Carne de Vaca, relatando que

preenchem suas horas vagas realizando as tarefas domésticas. Por sua vez, em Acaú, 13% das entrevistadas disseram continuar se dedicando à mariscagem em seus momentos de folga, na maioria das vezes contribuindo no debulhamento do marisco de amigas e vizinhas.

Ainda foi detectado nas duas comunidades um percentual de 13% de marisqueiras que se dedicam a atividades laborais alternativas para complementar a renda doméstica.

Fora das atividades laborais, o índice mais significativo foi o relacionado ao lazer. As atividades apontadas por 40% das entrevistadas tanto em Acaú quanto em Carne de Vaca compreendem festas comunitárias, conversas com vizinhos, viagem para localidades próximas, brincadeiras com os filhos e leitura.

Para efeito da pesquisa, o descanso foi considerado como um simples repouso. Em uma comunidade em que as mulheres exercem tantos papéis, não surpreende o baixo índice de marisqueiras que simplesmente ‘descansam’ em suas horas vagas, sendo 20% em Acaú e 13% em Carne de Vaca.

Finalmente as atividades religiosas, considerando tanto a frequência a festas religiosas como à igreja. Não houve uma grande ocorrência dessas atividades entre as entrevistadas, sendo apenas 13% em Acaú e 27% em Carne de Vaca.

6.3.6 Participação da marisqueira na comunidade

As marisqueiras entrevistadas foram questionadas sobre dois aspectos, a serem descritos nos resultados a seguir: 1. acesso a recursos econômicos e sociais na comunidade; 2. espaços sociais onde as mulheres atuam na comunidade.

Foi verificado que apenas 13% das marisqueiras em Acaú e 40% em Carne de Vaca obtiveram em algum momento crédito para fomentar o exercício de sua profissão.

Os indicadores se agravam quanto à capacitação para a pesca, no total de todas as entrevistadas apenas 13% gozou deste benefício. No caso das creches 73% das marisqueiras em Acaú contra 13% em Carne de Vaca afirmaram poder contar com este serviço para poder trabalhar.

Já os serviços médicos específicos para as mulheres, como atendimento clínico, exames, e farmácia, obtiveram maior êxito, principalmente em Acaú, chegando a 80% das entrevistadas e a 47% em Carne de Vaca.

As marisqueiras dessas comunidades não têm como prática corrente a preocupação de serem representantes políticas dentro de suas localidades, como assumir cargos de gestão nas secretarias ou presidências das associações. Em Acaú apenas 6,5% declararam conhecer experiências similares, e em Carne de Vaca não houve incidência de respostas positivas.

6.3.7 Os perfis das marisqueiras em relação à sua atuação no estuário

Na área de influência do estuário dos rios Goiana e Megaó, foram encontrados majoritariamente dois perfis de pescadoras: aquela que *atua nas croas* e a que *atua na terra*. Cada uma dessas categorias traz contribuições, que se particularizam de acordo com suas vivências no ambiente social e estuarino. Não há necessariamente uma hierarquia ou maior nível de importância entre um grupo e outro. Ambas revelam contribuições essenciais para a gestão do estuário.

A *pescadora das croas*, ou simplesmente marisqueira, faz parte de um grupo de aproximadamente 300 mulheres que vivem nas comunidades da Paraíba e de Pernambuco ligadas ao estuário dos rios Goiana e Megaó. Em grande parte as

marisqueiras se encontram nas comunidades de Acaú e Carne de Vaca⁵⁵. Nesta região estuarina é cada vez mais freqüente a atuação das mulheres na pesca artesanal, reforçando assim a identidade social de pescadoras e agentes modificadoras do ambiente.

Esta pescadora se dedica à tarefa diária da coleta dos mariscos. Porém essa função não se finda em si, pois se constitui em um conjunto de fatores socioambientais, sem os quais seria impossível iniciar a proposta de criação da Resex.

A marisqueira que se submete a uma jornada de 8 a 10 horas de trabalho diário está em uma busca constante pela sobrevivência de sua família. A sua renda complementa a economia doméstica, quando não é a principal fonte dos recursos financeiros. Além disso, o recurso pesqueiro que coleta, apesar de não ter o devido valor de mercado, interessa ao mesmo, pois é um dos itens mais procurados e comercializados nas próprias povoações, feiras e mercados. Assim, as marisqueiras afirmam seu papel sócio-econômico local.

É nas croas que estas pescadoras desafiam o paradigma do ambiente pesqueiro como um universo masculino. O contingente de marisqueiras que atua no estuário evidencia que aquele espaço não é homogêneo e que a imagem deste grupo já não pode mais ser dissociada daquele ambiente.

Ao constatar que o manejo de alguns dos recursos naturais da área também está reservado às pescadoras das croas, se verifica a relevância da função exercida por estas mulheres. No que diz respeito ao marisco, muitas delas utilizam apetrechos que auxiliam no trabalho de separar o “graúdo do miúdo”, outras chegam ainda a criar e/ou aperfeiçoar apetrechos para contribuir com o manejo seletivo.

⁵⁵ Há a presença de marisqueiras em outros povoados da área, como em São Lourenço (PE), porém se encontram em maior número em Acaú e Carne de Vaca devido à localização favorável destas comunidades em relação ao estuário.

Ainda há de se considerar um ponto, como muitas delas levam seus filhos para as croas na medida em que estão realizando seu trabalho os ensinam as lições para sobreviver do estuário. Dessa forma, a marisqueira cumpre um papel fundamental no equilíbrio do ecossistema estuarino e na preservação de suas tradições.

Vivenciando o ambiente a cada dia, as marisqueiras observam atentas às mudanças que afetam a área. Sobretudo, percebem qual a teia que interfere na qualidade ambiental e como isso afeta diretamente a pesca artesanal. Esse conhecimento local se tornou uma informação preciosa para impulsionar a criação da Resex.

A atuação local desse grupo de marisqueiras encontra na liderança desempenhada pelas *pescadoras da terra* força política e representativa.

A partir do acréscimo do número de mulheres que realizavam as atividades da pesca artesanal no estuário do Goiana e Megaó surge, ainda na década de 90, um novo perfil de marisqueira, aquela que vem *atuar em terra* como uma liderança social. Essa pescadora tem sua origem no ambiente pesqueiro. Cresceu aprendendo sobre as marés, rios e mangue. Aprendeu a pescar na sua infância e/ou adolescência, mas aguçou seu olhar observador com o tempo e então percebeu que na terra poderia representar a história e os interesses de sua gente.

Inicialmente a atuação se restringia à observação, posteriormente ao assessoramento nas Colônias de Pescadores, para finalmente deixar as croas e assumir cargos de presidentes e secretárias das organizações sociais locais ligadas à pesca⁵⁶. Essas *pescadoras da terra* não mais desenvolvem a atividade pesqueira como profissão, mas optaram em seguir no ambiente pesqueiro, contudo assumindo o papel de líderes comunitárias, representantes dos interesses da comunidade pesqueira.

⁵⁶ Atualmente as *pescadoras da terra* atuam como lideranças através da Associação das Marisqueiras de Acaú (PB); Colônia de Pescador Z-14 da comunidade do Baldo do Rio (PE) e da Colônia de Pescador Z-03 da comunidade de Ponta de Pedras (PE).

Outro destaque das *pescadoras da terra* está na busca pela aquisição de novos conhecimentos e formação de parcerias, constituindo uma verdadeira rede de interesses da pesca artesanal. É dessa maneira que essas mulheres se tornam aptas para observar, atuar e modificar a realidade em que vivem.

6.4 Caracterização da mariscagem

6.4.1 Características

A mariscagem é uma categoria de pesca artesanal normalmente exercida por mulheres que se ocupam da coleta de moluscos e/ou crustáceos.

O marisco (Figuras 12 e 13), *Anomalocardia brasiliana* (Gmelin, 1791) (Mollusca, Bivalvia, Veneridae) (BARREIRA, ARAÚJO, 2005), tem uma importante finalidade na dieta alimentar das famílias, segundo afirmou 87% das entrevistadas em Acaú e 80% em Carne de Vaca. Além do consumo familiar, o marisco é fundamentalmente coletado para a comercialização.



Figura 12: Marisco com concha aberta e fechada



Figura 13: Marisco em tamanho diverso selecionado por apetrecho de pesca

O desempenho da atividade depende dos períodos de maré baixa, quando emergem os bancos de mariscos, conhecidos na região do estuário dos Rios Goiana e Megaó como croas (Figura 14). Devido a isto, a coleta dos mariscos pode ocorrer em qualquer momento, já que a cada dia a maré baixa sofre variação, condicionando então a rotina diária das marisqueiras. As croas permanecem descobertas pela água salobra por

até 3 horas, exceto nas marés de lua cheia quando podem alcançar a marca de 4 horas, é o fenômeno conhecido naquelas localidades como maré grande.



Abril de 2008.
Foto: FADIGAS, Amanda

Figura 14: Caracterização das croas na maré baixa

O acesso às croas é comumente realizado por meio de pequenos barcos movidos a remo com capacidade para até sete pessoas, que na Paraíba recebe a designação de caico, enquanto em Pernambuco se chama baitera. Esta embarcação tem um valor de mercado que varia entre R\$2.000,00 a R\$3.000,00 e na maioria dos casos é de posse individual ou familiar.

Para as marisqueiras, o exercício de sua profissão tem contornos diferenciados. Quando questionado às entrevistadas em Acaú e Carne de Vaca o que é a mariscagem as categorias mais freqüentes foram:

- Trabalho;
- Profissão;
- Excesso de trabalho a qualquer momento do dia;
- Determinismo e falta de opção;
- Trabalho desvalorizado;
- Trabalho honesto;
- Medo ou amor pela maré;
- Submissão às condições ambientais como sol, chuva e vento e a qualidade da água do rio.

Essas categorias que qualificam e descrevem a mariscagem foram observadas a partir de perguntas abertas e contestadas pelas entrevistadas em sentenças como:

“[...] é um trabalho perigoso, fico com medo da água suja. Teve mulher que já morreu e eu acho que foi por causa da água poluída”

“[...] é um serviço muito pesado, mas se eu não puder pegar mais vou morrer logo”

“É um meio de sobrevivência. Se um dia eu conseguir um emprego não fico na maré”

“Um trabalho importante, bonito, mas o trabalho é muito grande”

“É um meio de sobrevivência, para suprir todas as necessidades, para a mulher é o único trabalho”

São muitos os desafios encontrados pelas marisqueiras, abrangendo diversas esferas. Uma delas se refere às condições ambientais às quais estão expostas. No período em que estão nas croas podem chegar a 4 horas de exposição direta ao sol sem proteção adequada, o que se agrava no verão. Por sua vez, no inverno os maiores inimigos naturais são os ventos e as chuvas. As entrevistadas relatam que exercer a mariscagem nessa época se torna um verdadeiro risco à integridade física das trabalhadoras. Soma-se a isso a qualidade da água do estuário. Foram constantes os depoimentos de marisqueiras que apontaram, dentre outros fatores, problemas com a visibilidade da água, mau cheiro e carcaças de animais de grande porte jogadas ao rio.

Contudo a mariscagem não se finda à coleta do marisco nas croas. A partir das entrevistas foram mapeadas oito etapas a serem descritas:

01. Coleta do marisco nas croas: Todas as entrevistadas descreveram esta etapa que consiste em remover o marisco da lama nas croas com as mãos (Figura 15) ou puçá (Figura 16). No caso da maré estar baixa, as marisqueiras cavam a lama com as mãos até sentir, pelo atrito, a presença dos mariscos, retirando-os e depositando em um recipiente. O uso do puçá somente ocorre quando a água alcança a altura dos seios e o mesmo acontece, cavam a lama com o puçá e

depositam o marisco. As pescadoras podem ir às croas em grupos de até 7 pessoas, porém há aquelas que optam por realizar esta etapa individualmente.



Figura 15: coleta do marisco com as mãos



Figura 16: coleta do marisco com puçá

Nesta fase há ainda uma característica levantada por algumas marisqueiras entrevistadas, o que reforça a importância destas pescadoras para o manejo do estuário. De acordo com elas, para que o marisco cresça é necessário que a marisqueira revolva a lama, ou seja, manuseie a croa. No entanto, as entrevistadas não chegam a explicar a razão do fenômeno. O fato é que, empiricamente, ao revolver a lama permitem que o marisco, que se alimenta pela filtração da água, absorva matéria orgânica “fresca”, colaborando para que a espécie alcance o tamanho adequado de coleta (BARREIRA, ARAÚJO, 2005), promovendo assim uma simbiose entre o ambiente.

02. Lavagem do marisco: Em Acaú este não é um hábito comum, ao contrário de Carne de Vaca. Esta etapa já é realizada na residência da marisqueira. O marisco é previamente lavado em água corrente ou bacia para prosseguir com a próxima fase de cozimento.

03. Preparar o fogo com lenha ou catemba: esta fase exige que as marisqueiras saiam em busca de combustível para cozer o marisco. O uso da lenha atualmente está bastante restrito devido ao desmatamento e à fiscalização dos órgãos ambientais. A alternativa está sendo a madeira reaproveitada (Figura

17) ou a catemba (Figura 18), esta última é como se denomina a palha do coqueiro, gravetos ou a casca de coco seco. Algumas marisqueiras costumam armazenar a madeira e a catemba, o que reduz as idas ao “mato”. A fogueira é improvisada e armada na frente da casa da própria marisqueira, o que causa grande volume de fumaça irritando os olhos e dificultando a respiração de mulheres e crianças que se aproximam para acompanhar a atividade.



Figura 17: madeira reaproveitada



Figura 18: catemba

04. Cozimento do marisco: esta fase tem o objetivo de abrir a concha do molusco para retirar a “carne” que fica pré-cozida (Figura 19).



Figura 19: cozimento do marisco

O marisco coletado é cozido por etapas, uma vez que o caldeirão utilizado é relativamente pequeno, esse ciclo pode levar até 2 horas, a depender da quantidade do molusco coletado.

05. Debulhar a “carne”: o ato de debulhar consiste em remover a polpa do marisco com as mãos (Figura 20) ou com o uso de peneiras improvisadas (Figura 21).



Figura 20: Debulhagem com as mãos



Figura 21: Debulhagem com peneira

Nesta fase uma mesa simples é montada na frente ou no quintal da casa da marisqueira. Dela se aproximam crianças, adultos e idosos que comumente são pessoas de ambos os sexos. Quem se aproxima da mesa pode colaborar do início ao fim ou simplesmente levar alguns minutos enquanto conversam e/ou trocam experiência.

Esta etapa pode ser considerada como um momento de socialização entre os comunitários, que além de assuntos pessoais tratam dos temas referentes à pesca, como o preço do quilo do pescado, restrições impostas nos últimos tempos, um ‘boletim’ informativo da saúde do estuário, enfim. O tempo estimado para debulhar todo o marisco é relativo à quantidade coletada, à intensidade do fogo para o cozimento e a quantidade de pessoas que auxiliam no processo, podendo durar entre 1 a 3 horas.

06. Lavar a “carne” e ensacar: a partir desta fase, novamente as tarefas se restringem a serem feitas somente pela marisqueira, porém nem todas procedem com esta etapa, algumas ensacam diretamente após ter debulhado (Figura 22).

Os sacos são chamados de bolsas e tem capacidade para até 1 kg de “carne” de marisco. Com isso, após ensacada, a “carne” é pesada para conferir a marca máxima da bolsa plástica.



Figura 22: “Carne” do marisco debulhada

07. Armazenar em freezer: neste momento algumas marisqueiras encontram dificuldades logísticas, precisando contar com a solidariedade e disponibilidade de amigas e vizinhas, pois nem todas têm condições de adquirir um freezer ou mantê-lo. Normalmente o marisco acondicionado dessa forma não chega a permanecer no depósito nem por uma semana, há uma alta rotatividade e demanda pelo produto. As marisqueiras orientam que seja consumido quanto antes, mesmo estando congelado, pois acreditam que com o tempo “a carne” perde o sabor marcante.

08. Comercializar: por fim a última etapa consiste na venda do marisco que comumente é feita de duas maneiras. A primeira delas é diretamente com o consumidor (Figuras 22 e 23), que compra o produto com a marisqueira, ou na sua própria residência ou nas feiras livres. A outra forma de comercializar é vender aos atravessadores – homens que compram marisco para revender aos donos de bares ou restaurantes.



Figura 23: Venda de marisco em casa de marisqueira de Acaú-PB



Figura 24: Venda de marisco em casa de marisqueira de Carne de Vaca - PE

Outras atividades secundárias, porém essenciais, complementam a mariscagem e compõem a jornada dessas mulheres, a exemplo dos cuidados com os equipamentos utilizados na coleta do marisco que em Acaú 87% das entrevistadas e em Carne de Vaca 53% afirmaram ocupar certo tempo com essas tarefas.

Por ser artesanal, a pesca das marisqueiras utiliza somente equipamentos que causam baixo impacto ambiental, caracterizando-as como população tradicional. Vale destacar que nem todas as marisqueiras utilizam os mesmos equipamentos e que estes são usados de acordo com as condições de pesca. Observou-se ainda que algumas marisqueiras estão constantemente adaptando estes instrumentos ao manejo adequado do marisco. São eles:

- Balaio – manufaturado artesanalmente o balaio é feito com fibra de palha e é largamente utilizado pelas marisqueiras de Acaú para depositar o marisco coletado nas croas.
- Balde – normalmente não é adquirido, mas sim reaproveitado e se mostrou um instrumento fortemente utilizado em ambas as comunidades para o depósito do marisco.
- Puçá – feito artesanalmente o puçá é composto por uma vara de madeira que em uma das extremidades leva acoplado uma cesta

de arame e tela, o tamanho da malha desta tela realiza a seleção do marisco. O puçá é usado com mais frequência pelas marisqueiras de Acaú.

- Caico ou baitera – pequenos barcos de madeira movido a remo, amplamente utilizado por ambas as comunidades.
- Galéia – se trata de uma caixa de plástico firme, encontrada principalmente em mercados para transportar verduras e legumes. No caso da mariscagem a galéia recebe vários furos no fundo da caixa o que auxilia o depósito e a lavagem do marisco ainda no estuário. É encontrado com mais facilidade em Acaú.
- Luva de tecido – apesar da baixa adesão houve relato de ser utilizada em Acaú. A luva auxiliaria a marisqueira a cavar a lama evitando os cortes frequentes que sofrem nas mãos, porém ao mesmo tempo em que protege retira das mãos a sensibilidade, dificultando identificar onde está o marisco.
- Carro de mão – assim como o caico o carro de mão é um artigo de luxo para grande parte das marisqueiras, devido ao custo relativamente alto para o orçamento. As mulheres que o possuem (posse individual ou familiar) usam o carro de mão para auxiliar no transporte do marisco do estuário às suas casas, ao contrário carregam na cabeça os baldes ou sacos que chegam a 10 kg ou mais. É um instrumento utilizado com mais frequência em Carne de Vaca, uma vez que a distância desta comunidade até o estuário é três vezes maior em relação à distância de Acaú ao rio

- Caldeirão – latas reaproveitadas ou panelas grandes são usadas em ambas as localidades para o cozimento do marisco.
- Peneira – improvisada artesanalmente é encontrada com mais frequência entre as marisqueiras de Carne de Vaca que retiram o fundo de uma bacia simples de plástico ou alumínio e anexam uma tela. Com a peneira retiram a “carne” do marisco.
- Saco de verduras – feitos em nylon trançado, são utilizados normalmente para armazenar legumes e verduras. As marisqueiras então reaproveitam estes sacos para carregar o marisco do estuário às suas casas.
- Carroça – apesar da baixa incidência, apenas em Acaú, as carroças auxiliam no transporte do marisco.
- Remo – em Acaú o remo feito em madeira é considerado um instrumento importante para a pesca, a marisqueira pode até não ser proprietária de um caico ou baitera, mas se possui o remo terá vaga garantida em algum caico.
- Ciscador ou gadânia – houve a incidência desse instrumento apenas em Acaú. Se assemelha a um pente feito artesanalmente com madeira e pregos usado para auxiliar a cavar na lama.
- Bolsas plásticas – utilizadas para armazenar a “carne” do marisco.

Tanto em Acaú quanto em Carne de Vaca 94% das marisqueiras afirmaram serem as proprietárias de seus equipamentos de trabalho. Apesar disso, equipamentos como o caico e o carro de mão, por seu alto valor para aquisição e manutenção (ex. um caico pode custar até R\$3.000,00, e sua manutenção R\$800,00; já o carro de mão custa em média R\$200,00), algumas vezes não são de propriedade da própria marisqueira

como afirmou 47% das entrevistadas, tanto na PB quanto em PE. Com isso, acabam muitas vezes alugando de algum pescador ou dono de barcos, ou compartilhando com aquela marisqueira que os possui.

Considerando as entrevistadas em Acaú e Carne de Vaca todas afirmaram nunca haver recebido nenhum tipo de apoio financeiro, tanto do poder público quanto da iniciativa privada, para realizar quaisquer etapas da mariscagem, como a aquisição de equipamentos ou ainda investir em segurança do trabalho.

Ao realizar a atividade da mariscagem, diversas marisqueiras estão expostas a lesões das mais diversas, de acordo com o que foi identificado junto às entrevistadas de Acaú e Carne de Vaca:

- Joelhos: 20% tanto em Acaú quanto em Carne de Vaca;
- Coluna: 80% em Acaú e 60% em Carne de Vaca;
- Pernas: 33% em Acaú e 53% em Carne de Vaca;
- Mãos: 40% em Acaú e 20% em Carne de Vaca;
- Estômago: 13% em Acaú e 27% em Carne de Vaca ;
- Pescoço: 13% em Acaú, não houve incidência em Carne de Vaca;
- Pele: 13% em Acaú, 6,7% em Carne de Vaca;
- Braços: 27% em Acaú, 33% em Carne de Vaca;
- Peito: não houve incidência em Acaú, 6,7% em Carne de Vaca;
- Pés: 13% em Acaú e 20% em Carne de Vaca;
- Cabeça: 27% em Acaú e 33% em Carne de Vaca;
- Pulmão: não houve incidência em Acaú, 6,7% em Carne de Vaca;
- Ossos: 6,7% em Acaú e 13% em Carne de Vaca;
- Cotovelo: não houve incidência em Acaú, 6,7% em Carne de Vaca;

- Rim: 6,7% em Acaú, não houve incidência em Carne de Vaca – 6,7% no total.

6.4.2 Quem marisca?

Primeiramente é necessário diferenciar entre aquela pessoa que tem na mariscagem a sua profissão e principal fonte de renda e quem marisqueia como atividade secundária e/ou complementar.

Considerando o exposto, na primeira subcategoria as mulheres ocupam majoritariamente o cargo (Figuras 24 e 25). Varia apenas em relação à idade, começando na profissão desde jovens seguindo até a terceira idade.



Abril de 2008.
Foto: FADIGAS, Amanda

Figura 25: Marisqueira se preparando para o trabalho nas croas



Abril de 2008.
Foto: FADIGAS, Amanda

Figura 26: Marisqueira voltando das croas com o marisco

As entrevistadas de Carne de Vaca relataram com certa tranquilidade a presença dos homens na mariscagem, sendo cada vez mais comum ir para as croas o casal e assim trabalham juntos na coleta do marisco. Quando os homens estão na pesca do marisco naquela comunidade, significa que desistiram de pescar outros recursos e passaram a se dedicar ao marisco. Em outros casos aprenderam desde cedo e se profissionalizaram nesta categoria. Porém o homem, na maioria das vezes, se limita a

participar somente na etapa de coleta do marisco, ficando as demais a cargo das mulheres.

Por sua vez, em Acaú também existem homens trabalhando com o marisco, contudo com menor frequência em relação à Carne de Vaca. Além de ser mais raro, os homens passam a assumir esta função apenas quando a pesca dos demais recursos não está rendendo o suficiente, ou seja, é apenas uma segunda opção. Assim como em Pernambuco, não costuma estar presente nas demais etapas da mariscagem.

A segunda subcategoria é mais abrangente, inclui os homens que têm na mariscagem uma segunda opção, mulheres jovens que não são marisqueiras profissionais, mas que por extrema necessidade recorrem eventualmente às croas e, por fim, senhoras idosas que, quando em bom estado de saúde e mesmo já aposentadas, vão aleatoriamente às croas acompanhar amigas e vizinhas.

6.4.3 Divisão dos benefícios

A coleta do marisco é realizada no estuário diariamente, exceto quando a maré não apresenta condições mínimas de trabalho. Entretanto as marisqueiras nem sempre conseguem coletar a mesma quantidade, pois há uma diferença entre um dia bom e um dia ruim de maré. Além dessa distinção há ainda aquela que se refere às comunidades, pois Acaú e Carne de Vaca não mantêm a mesma quantidade de marisco em “carne” per capita.

Quadro 4: A produção per capita de quilos de “carne” de marisco recolhidos em um dia de trabalho em ambas as comunidades

	Dia bom	Dia Ruim
Mínimo	1,5 kg	1,0 kg
Máximo	15 kg	7,0 kg
Média	6,3 kg	2,6 kg

Quadro 5: A produção per capita de quilos de “carne” de marisco recolhidos em um dia de trabalho por marisqueiras de Acaú

	Dia bom	Dia Ruim
Mínimo	4,0 kg	1,0 kg
Máximo	15 kg	7,0 kg
Média	7,4 kg	3,1 kg

Quadro 6: A produção per capita de quilos de “carne” de marisco recolhidos em um dia de trabalho por marisqueiras de Carne de Vaca

	Dia bom	Dia Ruim
Mínimo	1,5 kg	1,0 kg
Máximo	12 kg	5,0 kg
Média	5,3 kg	2,0 kg

O valor da venda do quilo da carne do marisco é também um componente a ser averiguado, sofre variações de acordo com o tipo de cliente e com a comunidade a qual pertence a marisqueira.

Quadro 7: Valor de mercado de 1kg de “carne” de marisco em ambas as comunidades

	Atravessador	Veranista
Mínimo	R\$ 1,50	R\$ 2,00
Máximo	R\$ 5,00	R\$ 5,00
Média	R\$ 2,50	R\$ 4,10

Quadro 8: Valor de mercado de 1kg “carne” de marisco na comunidade de Acaú

	Atravessador	Veranista
Mínimo	R\$ 1,50	R\$ 2,50
Máximo	R\$ 3,50	R\$ 5,00
Média	R\$ 2,40	R\$ 4,10

Quadro 9: Valor de mercado de 1kg de “carne” de marisco na comunidade de Carne de Vaca

	Atravessador	Veranista
Mínimo	R\$ 1,50	R\$ 2,00
Máximo	R\$ 5,00	R\$ 5,00
Média	R\$ 2,50	R\$ 4,10

Com isso a renda média mensal das marisqueiras em ambas as comunidades, de acordo com 93% das entrevistadas, não alcança 01 salário mínimo, fixado atualmente em R\$465,00⁵⁷.

Além de desempenhar esse trabalho algumas marisqueiras recorrem a outras atividades para complementar a renda da família, são elas:

- Venda de cosmético: Apenas 6,7% em Carne de Vaca;
- Venda de lanches: 40% em Acaú;
- Lava roupa: 26,7% em Acaú e 20% em Carne de Vaca;
- Faxina: 13% em Acaú e 47% em Carne de Vaca;
- Fabricação de venda de produtos de limpeza: apenas 6,7 em Acaú;
- Bolsa família: 6,7% em Acaú e 13% em Carne de Vaca;
- Aposentadoria: 13% em Acaú e 6,7% em Carne de Vaca.

Apesar da renda média mensal da mariscagem não alcançar o equivalente a meio salário mínimo, 47% das marisqueiras afirmaram ser esta a principal fonte de renda da família. As mulheres marisqueiras, em ambas as comunidades, possuem rendimento médio inferior aos seus companheiros, contudo investem proporcionalmente mais nas despesas domésticas, como segue nos quadros e informações abaixo:

Quadro 10: Renda semanal da marisqueira e companheiro em ambas as comunidades

	Marisqueira	Companheiro
Mínimo	R\$ 15,00	R\$ 25,00
Máximo	R\$ 60,00	R\$ 300,00
Média	R\$ 35,00	R\$ 68,00

Quadro 11: Renda semanal da marisqueira e companheiro em Acaú

	Marisqueira	Companheiro
Mínimo	R\$ 15,00	R\$ 50,00
Máximo	R\$ 60,00	R\$ 300,00
Média	R\$ 39,00	R\$ 88,00

⁵⁷ À época da realização da pesquisa de campo e análise dos dados, no ano de 2008, o salário mínimo vigente era de R\$415,00.

Quadro 12: Renda semanal da marisqueira e companheiro em Carne de Vaca

	Marisqueira	Companheiro
Mínimo	R\$ 15,00	R\$ 25,00
Máximo	R\$ 40,00	R\$ 70,00
Média	R\$ 30,00	R\$ 49,00

A aplicação da renda foi categorizada em despesas domésticas, despesas com os filhos e despesas pessoais, sofrendo forte heterogeneidade:

o Despesas domésticas:

Em Acaú 100% das entrevistadas e 67% em Carne de Vaca afirmaram que com sua renda contribuem com as despesas domésticas. No entanto, mesmo com o alto índice de mulheres com companheiros (por casamento ou união estável), apenas 53% em Acaú e 60% em Carne de Vaca afirmaram que parte do rendimento de seus companheiros se destina para cobrir as despesas com a casa.

o Despesas com filhos:

Em ambas as comunidades 67% afirmaram destinar seu rendimento aos cuidados com os filhos. Novamente este percentual cai para os companheiros, em Acaú apenas 40% das entrevistadas afirmou que os companheiros destinam parte de sua renda aos filhos, enquanto em Carne de Vaca o percentual chegou a 47%.

o Despesas pessoais:

Somando o que ganham em relação às despesas que têm, não sobra muito para pensar em despesas pessoais, como os gastos voltados ao lazer. Ainda assim, em Acaú 67% e em Carne de Vaca 60% das

marisqueiras relataram fazer um esforço para que possam assumir as suas despesas pessoais. Em relação aos companheiros o índice foi um pouco mais baixo, sendo que apenas 20% em Acaú e 47% em Carne de Vaca conhecem sobre o fato dos companheiros destinarem parte da sua renda às suas despesas pessoais.

6.4.4 Direitos trabalhistas e previdenciários

Em 1988 a Constituição Federal assegurou em seu artigo 195, § 8º que aquele pescador artesanal que trabalha em regime de economia familiar, contribuindo com a Previdência Social, terá direitos aos benefícios legalmente estabelecidos.

Para garantir os benefícios, contudo, o pescador artesanal deve realizar seu registro perante o Instituto Nacional de Seguridade Social-INSS e, a partir daí, recolher mensalmente uma alíquota de 2,3% do valor de sua renda.

A marisqueira está equiparada à categoria de pescadora artesanal, logo pode ser beneficiária dos mesmos direitos, uma vez cumpridos todos os requisitos. Dentre os benefícios podem ser citados: aposentadoria, auxílio-doença previdenciário, aposentadoria por invalidez previdenciária; auxílio-doença por acidente de trabalho, aposentadoria por invalidez acidentária, auxílio-acidente, salário-maternidade, pensão por morte, auxílio-reclusão.

Porém, a realidade tem se destoadado da prática. O número de marisqueiras cadastradas no INSS ainda é incipiente e este cenário se confirma nas comunidades pesqueiras do estuário dos rios Goiana e Megaó. A maioria das marisqueiras nunca recolheu contribuição para o INSS, o que corresponde a 53% em Acaú e 73% em Carne de Vaca. Como consequência, 67% das entrevistadas em Acaú e 100% em Carne de

Vaca afirmaram que nunca receberam seguro-desemprego ou licença maternidade ao longo de sua vida profissional.

As marisqueiras ainda carecem de outra documentação básica, a carteira de identificação de pescadora artesanal emitida pela Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca-SEAP. O índice de entrevistadas que possuíam o documento alcançou 93% em Acaú, no entanto chegou a apenas 47% em Carne de Vaca.

É papel da colônia de pescadores e dos órgãos envolvidos com a pesca, como a SEAP, orientar as pescadoras a respeito de seus direitos trabalhistas. Apesar disso, a maioria das entrevistadas afirmou que nunca receberam esse tipo de orientação referente à pesca artesanal profissional, sendo 54% em Acaú e 67% em Carne de Vaca.

6.5 Organização comunitária e participação social

6.5.1 Os grupos

As comunidades de Acaú e Goiana estão constituídas por algumas entidades associativas representativas. Alguns desses grupos têm uma atuação marcante na comunidade e são consideradas entidades essenciais à população, pois defendem seus interesses.

Foram detectados diversos grupos em Carne de Vaca e em Acaú, e nesta comunidade também foi possível verificar que muitas dessas organizações não têm funcionado efetivamente, a maioria não possui CPNJ ou se quer continuam realizando reuniões com seus associados. Dessa maneira, o mais prudente foi identificar junto às marisqueiras as associações reconhecidamente atuantes em suas comunidades, conforme aponta o Quadro 13:

Quadro 13: Grupos comunitários elencados pelas marisqueiras

Localidade	Grupo	Finalidade
Acaú	Colônia de Pescadores Z10	Prestação de serviços à comunidade
Acaú	Associação das Marisqueiras de Acaú	Defesa dos direitos das marisqueiras

Acaú	Associação dos moradores da Pontinha	Prestação de serviços à comunidade
Carne de Vaca	Associação dos moradores de Carne de Vaca	Defesa dos direitos da comunidade pesqueira
Carne de Vaca	Grupo da Terceira Idade	Entretenimento e socialização para mulheres e homens acima dos 60 anos

Devido ao fato das comunidades ainda enfrentarem situações de carência em diversas áreas, a exemplo do saneamento básico, foi questionado às marisqueiras sobre a existência de ações articuladas entre os grupos comunitários em prol da comunidade. Do total das entrevistadas 93% responderam não haver planejamento ou ações conjuntas entre as referidas associações.

Pode-se considerar que as marisqueiras têm um alto grau de associativismo, chegando a 93% das entrevistadas em Acaú e 67% em Carne de Vaca. Estas mulheres estão distribuídas pelos grupos da seguinte maneira na Tabela 10:

Tabela 10: Distribuição de marisqueiras associadas a grupos comunitários

	Apenas Colônia de pescadores	Associação comunitária	Colônia de pescadores e associação das marisqueiras	Colônia de pescadores e grupo terceira idade	Não opinou	Total
Acaú	8	---	6	---	1	15
Carne de Vaca	7	2	---	1	5	15
Total	15	2	6	1	6	30

Fonte: Pesquisa direta. Abril, 2008

É relevante verificar que metade das entrevistadas em ambas as comunidades está vinculada à Colônia de Pescadores, reforçando assim a crescente presença das mulheres no ambiente pesqueiro enquanto profissionais. Por outro lado os dados relativos à associação das marisqueiras demonstram que em Carne de Vaca ainda não houve esse tipo de iniciativa, na qual a pescadora se sobressai e se organiza a partir de sua especificidade.

6.5.2 Qualificando o associativismo

A princípio, um ponto importante a ser considerado é sobre o grau de participação das marisqueiras nos grupos comunitários. Os dados indicam que 73% das marisqueiras entrevistadas apenas integram algum dos grupos elencados na categoria de ‘associada’. Apenas 3% chegaram a assumir algum papel de gestora dentro de sua associação.

Quanto à valoração dada ao associativismo, das entrevistadas 90% consideraram o associativismo como algo positivo. Ao justificar a necessidade de estar associada a algum grupo, ganhou destaque aquelas que consideraram o associativismo relevante para a aquisição de direitos (40%), outras afirmaram que o associativismo se torna importante por ser um meio de obter informações (27%), em seguida enfocaram que somente a união pode diferenciar as ações em prol das comunidades pesqueiras (7%), e por fim algumas consideraram ainda ser o associativismo um importante espaço para o entretenimento (3%). Incidiu ainda mais 3% alegando que o associativismo não é capaz de trazer mudança alguma para as comunidades e 20% não opinou.

Por fim, as marisqueiras foram convidadas a indicar um nível de relevância dado à participação social. No geral as entrevistadas consideram altamente relevante o associativismo (60%), seguidos de 27% que consideram ter uma relevância média e 13% relevância baixa.

6.6 O processo de criação da Reserva Extrativista Acaú-Goiana

6.6.1 O histórico do processo de criação da Reserva Extrativista Acaú-Goiana

Entre os anos de 1998 e 1999 toda a região que se entendia desde o Canal de Santa Cruz, em Pernambuco, até o estuário dos rios Goiana e Megaó, na divisa da

Paraíba com Pernambuco, vivia um denso período de mudanças devido à degradação ambiental que vinha sofrendo esta parte da zona costeira. Provocados principalmente por uma intensa atividade econômica, que não cumpria com as exigências da legislação ambiental, os danos geraram uma série de problemas socioambientais naquela área.

De um lado estava Acaú, na Paraíba, que em 1999 sentia o impacto ambiental conseqüente das atividades industriais, agrícolas e da carcinicultura. Como o distrito tem presença marcante das marisqueiras, estas foram as primeiras a sentir a degradação que vinha atingindo aquela área, visto que o marisco, outrora sempre abundante, iniciava um ciclo de escassez sem precedentes.

O pouco marisco encontrado não atingia mais o tamanho ideal para a coleta e este quadro contribuiu com o desequilíbrio do ecossistema, pois muitas marisqueiras começaram a coletar o marisco do tamanho que encontravam, visando não comprometer o sustento da família.

Foi quando neste mesmo ano de 1999 surgiram os primeiros debates sobre um possível defeso do marisco, e as marisqueiras através da Associação das Marisqueiras de Acaú sustentaram essa idéia na tentativa de preservar os bancos de marisco e a manutenção das famílias que viviam exclusivamente da pesca, ou seja, elas espontaneamente iniciaram o processo.

Reunidas através da referida associação, as marisqueiras de Acaú elaboraram um abaixo-assinado que solicitava a proteção dos bancos de marisco do estuário dos rios Goiana e Megaó.

O processo administrativo foi então iniciado em 2001, assim como um levantamento sócio-econômico e ambiental da área que não retratava as marisqueiras em sua especificidade, embora este tenha sido o grupo que provocou a demanda.

Entretanto, a proposta para a resex dividia o estuário ao meio em uma linha imaginária que considerava a divisão geopolítica entre os estados da PB e de PE. Devido a diversas lacunas, o processo terminou arquivado ainda em 2001, ressurgindo em 2002 com discussões a nível institucional.

Por outro lado, ainda em 1998 as lideranças comunitárias do litoral norte pernambucano, em parceria com a CPP, discutiam a proteção da área do Canal de Santa Cruz seguindo até a divisa com a Paraíba (mais uma vez dividindo o estuário dos rios Goiana e Megaó ao meio).

No entanto, essa discussão se centrou na área do canal, visto que esta zona é considerada o mais importante pólo pesqueiro de Pernambuco, devido sua riqueza ecossistêmica. Outro fator adveio das fortes agressões ao equilíbrio do ambiente local provocadas pelas atividades econômicas que pressionavam a área. Contudo as discussões em Pernambuco também não prosseguiram.

Esta fase embrionária, compreendida entre os anos de 1999 e 2001, pode ser considerada a primeira da Resex Acaú-Goiana, visto que os conceitos e interesses começaram a ser definidos. Fica marcado principalmente o interesse das marisqueiras de Acaú em proteger os bancos de marisco ameaçados pelas atividades econômicas exercidas na área.

O encontro de idéias e lutas entre as lideranças da Paraíba (notadamente de Acaú) e de Pernambuco ocorre por força do Conselho Pastoral dos Pescadores (CPP), que facilitava o intercâmbio de experiências sociais na área, principalmente no que se refere aos direitos da pesca.

Nessa oportunidade, as lideranças pernambucanas tomam conhecimento da proposta para criação de uma reserva extrativista em Acaú e optam por desmembrar a idéia que surgiu em 1998, passando a pleitear para o Canal de Santa Cruz uma Reserva

do Desenvolvimento Sustentável enquanto para a área do estuário dos rios Goiana e Megaó decidiram incorporar-se ao processo que já estava em andamento na Paraíba.

Nesta fase o IBAMA havia se distanciado da população que iniciou a demanda em 1999 e se deparou com uma proposta institucional de constituir uma Área de Proteção Ambiental no local. Em 2002, ao invés da APA, foi tomada a eleição de resgatar aquela demanda da resex em Acaú. Desta vez a população de pescadores e pescadoras de Pernambuco já estava ciente dos fatos e organizaram abaixo-assinado para solicitar que suas comunidades fossem consideradas na criação da resex.

A partir deste momento o IBAMA/PB retoma contato com as comunidades de toda a área de influência do estuário e inicia um diálogo sobre reservas extrativistas. Esta fase compreende os anos entre 2002-2004, podendo ser considerada a segunda fase do processo de criação da Resex Acaú-Goiana, quando o processo rompe as fronteiras e envolve mais comunidades no debate.

Na Paraíba o processo vinha avançando, e no ano de 2004 o IBAMA/PB propôs parceria com técnicos da Universidade Federal da Paraíba para disponibilizar dados existentes sobre a área e emitir um parecer prévio sobre o caso. A decisão dos técnicos não deixou dúvidas de que seria necessário integrar toda a área do estuário na resex independentemente do Estado ao qual pertencesse. Dessa maneira, as comunidades de Carne de Vaca, Povoação de Lourenço, Ponta de Pedras, Baldo do Rio, Tejucupapo e Atapuz, todas localizadas no litoral norte de Pernambuco, foram oficialmente convidadas às reuniões que iriam dar forma aos espaços decisórios participativos.

No período que corresponde aos anos de 2004 a 2007 o processo de criação da Reserva Extrativista Acaú-Goiana finalmente toma forma e força a partir de um novo diagnóstico da área e das diversas reuniões e consultas à comunidade, permitindo assim

identificar o envolvimento das pescadoras na Resex, dentre outros aspectos relevantes para a sua implantação e futura gestão.

As fases de criação da Resex Acaú-Goiana podem ser visualizadas no quadro 14, considerando os principais fatos que nortearam esta Unidade de Conservação:

Quadro 14: Descrição cronológica dos fatos que constituem o processo de criação da Resex Acaú-Goiana

Período	Descrição dos fatos
1998	Primeiras discussões entre os comunitários de Pernambuco sobre a degradação de toda a área do litoral norte e a necessidade de proteção desta zona pernambucana.
1999	Primeiras discussões em Acaú sobre a degradação da área e o defeso do marisco.
Maio de 2001	É realizada uma visita de um representante do CNPT na área de Acaú para estudar a viabilidade da resex.
Agosto de 2001	<p>É apresentado um projeto para a criação da Resex Acaú contendo um relatório técnico. O estudo havia sido realizado pela equipe técnica do IBAMA. O objetivo visava um levantamento preliminar da atividade pesqueira, da extração de mariscos, da comunidade de Acaú, da situação sócio-econômica e ambiental da atividade, laudo biológico.</p> <p>O estudo mencionava o apoio oferecido pela Colônia de Pescadores de Acaú Z10.</p> <p>O estudo dedica poucas palavras à Associação das Marisqueiras, justamente a organização que impulsionou o processo:</p> <p><i>“Quanto a Associação das Marisqueiras de Acaú, foi registrada recentemente contando com um contingente inicial de 81 associadas, as quais são as principais responsáveis e interessadas na organização da extração de mariscos na comunidade de Acaú. Através do encaminhamento desta Associação foi que a Colônia dos Pescadores encapou as legítimas reivindicações da classe, resultando nos levantamentos agora realizados para possível formação de uma Resex na localidade.” (2002, Volume I, p. 06)</i></p> <p>Há um relato sobre a atividade da pescaria do marisco, no qual são expostas em linhas gerais como se realiza a atividade da coleta e da retirada da “carne”, bem como o preço que se paga pelo quilo desta carne, na época R\$1,00 a R\$2,00.</p> <p>Os detalhamentos sobre a marisqueira: foca um perfil sócio-econômico geral, mas ignora a perspectiva de gênero em si como a divisão sexual do trabalho, a obtenção de renda em relação ao companheiro, etc.</p> <p>O universo das marisqueiras foi estimado em 300 pessoas. Foram entrevistadas 31 marisqueiras, 3 compradores e 7 pescadores.</p> <p>Já nessa época a grande maioria (73,2%) dos entrevistados apontou para o desconhecimento sobre a criação de uma reserva extrativista na área.</p> <p>Quanto à mobilização da comunidade para a resex o relatório retira o protagonismo da Associação das Marisqueiras, imputando à Colônia de Pescadores todo o trabalho de sensibilização junto a comunidade pesqueira.</p> <p>Alguns dados mais específicos sobre o posicionamento das marisqueiras surgem no final porém não ficam evidentes, como:</p> <ul style="list-style-type: none"> Das 31 entrevistadas, 24 não conheciam o que era uma resex Desta amostra, 29 se posicionaram a favor da criação de uma resex Das 31 entrevistadas 19 gostariam de mudar de profissão. <p>O estudo aponta que os entrevistados acusaram a crescente escassez do marisco devido a “demanda crescente por fontes de proteínas, a pressão desordenada sobre este recurso, principalmente durante o período de veraneio, aliada as constantes agressões ao meio ambiente”.</p>

	<p>O estudo não contempla de forma detalhada nenhuma das atividades econômicas que estão prejudicando a área, e imputa à sobrepesca o fato de estar ocorrendo a depleção dos recursos, sem fazer nenhum tipo de análise entre causa-consequência.</p> <p>O abaixo-assinado que teria dado início à demanda administrativa anexado ao processo é composto por um total de 227 assinaturas, destas 142 eram de mulheres, ou seja, 62,5%.</p>
Outubro de 2001	Foi realizada a solicitação oficial ao Centro Nacional de Populações Tradicionais (CNPT) para a criação da então “Reserva Marinha de Acaú, no município de Pitimbú, PB”.
2001-2002	Após ser protocolado em janeiro de 2002 no MMA, o processo administrativo tem seu trâmite paralisado, pois os limites estabelecidos até aquele momento dividiam o estuário ao meio, sem proporcionar o real equilíbrio ecológico da área.
2002-2004	O processo voltou a ser discutido, desta vez incluindo as comunidades de Acaú (PB), Carne de Vaca (PE), São Lourenço (PE), Tejucupapo (PE) e Ponta de Pedras (PE).
Abril de 2004	<p>É realizado o primeiro contato formal com a UFPB solicitando subsídios técnicos para embasar a solicitação da resex.</p> <p>A UFPB se manifesta a favor da alteração dos limites propostos para a resex e sugere novos estudos para a área.</p>
Abril de 2004	<p>São convocadas para reunião na comunidade de Acaú a Câmara de Vereadores de Pitimbú, a Prefeitura Municipal de Pitimbú. Estiveram ainda presentes o Grupo Acaú em Ação, a Colônia de Pescadores de Acaú, a Associação das Marisqueiras de Acaú e a UFPB.</p> <p>Na reunião realizada na Associação das Marisqueiras estiveram presentes 103 pessoas, destas 55 eram mulheres, o que corresponde a 52%, algumas identificadas como marisqueiras, catadoras de caranguejo, educadoras e representantes de grupos locais. Foram elucidadas as dúvidas sobre o que seria resex e houve a aceitação da maioria da população a favor da criação.</p>
Mai de 2004	Surgem apoios formais da Prefeitura Municipal de Pitimbú, da Associação das Marisqueiras e do Grupo Acaú em Ação.
Agosto de 2004	A nova proposta do IBAMA/PB desta vez era para expandir os limites da Resex até a margem pernambucana do rio, pois é onde se encontra grande parte das croas também utilizadas pelas comunidades de Carne de Vaca/PE e Ponta de Pedra/PE.
Junho a agosto de 2005	São realizadas as visitas oficiais da equipe técnica da UFPB nas localidades de Acaú, Tejucupapo, São Lourenço e Carne de Vaca para a elaboração do diagnóstico sócio-econômico e biológico da região estuarina.
Setembro de 2005	O IBAMA/PB solicita ao CNPT cópia do processo administrativo de criação da Resex.
Março de 2006	A UFPB conclui um diagnóstico parcial da situação socioeconômica, ambiental e biológica da região do estuário dos rios Goiana e Megaó.
Março de 2006	<p>Iniciam as convocações do IBAMA/PB a diversos segmentos para as reuniões preliminares de criação da Resex entre os estados da Paraíba e Pernambuco com o objetivo de apresentar o diagnóstico socioeconômico, biológico e ambiental na região do estuário do rio Goiana e sua área de influência (elaborado pela UFPB).</p> <p>Foram então convidados: a presidência do IBAMA-Brasília, CNPT, UFPB, Capitania dos Portos da Paraíba, SPU, Secretaria da Ciência e Tecnologia e Meio Ambiente da Paraíba, Prefeitura Municipal de Pitimbú, Secretaria de Agricultura e Pesca de Pitimbú, Secretaria de Saúde, Secretaria Municipal de Educação de Pitimbú, Coordenação de Educação Ambiental da Secretaria de Educação de Pitimbú, Câmara de Vereadores de Pitimbú, Associação das Marisqueiras de Acaú, Grupo Acaú em Ação, Associação dos Produtores de Algas, Colônia de Pescadores Z10, Associação Comunitária da Pontinha, Associação Comunitária Mucuí, Conselho Pastoral dos Pescadores, Colônia de Pescadores de Goiana Z14, Colônia de Pescadores</p>

	de Ponta de Pedras Z3, Colônia de Pescadores de Tejucupapo Z17, Colônia de Pescadores de Baldo do Rio Z14, INCRA, SEAP, Ministério Público Federal na Paraíba, Ministério Público da Paraíba, IBAMA/PE, Colônia de Pescadores de Caaporã Z12, Associação de Pescadores e Aquicultores de Caaporã.
Março de 2006	É anexado ao processo o abaixo-assinado datado em 31 de março de 2006 que solicitava formalmente a inclusão na resex dos pescadores e pescadoras artesanais das comunidades de Carne de Vaca, Povoação de São Lourenço, Tejucupapo e Baldo do Rio, todas pertencentes ao município de Goiana/PE. No total foram 129 assinantes, sendo que destes 59 eram mulheres, ou seja, 46%.
Abril de 2006	Ocorrem reuniões organizadas pelas lideranças juntamente com a CPP nas comunidades de Barra de Catuama, Atapuz, Tejucupapo, para envolver estas comunidades no processo de criação da resex.
Abril de 2006	Ocorrem as reuniões preliminares para a criação da Resex entre os estados da Paraíba e Pernambuco na seguinte seqüência: 06.abr – Colônia de Pescadores Z10/Acaú/PB – contou com a presença de 173 pessoas, tendo participado 92 mulheres, computando 53%. 16.abr – Colônia de Pescadores Z14/Goiana/PE – contou com 66 presentes, sendo 23% mulheres, o que corresponde a 15 participantes. 17.abr – Associação Comunitária dos Moradores de Carne de Vaca/PE – foram 59 participantes, dentre eles 23 eram mulheres, somando 39%. 18.abr – Igreja de São Lourenço/PE – estiveram presentes 67 pessoas, porém não foi possível precisar quantas mulheres estiveram na reunião, uma vez que uma das folhas da lista de presença foi extraviada. 18. abr. – Igreja Batista de Acaú – 45 pessoas presenciaram a reunião, sendo 28 mulheres ou 62% do total.
Abril de 2006	É anexado ao processo o abaixo-assinado datado em 05, 07 e 17 de abril que solicitava formalmente a inclusão na resex dos pescadores e pescadoras artesanais das comunidades de Carne de Vaca, Povoação de São Lourenço, Tejucupapo e Baldo do Rio, todas pertencentes ao município de Goiana/PE. No total foram 343 assinantes, sendo que destes 197 eram mulheres, ou seja, 57%.
Abril de 2006	A Resex recebe o apoio formal por meio de ofício do Conselho Pastoral dos Pescadores, da Federação dos Pescadores do Estado de Pernambuco, Movimento Nacional dos Pescadores e da Articulação das Mulheres Trabalhadoras da Pesca em Pernambuco. Além deste ofício, a Câmara dos Vereadores de Pitimbu reitera formalmente o apoio à Resex.
Abril de 2006	Ainda nesse período a Associação de Pescadores e Aquicultores de Caapora manifesta o apoio à Resex após ter participado da reunião em Acaú, e solicita formalmente que a comunidade de pescadores e pescadoras de Caaporã seja incluída como beneficiária da Resex.
Mai de 2006	A prefeitura, a Câmara de Vereadores e a Secretaria de Trabalho e Ação Social de Caaporã oficializam apoio à resex e solicitam atenção aos pescadores e pescadoras do município. Nesta ocasião a Secretaria de Trabalho e Ação Social de Caaporã organiza um abaixo-assinado com apenas 7 mulheres assinantes (15% de um total de 54 pessoas). Ainda nesse período a Prefeitura de Itapissuma/PE apóia oficialmente a criação da resex.
Julho de 2006	A UFPB entrega a versão final do diagnóstico socioeconômico, ambiental, e biológico da região dos estuários dos rios Goiana e Megaó – PE/PB.
Outubro de	Foi realizada uma vistoria sobre a criação de uma Resex na região dos estuários dos rios Goiana e

2006	<p>Megaó – PE/PB, conforme um relatório anexado ao processo administrativo.</p> <p>Nesta vistoria houve visitação da área referida, incluindo comunidades e até mesmo ao projeto de carcinicultura localizado na Ilha de Tiriri. Na ocasião foi questionado sobre o que ser feito com os viveiros, já que se tratava de uma infra-estrutura em péssimas condições e incompatível com a finalidade da Resex.</p>
Outubro de 2006	Foram solicitados aos órgãos como a GRPU na PB e em PE, o INCRA na PB e em PE, o INTERPA, a FUNTEPE, a Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente da PB, a Secretaria de Ciência e Meio Ambiente de PE, a Marinha do Brasil, a FUNAI, a CPRH, que se manifestassem em relação a alguma objeção sobre a criação da Resex naquela área e/ou a situação fundiária.
Fevereiro de 2007	<p>São realizadas pelo IBAMA/PE reuniões preparatórias para as Consultas Públicas que iriam definir a criação da Resex. Foram convocadas todas as lideranças comunitárias da área de Pernambuco.</p> <p>O IBAMA/PE também convoca a Câmara de Vereadores de Goiana, o Ministério Público Estadual, para exposição do projeto de criação da Resex.</p>
Fevereiro de 2007	A Prefeitura de Goiana também se manifesta a favor da criação da resex na área.
Fevereiro de 2007	O IBAMA/PE envia documentos referentes ao período de 2006-2007 a serem anexadas ao processo administrativo, dentre eles listas de presença de reuniões comunitárias, ofícios e menções de apoio à criação da resex.
Março de 2007	São realizadas as Consultas Públicas em Acaú e Goiana para consolidar a proposta da Resex em termos dos seus limites e nome para tal.
Mai de 2007	<p>O CNPT emite parecer técnico favorável à criação da Resex e encaminha ao Ministério do Meio Ambiente a proposta para apreciação, que por sua vez encaminha ao Presidente da República, juntamente com a minuta do Decreto, para que seja analisado o pedido.</p> <p>O ICMBio emite Nota Técnica favorável à Resex. A partir de então, a criação da Resex sai da competência do IBAMA e passa ao ICMBio.</p>
Junho de 2007	O Departamento de Áreas Protegidas da secretaria de Biodiversidade e Florestas emite Nota Técnica se posiciona pelo deferimento da proposta de criação da resex.
Julho de 2007	A Procuradoria Federal Especializada – IBAMA emite Nota Técnica favorável à criação da resex.
Setembro de 2007	<p>Há uma nova elaboração de minuta para o Decreto, desta vez excluindo o projeto de carcinicultura localizado na Ilha de Tiriri dos limites da Resex.</p> <p>Nesse período o processo tramitou na Casa Civil e na Presidência da República para finalmente ser Decretada em 26 de setembro de 2007 a Reserva Extrativista Acaú-Goiana.</p>

6.6.2 Identificando grupos e atores envolvidos na criação da Resex

Acaú-Goiana

Diversos atores, órgãos e entidades associativas estiveram direta e indiretamente envolvidos na criação da Resex Acaú-Goiana, contudo houve aqueles que foram

imprescindíveis para que a Resex lograsse êxito, uma que vez participaram de todas as etapas do processo.

Na esfera local, merecem destaque a Associação das Marisqueiras de Acaú (PB), a Colônia de Pescadores de Ponta de Pedras e a Colônia de Pescadores do Baldo do Rio e suas lideranças.

A Associação das Marisqueiras atuou incansavelmente desde 1999 levando a proposta de proteção da área ao IBAMA/PB, através de sua principal liderança, uma pescadora da terra, L.B.D., que levou adiante a luta da comunidade pesqueira de Acaú. Único grupo constituído somente por marisqueiras, a associação foi precursora na defesa dos interesses específicos dessas pescadoras.

A Colônia de Pescadores de Ponta de Pedras esteve envolvida na proposta da Resex Acaú-Goiana desde 2002 por meio de sua representante M.L.R.O, da mesma maneira uma pescadora da terra. A atuação desta colônia foi essencial para assegurar a participação das comunidades pernambucanas no processo de criação da Resex, uma vez que esta colônia representava ainda as comunidades de Carne de Vaca e São Lourenço e trazia larga experiência em processos participativos, além do vasto conhecimento sobre a área do estuário.

Outra pescadora da terra, V.L.M.C.L., levou a Colônia de Pescadores do Baldo do Rio para a discussão da Resex Acaú-Goiana. A colônia esteve desativada até o ano de 2004, quando foi reestruturada entrou no processo de criação da Resex. A principal liderança da colônia firmou uma parceria importante com a Colônia de Ponta de Pedras, fortalecendo a representatividade dos pescadores e pescadoras do litoral norte de Pernambuco.

Além destes três grupos podem ser citados, em termos de comunidade, a Colônia de Pescadores de Acaú (PB), a Associação de Moradores da Pontinha (PB), Associação

de Pesca e Aquicultura de Caaporã (PB), a Colônia de Pescadores de Tejucupapo (PE), Colônia de Pescadores de Atapuz (PE), a Associação de Moradores de Carne de Vaca (PE).

Quanto aos órgãos, destacam-se o IBAMA da Paraíba, que encampou todo o processo administrativo para a criação da Resex Acaú-Goiana; o IBAMA de Pernambuco, que mesmo entrando depois do processo deu uma estimável contribuição junto às comunidades deste estado; o Centro Nacional de Populações Tradicionais, responsável administrativo por algumas etapas do processo; as Prefeituras de Pitimbu, Goiana e Caaporã. Ainda contribuíram a Assembléia Legislativa de Pernambuco por meio da Comissão de Meio Ambiente.

Dentre as instituições de ensino e pesquisa a Universidade Federal da Paraíba participou ativamente do processo desde 2004; a Fundação Joaquim Nabuco (PE); e o Centro Josué de Castro (PE).

Outra importante contribuição para a Resex foi dada pelo Conselho Pastoral dos Pescadores. Parceiro das comunidades pesqueiras da Paraíba e Pernambuco atuou como entidade mobilizadora, incentivadora e fiscalizadora durante todas as fases do processo de criação da Resex.

Por fim, merece destaque toda a comunidade de pescadoras e pescadores da Paraíba e de Pernambuco, bem como suas lideranças, constituídas principalmente por mulheres.

6.6.3 A ameaça ao equilíbrio do estuário dos rios Goiana e Megaó

De acordo com o que já foi apontado anteriormente pelas marisqueiras de Acaú e Carne de Vaca, os danos socioambientais sofridos pela área estuarina dos rios Goiana

e Megaó foram provocados predominantemente por três atividades econômicas: agricultura (canaviais), indústria e carcinicultura.

Contudo resta saber: o que realmente motivou essas comunidades a protegerem sua área?

Quando se intensificou o plantio da cana-de-açúcar no Estado da Paraíba e de Pernambuco a população das comunidades circunvizinhas como Acaú e Carne de Vaca se dividiram. Uma parte acreditava que ali vinha a ‘salvação’ para o sustento das famílias, embora outro grupo se preocupou em como manter o seu sustento. Este segundo grupo era formado por pescadores e pescadoras da região que começavam a sentir as conseqüências de uma atividade econômica que não encontra limites na legislação.

O pior dano sofrido na área veio por conta do desmatamento desenfreado. Antes predominava a Mata Atlântica com abundância de espécies da fauna e flora local. A mata foi devastada desaparecendo juntamente árvores frutíferas que abasteciam sem ônus a mesa das comunidades locais, dando lugar pouco a pouco à monocultura da cana.

A mata ciliar foi dando lugar à cana, que atualmente é plantada na beira do rio, e até mesmo em áreas de mangue, isto por conta da crescente demanda pelo produto que encontra cada vez menos áreas a ser plantada. Mudou o microclima, mas também a economia local, elevando o preço de mercadorias e imóveis que raramente estavam sob a posse dos moradores comunitários.

A atividade industrial, por sua vez, trouxe um prejuízo duplo ao ambiente, visto que há mais de dez anos uma grande indústria de cimento na Paraíba comprou parte das terras à margem paraibana do estuário e em seguida procedeu com o arrendamento destas glebas a outras indústrias que beneficiavam a cana-de-açúcar.

Com tudo isto a comunidade pesqueira passou a questionar, ao mesmo tempo, sobre o sistema de punições, pois consideravam que quando os produtores de cana desmatavam além do que é permitido por lei não havia punição, embora quando o pescador desmatava para fabricar seus utensílios de pesca havia punição e, algumas vezes, com o uso de violência. A preocupação é crescente, ainda mais quando se adicionam os problemas gerados pela carcinicultura, provocando assim um descontentamento geral, conforme relata uma das entrevistadas ao afirmar que “os homens do poder e do dinheiro fazem o que quer e os órgãos responsáveis não fazem nada”.

Até bem pouco tempo (contudo para alguns comunitários isto ainda vigora) os canaviais e as indústrias tinham por hábito o despejo de seus dejetos *in natura* no rio. Além disso, um fato importante apavorou os moradores no fim da década de 90, quando o maior viveiro de camarão localizado na Ilha de Tiriri (no coração do estuário) provocou uma grande mortandade de caranguejos, peixes, marisco e outros recursos pesqueiros do estuário com o despejo do ‘veneno’, como denominam os pescadores e marisqueiras.

O viveiro prejudicou em demasia as áreas de Acaú e de Carne de Vaca. A empresa trouxe o *slogan* do emprego para conquistar a população. De fato muitos foram empregados, aproximadamente 100 pessoas, no entanto com a desbancada do empreendimento iniciaram as demissões em massa, e esses ex-funcionários acabaram retornando para a pesca, porém não encontraram mais seu ambiente de trabalho em condições favoráveis, devido à escassez dos recursos.

Apenas o marisco, mesmo em menor proporção, tem resistido à degradação ambiental, enquanto o caranguejo e o camarão já podem ser considerados raros naquela região. Somado a este cenário houve uma significativa migração de pessoas

provenientes de Recife, Goiana, João Pessoa, Caaporã e demais cidades dos arredores, provocando uma pressão sobre os poucos recursos restantes.

Ainda sobre o marisco, este em alguns pontos já se encontra escasso quando considerado tempos pretéritos, época em que não era necessário se afastar das áreas próximas ao povoado para coletá-lo. Atualmente as marisqueiras precisam ir até outras áreas, em busca de outras croas, demandando assim mais tempo e uso de equipamentos como o barco.

Houve ainda os episódios que ficaram marcados na memória das principais lideranças de Acaú e Carne de Vaca sobre a coleta de marisco miúdo, pois, segundo as marisqueiras, com a escassez algumas coletoras acabavam retirando tudo das croas sem qualquer critério, fato que também ocorreu com outros recursos.

As líderes comunitárias enfatizam que apesar de lamentar o ocorrido entendem que para quem sobrevive da pesca se torna difícil parar completamente o trabalho e esperar o período de reprodução, por mais que tenham consciência dos prejuízos em um futuro próximo.

Todo este cenário que usurpava o modo de vista extrativista das comunidades pesqueiras de Carne de Vaca e Acaú levou as marisqueiras a refletir sobre a necessidade de realizar uma parada remunerada da coleta do marisco, tal como existe o defeso da lagosta.

Mesmo não havendo um profundo conhecimento sobre a legislação ambiental vigente ou até mesmo sobre alguns mecanismos de intervenção direta (como as ferramentas administrativas ou judiciais), as marisqueiras de Acaú, fortalecidas com sua representante política, se utilizaram das ferramentas populares ao dar início às primeiras discussões em 1999, e, em união com as lideranças pernambucanas, em 2004, levaram a cabo a criação da Reserva Extrativista Acaú-Goiana em 2007.

6.6.4 O requisito da solicitação formal

No caso desta Reserva Extrativista a solicitação formal é exigência legal da Instrução Normativa nº 03 de 2007 do ICMBio. As comunidades então procederam com a realização de um abaixo-assinado.

Em Acaú surgiu o primeiro manifesto que deu início às discussões oficiais. Na época, a Associação das Marisqueiras de Acaú foi instigada, pela então primeira dama do município de Pitimbú e co-fundadora da associação, a elaborar um documento que relatasse a preocupação da comunidade sobre a devastação do mangue e das croas que mantinham a existência das famílias locais.

As assinaturas foram colhidas entre os comunitários que até esse momento não tinham pleno conhecimento e convicção sobre o que significava uma reserva extrativista. Dessa forma não se pode afirmar que havia uma consciência de grupo em relação às marisqueiras, até mesmo porque conceitos como ‘meio ambiente’ e ‘reserva extrativista’ eram abstrações que só faziam sentido no universo técnico-acadêmico.

Por sua vez, os abaixo-assinados de Pernambuco surgiram mais tarde e com outro caráter. O CPP foi o grande incentivador, e por realizar um trabalho de base com as comunidades do litoral norte de Pernambuco há um tempo, estimulou os grupos locais a experimentar uma mudança de comportamento e pensamento frente os problemas socioambientais que vinha enfrentando aquela área do estuário.

Somente a partir de 2004 pode-se considerar uma verdadeira tomada de decisão por parte das pescadoras e dos pescadores. É importante frisar que uma solicitação formal pode ser escrita, mas se fortalece na medida em que encontra legitimidade na participação. Foi o que, paulatinamente, ocorreu no decorrer do processo de criação da Resex Acaú-Goiana.

6.6.5 O parecer técnico

De acordo com os artigos 6º e 7º da Instrução Normativa nº 03 de 2007 do ICMBio⁵⁸, o parecer técnico será emitido pelo ICMBio atestando sobre a viabilidade de criação da Resex e propondo seus limites. No entanto, o parecer deve preceder estudos técnicos baseados na vistoria da área e reuniões com a comunidade envolvida. A partir da emissão deste parecer o processo administrativo de criação da Resex é formalizado.

Os estudos técnicos sobre a área de influência do estuário dos rios Goiana e Megaó foram realizados por meio de um diagnóstico socioeconômico, ambiental e biológica da região, elaborado pela equipe técnica da Universidade Federal da Paraíba, concluído no ano de 2006.

Logo no início, o estudo evidencia que as marisqueiras são essencialmente dependentes da área do estuário dos rios Goiana e Megaó, conforme foi registrado nas comunidades de Acaú, São Lourenço, Carne de Vaca e Tejucupapo. Grande parte dos questionados afirmaram que a mariscagem (associada à catação de outros moluscos e/ou crustáceos) corresponde à principal atividade econômica local, somando 44,6% dos entrevistados.

Apesar da importância da atividade da mariscagem, e desta ser exercida predominantemente por mulheres, o estudo em momento algum contemplou a perspectiva de gênero, considerando a comunidade pesqueira sempre como homogênea.

Dessa maneira o estudo não contempla, dentre outros pontos, as questões que envolvem a divisão sexual do trabalho, a participação (e suas limitações) das mulheres no associativismo e conseqüentemente nos espaços públicos e, os principais problemas enfrentados pelas marisqueiras ao exercer sua profissão.

⁵⁸ Esta fase de criação de Reserva Extrativista é prevista pelo artigo 4º do Decreto nº 4340 de 2002 que regulamenta a Lei 9.985 de 2000 que institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação.

Seguramente ao contemplar essa temática se abre uma via para melhor compreender porque a maioria da população que exerce a mariscagem está tomada pelo descrédito em relação à pesca, principalmente quanto à renda que está muito abaixo do salário mínimo nacional, o que também foi identificado pelo referido diagnóstico. E mais, a equipe técnica ao questionar à comunidade o que os motiva a exercer a pesca como profissão obtém como resposta de 66% dos entrevistados a enfática resposta de que “é por falta de opção”.

No quesito ambiental, o diagnóstico se limita a apontar os principais impactos ambientais da área, sendo pontuado o acúmulo de lixo, o lançamento de esgoto doméstico, a retirada de mata ciliar das camboas em áreas urbanas, o desmatamento, a ocupação desordenada; a pesca predatória e a carcinicultura. Somam-se a esses fatores a indústria do turismo, a especulação imobiliária, o avanço da economia açucareira e a carcinicultura.

No entanto, ficam algumas lacunas que restringem a compreensão dos principais danos que vem sofrendo aquela zona nas últimas décadas. O levantamento carece de informações e análises mais apuradas sobre as três atividades econômicas que predominam na região - agricultura, indústria e carcinicultura – e provocaram sérios danos socioambientais.

Um exemplo é o desmatamento. É possível perceber que o maior responsável por provocar o desmatamento na região (a atividade agrícola através do plantio da cana-de-açúcar) não é devidamente reconhecido como tal, mesmo havendo o reconhecimento oficial de órgãos como a Companhia Pernambucana de Recursos Hídricos (CPRH). Ao contrário, a balança pesa desigualmente para a população que é apontada como o principal fator de degradação da área. Nas considerações finais do diagnóstico é registrado o seguinte:

Um outro aspecto que merece menção é que, durante a execução deste trabalho, foi possível observar que alguns impactos negativos verificados nesta região são, paradoxalmente, inerentes à própria atividade extrativista. Como exemplo, pode ser citado o trabalho das marisqueiras, que, por extrema falta de condição financeira, utilizam, em grande medida, madeira de mangue para realizar o cozimento dos mariscos, processo necessário para realizar o debulhamento, ou seja, a retirada da carne das conchas. Considerando que a catação ocorre praticamente todos os dias, o impacto sobre a vegetação de mangue termina sendo bastante expressivo.

Não se deve considerar que uma população, por ser reconhecida como tradicional, exerce apenas práticas benéficas ao ambiente, não se trata disso, mas sim de distribuir a responsabilidade pelos danos ambientais de forma proporcional à pegada ecológica deixada por cada grupo social.

Deve ainda ser reconhecido que parte da população que realiza práticas irregulares tem feito um grande esforço para buscar alternativas que provoquem menos impacto ao ambiente, mesmo sem nenhum apoio ou orientação oficial de grupos externos à comunidade, como instituições financeiras, governamentais ou do terceiro setor. No caso das marisqueiras, que utilizam a madeira de mangue para o cozimento do marisco, muitas têm buscado outras fontes de energia, como o uso do coco seco e palha de palmeiras.

Outra lacuna do estudo técnico se refere ao “conflito ambiental mais grave que ocorre na área” (grifo nosso). Esta fase do levantamento se limita a solicitar da população que identifique “qual é o conflito”, sem apontar os danos provocados e suas conseqüências.

Ainda deve ser considerado que o estudo, ao enfocar apenas o conflito mais grave, acaba omitindo as demais atividades que provocaram e ainda provocam danos graves à área, ou seja, se perde o histórico desses danos bem como sua relação ao longo do tempo com a mortandade e/ou escassez dos diversos recursos pesqueiros incidentes na área e, por fim, como isso corroborou com a sobrepesca local.

Com os resultados do estudo técnico, foram realizadas cinco reuniões com o objetivo de apresentar à população das comunidades o diagnóstico sócio-econômico, biológico e ambiental elaborado pela equipe técnica da UFPB. Além de apresentar os dados levantados, as reuniões tinham também a obrigação legal de atender as dúvidas da população sobre a criação, implantação e gestão da resex.

As reuniões seguiam uma espécie de roteiro padronizado que sofria alterações de acordo com a especificidade de cada localidade. Como regra pode ser pontuado: 1. Narração do histórico dos contatos e da discussão sobre a criação da Resex; 2. Apresentação do diagnóstico sócio-econômico, biológico e ambiental; 3. Discussão sobre os limites geográficos da área da Resex; 4. Espaço para dirimir dúvidas e ratificar a solicitação de criação da Resex.

Sistematizando o desenrolar de cada reunião pode ser dito o seguinte:

- o 06 abr. de 2006 – Colônia de Pescadores Z10/Acaú/PB

A primeira reunião ocorreu na localidade que provocou a demanda da resex. O espaço reservado para a reunião era a colônia de pescadores que ficou pequena diante do grande número de pessoas que comparecera. Foram 173 pessoas no local, destas 92 eram mulheres, computando 53%.

Além das marisqueiras e pescadores participaram da reunião a Associação das Marisqueiras de Acaú, a Colônia de Pescadores Z10, o Grupo Acaú em Ação, técnicos da IBAMA/PB, representantes e alunos da UFPB, representantes do município de Pitumbú, a Capitania dos Portos (PB), representantes dos pescadores de Caaporã e do CPP.

Nesta reunião, as particularidades giraram em torno da efetividade do defeso, uma vez que gostariam de estender o benefício ao marisco e do questionamento da

população acerca dos limites geográficos propostos para a Resex, pois temiam que a área não contemplasse os principais locais de pesca.

Surgiram ainda denúncias realizadas pela CPP de sérios danos ambientais provocados pelas atividades econômicas desenvolvidas na área. Entretanto a questão levantada permaneceu sem um posicionamento oficial ou menção de diálogo sobre o assunto.

- o 17 abr. de 2006 – Colônia de Pescadores Z14/Baldo do Rio-Goiana/PE

Participaram da reunião 66 pessoas, sendo 23% mulheres, o que corresponde a 15 participantes. Os grupos de destaque que estiveram presentes foram a Colônia de Pescadores Z14 de Baldo do Rio, a Colônia de Pescadores Z17 de Tejucupapo, a Capitania dos Portos de Pernambuco e Paraíba, IBAMA PB e PE, CNPT e UFPB.

Para essa etapa pode ser destacado que os comunitários se pronunciaram com denúncias de degradação ambiental provocadas por grandes atividades econômicas. No entanto, mesmo com a presença de diversos técnicos, as questões levantadas sobre esse tema não foram devidamente respondidas.

A rivalidade interna entre pescadores e pescadoras de áreas diferentes também foi um ponto bastante discutido e que gera desconforto e dúvidas para a comunidade pesqueira, podendo ser considerado ainda que esta temática não foi devidamente explorada no diagnóstico da área, o que poderia prevenir futuros conflitos já existentes. Por fim, outra preocupação colocada pela população se referiu à inclusão de toda a área de mangue nos limites da Resex.

- o 17 abr. de 2006 – Associação Comunitária dos Moradores de Carne de Vaca/PE

Na comunidade que se localiza na margem oposta a Acaú presenciaram a reunião 59 participantes, dentre eles 23 eram mulheres, somando 39%. Quanto aos

órgãos foram registradas a presença da CPRH, da Capitania dos Portos da Paraíba, do IBAMA PE e PB, do CNPT e da UFPB.

Essa reunião não se afastou do mesmo foco das anteriores, a única diferença significativa notada se deveu ao fato de uma liderança comunitária ter realizado a conversa inicial com o público, ao contrário das demais reuniões onde os técnicos procediam com a abertura dos trabalhos.

- o 18 abr. de 2006 – Igreja Católica de São Lourenço/PE

Esta etapa do processo participativo contou com a presença de 67 pessoas, porém não foi possível precisar quantas mulheres estiveram na reunião bem como quais órgãos e instituições estiveram presentes de fato, uma vez que o processo administrativo se encontra desfalcado em algumas folhas.

Os temas levantados pelos presentes giraram em torno do papel que exerce – ou deve exercer - a Colônia dos Pescadores, considerando a divulgação dos direitos e deveres dos pescadores. Esteve ainda em pauta questões sobre o seguro-desemprego e o defeso, assunto recorrente em todas as reuniões.

- o 18 abr. de 2006 – Igreja Batista de Acaú/PB

Finalmente houve a realização de uma quinta reunião, que não estava prevista inicialmente, porém tornou-se necessária devido à superlotação dos comunitários na primeira reunião. Desta vez 45 pessoas estiveram presentes, sendo 28 mulheres ou 62% do total.

A organização social ficou definida pela participação da Associação das Marisqueiras de Acaú, da Colônia de Pescadores Z10 de Acaú, do Grupo Acaú em Ação, da Associação das Algueiras de Acaú, da Igreja Batista de Acaú, do IBAMA PB e PE, do CNPT e da UFPB.

A área de mangue foi o eixo central das discussões. As marisqueiras e pescadores demonstravam mais segurança ao afirmar a importância do mangue e de sua preservação, pleiteando portando sua inclusão na área protegida.

Após uma descrição geral de cada reunião é mister pontuar fatores importantes para os processos de criação de reserva extrativista.

Preliminarmente pode se considerar que as reuniões garantiram certa diversidade quanto aos grupos que participaram dos debates, embora não tenha sido identificada a presença significativa de membros do setor produtivo local. Contemplaram as reuniões líderes comunitários, representantes governamentais (das três esferas) e representantes da comunidade pesqueira, marisqueiras em sua grande maioria.

Todavia ficou claro a hierarquia existente entre técnicos e comunitários. O formato ‘mesa e platéia’ é o primeiro indicador de que há um afastamento entre os dois grupos, o que não favorece processos participativos. Em seguida temos o discurso adotado pelos técnicos que ora se aproximava de uma ‘leitura’ de manuais ou cartilhas técnicos para ensinar o pescador e a marisqueira, ao invés de trocar experiências, ora imputava a culpa pela degradação da área apenas aos comunitários.

Todos estes fatores se refletiram na baixa participação popular no debate. Foram raras as interferências da comunidade, sempre cercadas de dúvidas voltadas aos direitos trabalhistas, aos costumes da pesca e ainda a denúncias e/ou indignações que não eram contestadas, deixando uma verdadeira lacuna.

As reuniões transpareceram duas pendências em termos de bom relacionamento: comunidade x comunidade, comunidade x IBAMA. No primeiro caso foi possível identificar que algumas comunidades – como Carne de Vaca e São Lourenço, ambas em Pernambuco – não eram tão parceiras na pesca, o que pode comprometer a gestão da área. Esta constatação reafirma que a população tradicional não é homogênea, exige

interpretações diferenciadas. Esses conflitos locais não foram apontados pelo diagnóstico da área, e nas reuniões permanecem como um ponto em aberto, sem terem sido discutidas alternativas que poderiam ser adotadas para as próximas etapas da Resex.

Em relação ao binômio comunidade versus IBAMA o que foi encontrado na área não destoava do histórico das populações tradicionais. Em verdade, não há uma atmosfera de total insegurança ou descrédito ao órgão, porém se sobressai um descontentamento acerca da política ambiental que vem sendo adotada nas últimas décadas pela autarquia. As principais inquietudes se referem à conduta repressora do órgão.

Mas, o grande destaque desses espaços públicos se voltou para as pescadoras. Com uma representação forte nas reuniões, as mulheres tiveram uma participação bastante significativa nos debates, principalmente por meio das lideranças. Foi possível identificar as principais intervenções das lideranças que representavam as marisqueiras.

Essas lideranças comunitárias representavam majoritariamente a Associação das Marisqueiras de Acaú, a Colônia de Pescadores Z3 de Ponta de Pedras (abrangendo São Lourenço e Carne de Vaca), a Colônia de Pescadores Z14 de Baldo do Rio, além de organizações não governamentais locais.

Dessa forma, e adaptando ao contexto socioambiental das comunidades, foram adotados os seguintes critérios de análise da participação das pescadoras: 1. Conhecimento dos principais problemas ambientais locais; 2. Compreensão da teia de relações que afetam a transformação do ambiente, como fatores sociais, econômicos e políticos; 3. Formas de atuação em defesa do ambiente local.

Sobre o conhecimento dos principais problemas ambientais locais essas líderes, por terem suas origens e conviverem nas localidades, demonstraram uma percepção apurada dos problemas sócio-ambientais enfrentados atualmente na área:

[...] N.S.S. externou sua preocupação com a poluição e com a devastação do mangue, pois aí estaria toda a sobrevivência da comunidade, e, neste sentido, a RESEX serviria, não para proibir, mas para organizar a utilização dos recursos, sendo algo muito bom para toda a comunidade. (2002, Volume II, p. 248)

Presidente da organização não-governamental Acaú em Ação

Em relação à compreensão da teia de relações que afetam a transformação do ambiente, como fatores sociais, econômicos e políticos, ficou claro nas falas das lideranças que havia uma compreensão do quão imbricada estão as relações externas e locais e como isso afeta as mudanças na área, seja positivamente ou negativamente, como verificado na fala descrita abaixo:

A primeira comunitária a se pronunciar, L.B.D., criticou a fiscalização do IBAMA, qualificando-a como falha, pois há um problema na área do porto de Congaçari, onde o dono de um empreendimento de carcinicultura está impedindo o acesso dos pescadores de Caaporã por uma estrada ali existente. Ela acha que isso poderá dificultar a adesão de Caapora à RESEX. (2002, Volume II, p. 290)

Secretária da Associação das Marisqueiras de Acaú

Por fim, quanto às formas de atuação em defesa do ambiente local as lideranças presentes e com atuação mais expressiva no processo de criação da reserva evidenciaram estar cumprindo com seu papel “institucional”, engajadas em defender os interesses da sua categoria, cobrando aos órgãos as ações devidas para o bom funcionamento da pesca artesanal, como pode ser visto nas falas a seguir:

Novamente com a palavra, M.L.R.O. fez uma crítica ao Ibama, comentando que há alguns dias alguns pescadores tiveram o seu produto apreendido. Argumentou que falta o repasse de informações do Ibama para as colônias de pescadores e que não há um trabalho de conscientização, em suma, pediu que os pescadores fossem informados sobre as normas corretas. (2002, Volume II, p. 277)

Secretária da Colônia de Pescadores Z-3 de Ponta de Pedra.

Concordando com essas colocações V.L.M.C.L., pediu para que o IBAMA se comunique com os pescadores e suas entidades representativas de modo mais eficiente, fazendo uso de rádio, internet, ofício etc. (2002, Volume II, p. 277)

Secretária da Colônia de Pescadores Z-14 de Goiana

Além dessas observações há ainda outras condutas identificadas das lideranças, essas por sua vez apresentam o caráter de envolver a comunidade no processo e ainda a

preocupação em informar a população sobre os direitos e deveres com a resex, conforme descrito a seguir:

No entanto, M.B.A falou que, depois daquela reunião, muitas pessoas haviam comentado que achavam importante a criação da RESEX, devido às condições em que se encontra a comunidade. (2002, Volume II, p. 296)
Presidente da Associação das Marisqueiras de Acaú

6.6.6 As Consultas Públicas

As Consultas Públicas constituem um procedimento que atende a vários tipos de oitiva de interessados e não é presidida necessariamente por membro do Ministério Público, como no caso da audiência pública. Para as reservas extrativistas se torna um requisito obrigatório que solidifica o processo participativo dessa categoria de unidade de conservação.

Após quase um ano da realização das reuniões comunitárias, o IBAMA confirma então a realização das Consultas Públicas. Durante esse período, que corresponde a Abril de 2006 a Março de 2007, o referido órgão dá seguimento aos tramites burocráticos do processo administrativo. Então, em Março de 2006, foram realizadas as Consultas Públicas em Acaú e Goiana para consolidar a proposta da Resex, tendo em vista também a definição dos seus limites geográficos e eleição do nome que seria dado para tal.

No processo administrativo não constam quaisquer documentos sobre as consultas, como lista de presença ou ata, ficando todo o registro dos fatos a cargo somente do diário de campo.

As consultas foram presididas por membros do CNPT/Brasília que iniciaram os trabalhos com uma breve explanação acerca da temática reserva extrativista, considerando seu histórico e características. Posteriormente o espaço ficava reservado aos pronunciamentos dos presentes para ao final levar à votação o nome que seria dado à resex bem como a delimitação da área da UC.

Entretanto cada consulta se definiu de acordo com as características locais, como pode ser verificado em seguida:

- o 12 mar. 2007 - Consulta Pública em Acaú

No distrito de Acaú a consulta foi realizada no prédio da Igreja Católica que, por seu tamanho reduzido em comparação à quantidade de presentes, não proporcionou a todos a mesma oportunidade de gozar da reunião. Eram muitos os comunitários que se acomodaram na área externa do prédio, estes tiveram acesso às imagens do que ocorria na parte interna por meio de telão, contudo não podiam ouvir com clareza o debate, pois houve falha na transmissão do áudio.

Soma-se a isso o fato de que diversas pessoas presentes acreditavam estar em uma reunião da colônia de pescadores para discutir sobre o último defeso que, segundo alegaram, não haviam recebido até o momento o seguro-desemprego. Ao serem informados do conteúdo da reunião houve certo desinteresse em continuar no local por parte de muitos que estavam assistindo à consulta.

Mesmo com os pequenos transtornos e imprevistos, além dos comunitários – pescadoras em sua maioria – estiveram presentes representantes do poder municipal de Pitimbú, notadamente o Presidente da Câmara dos Vereadores; a Associação das Marisqueiras de Acaú; a Colônia de Pescadores Z10 de Acaú; representantes do Governo do Estado da Paraíba; IBAMA/PB e PE; UFPB, CNPT e do CPP.

A intervenção da comunidade ficou a cargo, sobretudo, das lideranças das marisqueiras que frisaram a situação de desequilíbrio ambiental da área e as atividades econômicas diretamente ligadas ao quadro, sempre se referindo ao setor sucroalcooleiro e a carcinicultura.

Enquanto as líderes explanam seus argumentos, se observa na platéia a dificuldade para se manifestar, algo já identificado e cobrado pelas próprias lideranças.

O medo é o grande entrave no diálogo, uma vez que, são diversos os relatos de pescadores e marisqueiras que sofreram algum tipo de retaliação ou ameaça por exercer seu ofício.

Nesta consulta começaram a ficar definidas quais possibilidades as comunidades teriam para fechar possíveis alianças para a futura gestão da Resex. Um exemplo disso foi a atitude do representante da Câmara Municipal de Vereadores de Pitimbú que, mesmo tendo declarado oficialmente apoio à Resex, retirou a adesão à proposta após ser informado que haveria regulamentação das atividades econômicas incidentes nos limites da Resex em desacordo com a legislação vigente.

Os arranjos de parceria para a gestão da Resex ficaram de fato determinados entre as próprias comunidades, embora existam diferenças entre os grupos, devido aos diversos interesses e à formação da recente identidade e consciência de grupo.

- o 13 mar. 2007 - Consulta Pública em Goiana

A consulta na sede do município de Goiana se realizou em um prédio amplo cedido pelo poder legislativo local. Ainda assim o número de presentes superou as expectativas e diversos pescadores e pescadoras acabaram ficando na área externa. Da mesma forma que ocorreu em Acaú, houve problemas na transmissão do som para aqueles que se encontravam fora do prédio, o que gerou extrema insatisfação dos comunitários que se deslocaram de outras localidades, como Tejucupapo, para participar da consulta.

Os grupos comunitários – dessa vez com uma presença marcante dos pescadores, apesar de algumas marisqueiras – estavam bem organizados e ao contrário do que se presenciou em Acaú havia mais concisão e convicção sobre o papel que os presentes estavam exercendo. Também estiveram presentes a Associação das

Marisqueiras de Acaú, as colônias de pescadores do litoral norte de Pernambuco, o CPP, a Assembléia Legislativa de Pernambuco, os técnicos do IBAMA PB e PE, CNPT, FUNAI, e representantes do setor sucroalcooleiro do Estado de Pernambuco.

Nesta consulta a particularidade mais notável se deveu à presença e desempenho dos empresários e advogados que representavam o setor sucroalcooleiro. Visivelmente transtornados com a possibilidade de suas atividades passarem a ser efetivamente regulamentadas, iniciaram o debate se posicionando a favor da Resex, porém exigiam uma garantia de que a zona de amortecimento não atingisse suas terras. O pedido, no entanto, foi negado e embasado nos esclarecimentos da equipe técnica, que esclareceu sobre a delimitação a posteriori da zona de amortecimento.

A consulta oportunizou que comunitários e empresários estivessem em um contexto único debatendo acerca de assuntos todavia não esclarecidos para ambas as partes: qual o limite para a exploração e como ordenar um mesmo ambiente que necessita atender a interesses diversos?

Em relação aos grupos comunitários, ambas as Consultas Públicas pontuaram aspectos relevantes para o futuro da Resex Acaú-Goiana, a serem ditos:

- Em Acaú o incentivo à formação de uma identidade de grupo é essencial para as etapas posteriores da Resex, como a formação do Conselho Deliberativo. Essa necessidade imperativa se deve ao contingente de marisqueiras na região, que não tem sido reconhecido em suas particularidades nos debates públicos.
- Em Pernambuco os grupos estão mais sólidos e articulados, inclusive por receberem um apoio mais intensivo do CPP, que tem atuado como o grande parceiro da comunidade pesqueira.

Essas distinções aparentemente pequenas entre um lado e outro da Resex têm surtido influência direta na qualidade dos espaços públicos decisórios e no poder de articulação entre as comunidades, uma vez que as comunidades estudadas demonstraram estar em diferentes níveis de organização e participação nos espaços decisórios. Como a Resex se trata de uma unidade, é imprescindível que todos os indivíduos tenham condições equitativas de intervir em seu funcionamento. Por isso essa temática necessita de mais atenção para as próximas etapas da Reserva Extrativista Acaú-Goiana.

Embora o discurso da comunidade esteja passando por um processo de amadurecimento, foi possível identificar quais as preocupações comuns para qualquer uma das comunidades envolvidas na Resex e que persistiram mesmo após a etapa semi-final de criação da UC: usineiros (envolvendo os canaviais e indústrias de beneficiamento da cana), fábrica de cimento na margem paraibana do estuário, viveiros de camarão, turismo, delimitação da zona de amortecimento, assistência técnica para a gestão da resex e disponibilização de recursos financeiros.

6.6.7 O decreto, a criação

Ao cumprir todas as etapas burocráticas exigidas por lei, em 26 de setembro de 2007 é decretada a existência jurídica da Reserva Extrativista Acaú-Goiana, com o seguinte texto:

<p><i>ISSN 1677-7042</i> Diário Oficial da União Seção 1 Nº 187, quinta-feira, 27 de setembro de 2007</p>
<p>DECRETO DE 26 DE SETEMBRO DE 2007 Cria a Reserva Extrativista Acaú-Goiana, nos Municípios de Pitimbu e Caaporã, no Estado da Paraíba, e Goiana, no Estado de Pernambuco, e dá outras providências.</p> <p>O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, inciso IV, da Constituição, e tendo em vista o disposto no art. 18 da Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, e o que consta do Processo nº 02001.000442/2002-71,</p> <p>D E C R E T A:</p>

Art. 1º Fica criada a Reserva Extrativista Acaú-Goiana, nos Municípios de Pitimbu e Caaporã, no Estado da Paraíba, e Goiana, no Estado de Pernambuco, com uma área aproximada de seis mil, seiscentos e setenta e oito hectares e trinta ares, com base cartográfica elaborada a partir das folhas SB-25-Y-C-VI-1-NE, Folha de Acaú, escala 1:25.000, e SB-25-Y-C-VI-NE, com o seguinte memorial descritivo:

[...]

§ 1º Fica excluída da área definida no **caput** deste artigo uma área aproximada de setecentos e trinta e oito hectares e dezenove ares, com base cartográfica elaborada a partir das folhas SB-25-Y-CVI- 1-NE, Folha de Acaú, SB-25-Y-C-VI-NE escala 1:25.000, com o seguinte memorial descritivo:

[...]

§ 2º A área da Reserva Extrativista Acaú-Goiana, excluída a área indicada no § 1º, é de aproximadamente seis mil, seiscentos e setenta e oito hectares e trinta ares.

Art. 2º A Reserva Extrativista Acaú-Goiana tem por objetivo proteger os meios de vida e garantir a utilização e a conservação dos recursos naturais renováveis tradicionalmente utilizados pela população extrativista das comunidades de Carne de Vaca, Povoação de São Lourenço, Tejucupapo, Baldo do Rio Goiana e Acaú e demais comunidades incidentes na área de sua abrangência.

Art. 3º As principais atividades econômicas da Reserva Extrativista Acaú-Goiana estão relacionadas à pesca e coleta de recursos estuarinos e marinhos.

Art. 4º Caberá ao Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - Instituto Chico Mendes administrar a Reserva Extrativista Acaú-Goiana, adotando as medidas necessárias para sua implantação e controle, nos termos do art. 18 da Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, providenciando o contrato de cessão de uso gratuito com a população tradicional extrativista, para efeito de sua celebração pela Secretaria do Patrimônio da União do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, e acompanhar o cumprimento das condições nele estipuladas, na forma da lei.

Art. 5º Ficam declarados de interesse social, para fins de desapropriação, na forma da Lei nº 4.132, de 10 de setembro de 1962, os imóveis rurais de legítimo domínio privado e suas benfeitorias que vierem a ser identificados nos limites da Reserva Extrativista Acaú- Goiana.

§ 1º O Instituto Chico Mendes fica autorizado a promover e executar as desapropriações de que trata o **caput** deste artigo, podendo, para efeito de imissão de posse, alegar a urgência a que se refere o art. 15 do Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941.

§ 2º A Procuradoria-Geral Federal, órgão da Advocacia-Geral da União, por intermédio de sua unidade jurídica de execução junto ao Instituto Chico Mendes, fica autorizada a promover as medidas administrativas e judiciais pertinentes, visando à declaração de nulidade de eventuais títulos de propriedade e respectivos registros imobiliários considerados irregulares, incidentes na Reserva Extrativista Acaú-Goiana.

Art. 6º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 26 de setembro de 2007; 186º da Independência e 119 º da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA

Marina Silva

Se considerarmos a época na qual iniciaram as primeiras discussões acerca da proteção da área do estuário, passaram-se oito anos para que as comunidades pudessem comemorar a existência (no papel) da Reserva Extrativista Acaú-Goiana (Figura 26).

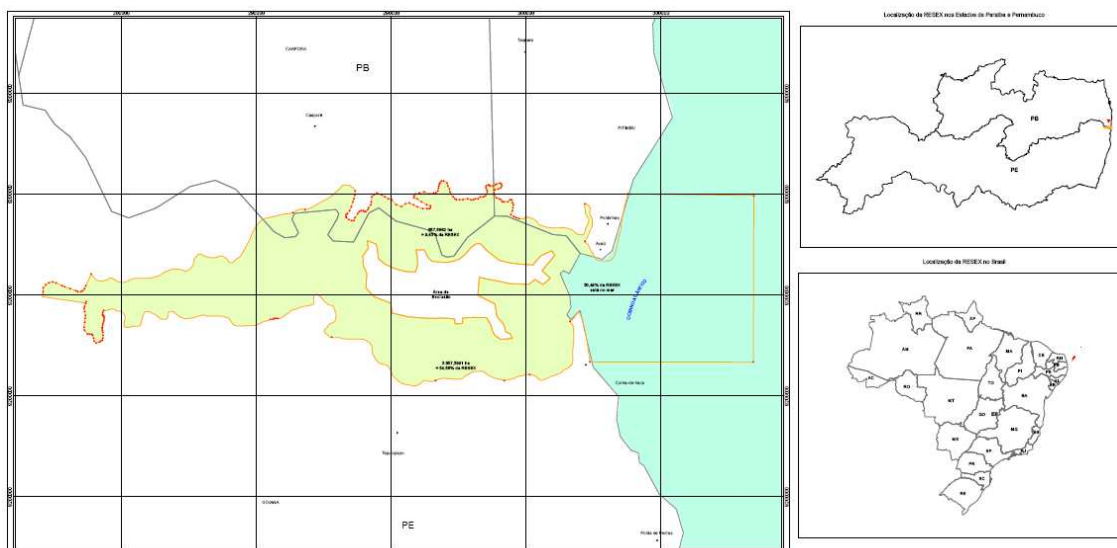


Figura 27: Mapa da Reserva Extrativista Acaú-Goiana.

Para tanto, o IBAMA/PB organizou uma reunião juntamente com as lideranças comunitárias da PB e de PE para anunciar oficialmente a chegada da Resex. Contudo a reunião havia sido programada para ocorrer na Colônia de Pescadores Z10, no distrito de Acaú, no mesmo dia e hora em que dois eventos relevantes para a localidade ocorriam, um de cunho natural e outro de cunho político. O primeiro diz respeito à maré baixa, que por si convoca as pescadoras ao trabalho. Já o segundo se caracterizou pela visita do Governador do Estado da Paraíba, que estaria em Acaú para inaugurar uma escola e uma rodovia estadual.

Essa soma de fatores provocou um evidente esvaziamento na reunião. As marisqueiras, que eram a principal razão da Resex, foram as que estiveram ausentes em maior número, deixando de testemunhar um dos momentos mais relevantes da Resex Acaú – Goiana que acabara de ser oficialmente criada.

O certo é que estavam presentes aproximadamente 50 pessoas dentre pescadores, marisqueiras e representantes da Associação das Marisqueiras de Acaú, da Colônia de Pescadores de Acaú, Presidente da Colônia de Pescadores de Pitimbú, da Associação dos Produtores de Alga da Paraíba, da Colônia de Pescadores de Ponta de Pedra, da

Articulação Estadual das Mulheres Pescadoras, Colônia de Pescadores de Atapúz, Colônia de Pescadores do Baldo do Rio, Colônia de Pescadores de Tejucupapo, do Governo do Estado da Paraíba, do IBAMA/PB.

As lideranças comunitárias foram o principal destaque. Atentas à nova etapa da Resex, as líderes da Associação das Marisqueiras, da Colônia de Pescadores de Baldo do Rio de Ponta de Pedra, decidiram estabelecer previamente um posicionamento sobre o discurso que seria apresentado naquela reunião. O consenso foi estabelecido e se sobrepôs à barganha referente à sede da Resex, que necessita de uma única localidade para se instalar.

Além disso, as lideranças enfatizaram que as pescadoras foram as responsáveis pela ‘maternidade’ da Resex, por seu protagonismo e interesse. Com isto fizeram menção aos “pais da reserva”, ou seja, políticos e líderes locais que começaram a surgir após o decreto, se posicionando como os grandes apoiadores do processo e responsáveis por seu êxito.

As lideranças se apropriaram da reunião e afirmaram ainda as prioridades que devem ser tomadas a partir desta etapa, como a regularização fundiária, a formação do Conselho Deliberativo, as linhas de financiamento, união interna para a comunidade pesqueira, definição de metas desenvolvidas pelas marisqueiras e pescadores e o defeso.

Vale ainda destacar que, por meio do representante do Governo do Estado da Paraíba, Secretário Estadual de Infra-Estrutura, foi anunciada a construção de um grande *resort* de origem estrangeira e, segundo o Secretário de Estado, a prioridade no momento seria “[...] preparar vocês (comunidade pesqueira) para o desenvolvimento”. O pronunciamento causou insatisfação por parte das lideranças que enfatizaram mais uma vez aos presentes a importância da união para que este novo empreendimento não

repita as mesmas falhas de outras atividades econômicas, outrora tão desejadas e destruidoras.

6.7 A fase do pós-criação

Durante toda a análise do processo de criação da Resex Acaú-Goiana as líderes comunitárias se destacaram por seu papel presente de concretizar a UC e não permitir que a luta feneça junto aos comunitários. Demonstraram ainda uma grande capacidade de mobilização da comunidade pesqueira, além de terem desempenhado a função de interlocutoras entre as pescadoras e pescadores e os órgãos técnicos, tornando o processo mais legítimo.

Ao mesmo tempo em que há uma força inegável das representantes, os representados ainda estão avançando na direção de um grupo uníssono e consciente da nova etapa do estuário dos rios Goiana e Megaó. Por exemplo, todas as comunidades mantêm as mesmas lideranças, não há o surgimento de novos comunitários interessados em articular a população, principalmente no caso das marisqueiras, que apesar de terem participado em número considerável nas reuniões que constituíram a Resex enfrentam diversas limitações sociais e laborais para contemplar os espaços decisórios em condições reais de participação ativa.

Ao entrevistar as marisqueiras, 80% em Acaú e 67% em Carne de Vaca afirmaram conhecer sobre a existência da Resex, conseqüência direta do nível de participação que em Acaú chegou a 73% das entrevistadas enquanto em carne de Vaca atingiu 40%. São números favoráveis que apontam o interesse dessas mulheres pelo assunto, porém não podem ser interpretados de forma dissociada dos dados sócio-econômicos que acusam onde estão as limitações para que essas mulheres exerçam seus direitos de cidadãs.

Outros fatores podem ser apontados para o quadro da participação das marisqueiras, como a falta de compreensão sobre o tema reserva extrativista e a descrença em uma política dita ‘ambiental’. As incertezas começam no próprio ponto de partida, a definição do que seria reserva extrativista, como pode ser visto a seguir na Tabela 11:

Tabela 11: Compreensão das marisqueiras sobre o tema reserva extrativista

	Área Zoneada	Área protegida para conservação	Área com proibições de algumas atividades	Não compreendeu	Não opinou	Total
Acaú	3	5	---	5	2	15
Carne de vaca	2	1	1	6	5	15
Total	5	6	1	11	7	30

Fonte: Pesquisa direta. Abril, 2008

Mesmo as lideranças, a frente de todo o processo, enfrentam algumas incertezas, visto que são muitos os interesses econômicos pela área, permanecendo em determinados momentos uma atmosfera de insegurança e descrédito. Restam dúvidas quanto à funcionalidade e eficácia da Resex e inclusive sobre a real garantia dos direitos da comunidade pesqueira.

As marisqueiras enfrentam ainda outros desafios, pois a maioria não sabe como participar nos espaços públicos decisórios da Resex sendo 67% das entrevistadas em Acaú e 87% em Carne de Vaca. Tampouco conhecem sobre direitos e deveres que podem ser gerados a partir desta etapa, o que representa 80% das entrevistadas em Acaú e 93% em Carne de Vaca.

6.7.1 O que se pode esperar para a gestão da Resex

Considerando então o cenário geral da pesca artesanal na área da Resex Acaú-Goiana, as mulheres permanecem como um grande contingente que forma a comunidade pesqueira, principalmente em Acaú, Carne de Vaca e São Lourenço.

Inegavelmente são as mulheres que predominam na atividade da mariscagem, poucos homens se envolvem em todas as etapas que compõe este trabalho. Além de estarem nas croas são elas que, mesmo com todas as variáveis contra, engrossam o público que presencia as reuniões comunitárias.

Ressalta-se que nem sempre as marisqueiras se posicionam nas reuniões formais, o que não significa que estão deixando de tecer uma rede de informações internas e passando adiante a percepção de que o ambiente estuarino, incluindo o mangue, sustenta seu trabalho e sua vida. Toda essa conjuntura contemporânea que, paulatinamente, tem adentrado nas comunidades pesqueiras, antes espaços masculinos, justifica a crescente participação das mulheres nos espaços decisórios, ainda que haja muito para se fazer.

Reforçando as expectativas para a Resex, técnicos, lideranças comunitárias e marisqueiras entrevistadas determinaram que tipo de mudança traria um *up grade* para a comunidade e para o grupo das marisqueiras, contribuindo de forma efetiva com as fases de implantação e futura gestão da área, conforme demonstra o Quadro 15.

Quadro 15: Expectativas para as próximas etapas da Resex Acaú-Goiana

	Expectativas para a comunidade	Expectativas para as marisqueiras
Técnicos	<p>Protagonismo e mobilização da comunidade pesqueira;</p> <p>Mudança de pensamento e postura que chame pra si a responsabilidade da Resex;</p> <p>Zoneamento e plano de manejo da área;</p> <p>Unificar resultados de diversas pesquisas realizadas na área e socializar com a comunidade;</p> <p>A compensação ambiental oriunda dos empreendimentos localizados no entorno da Resex;</p> <p>Reunir diversos pólos de interesses em uma mesma mesa de discussão;</p>	<p>Empoderamento e auto-estima;</p> <p>Aporte financeiro para fomentar a geração de renda;</p> <p>Capacitar as marisqueiras para aproveitar de forma adequada os empreendimentos turísticos que se instalarão no entorno da Resex;</p> <p>Aperfeiçoar as técnicas de pesca, melhorar os apetrechos e a qualidade de vida em geral;</p> <p>Estimular o associativismo;</p> <p>Cooperativismo e ações, como a cozinha comunitária;</p>
Líderes	Oportunidade de decidir sobre o destino da área;	Higienização do marisco utilizando outros equipamentos, como uma despulpadeira;

	<p>Aumento da produção pesqueira;</p> <p>Punição concreta para a degradação ambiental provocada pelas atividades econômicas do entorno da área;</p> <p>Garantir o território da comunidade pesqueira;</p> <p>Fortalecimento da luta em defesa do meio ambiente (natural e do trabalho);</p> <p>Consciência para exercer a pesca artesanal de forma a cumprir todas as determinações legais, inclusive fiscalizando as ações da própria comunidade pesqueira;</p> <p>Acesso amplo à informação;</p>	<p>Manter a forma tradicional da coleta nas croas, porém com segurança do trabalho;</p> <p>Buscar fonte alternativa para o uso da lenha no cozimento dos mariscos;</p> <p>Ampliar por meio de ações educativas o manejo adequado dos mariscos;</p> <p>O selo verde para os produtos da Resex, resignificando o trabalho das marisqueiras.</p>
Marisqueiras	<p>Das entrevistadas em Acaú 53% confiam que a Resex pode trazer melhoria na vida da população, enquanto em Carne de Vaca o percentual ficou em 40%, porém não souberam precisar que tipo de melhorias;</p>	<p>Defeso do marisco;</p> <p>Reconhecimento da profissão perante os órgãos públicos e à própria comunidade;</p> <p>Capacitação e geração de emprego e renda para que as mulheres tenham alternativas de trabalho;</p> <p>Reuniões informativas sobre os direitos das marisqueiras;</p> <p>Espaços comuns para realizar as etapas da mariscagem;</p> <p>Benefícios para a cadeia produtiva do marisco;</p>

6.7.2 IBAMA x ICMBio x COMUNIDADE

A legislação define as atribuições do IBAMA enquanto autarquia, contudo o papel institucional nem sempre coincide necessariamente com o papel que o órgão desempenha perante a sociedade em geral. Considerando a relação histórica construída entre o IBAMA e a comunidade pesqueira, na qual ora a autarquia é parceira ora é o algoz, é relevante conferir o papel do IBAMA no processo de criação da resex, bem como as impressões da comunidade sobre o referido órgão.

É importante destacar que atualmente a atribuição legal acerca das Unidades de Conservação fica a cargo do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. Porém, a Resex Acaú-Goiana, até o momento do decreto de sua criação foi uma responsabilidade institucional do IBAMA, uma vez que o ICMBio ainda era recente e não tinha infra-estrutura para assumir o processo administrativo de criação da UC. Portanto, ao analisar o papel do ICMBio será utilizado o marco temporal pós-criação da Resex.

Enquanto instituição, o IBAMA teve o papel técnico e o dever de seguir a legislação, possibilitando espaços públicos que viabilizaram a discussão sobre a Resex. O órgão cumpriu a obrigação de contemplar diversos atores políticos e sociais, zelando por um espaço de discussão plural, visto que esses requisitos foram cumpridos durante as etapas de criação da Resex Acaú-Goiana.

Enquanto política institucional, o IBAMA gerenciou o diálogo com as diferentes esferas políticas, no intuito de vencer os entraves burocráticos, econômicos e políticos, promovendo a execução das normas e diretrizes do SNUC e demais legislações associadas. Não pode ser desconsiderada a própria influência da política local, que vai desde as colônias de pescadores até as prefeituras. Também nesse aspecto o órgão atingiu um nível satisfatório de atuação.

No entanto, em um ponto não há consenso entre o discurso do IBAMA e da comunidade: a fiscalização. Para o órgão sua atuação sempre foi diligente neste sentido, agindo com eficácia e em parceria com a comunidade. Opinião contrária é externada tanto pelas lideranças, quanto pelas marisqueiras.

No caso das lideranças, as principais contestações surgiram durante a realização dos diversos espaços decisórios, nas diferentes etapas da criação da Resex. Os questionamentos se referiam a uma atuação desigual por parte do órgão quando

notificado de alguma agressão ambiental, o que quer dizer: 1. quando a denúncia partia da comunidade, se referindo às atividades econômicas na área, havia uma demora excessiva para a chegada dos técnicos; 2. o órgão agia de forma omissa a uma degradação provoca pelas indústrias, viveiros de camarão ou pelo agronegócio, porém com os pescadores atuavam algumas vezes de forma cogente e arbitrária.

Os argumentos das lideranças é o reflexo do entendimento da população de marisqueiras entrevistadas, como pode ser analisado na Tabela 12:

Tabela 12: Representação do IBAMA pela visão das marisqueiras

	Fiscaliza o pescador	Prende o pescador	Persegue pescadores e marisqueiras	Apreende o pescado	Apenas mais um órgão	Não opinou	Total
Acaú	1	1	5	2	3	3	15
Carne de vaca	1	1	9	2	1	1	15
Total	2	2	14	4	4	4	30

Fonte: Pesquisa direta. Abril, 2008

Há, contudo, uma observação a ser pontuada, visto que algumas lideranças distinguem o IBAMA em IBAMAs, ou seja, o órgão é diverso e heterogêneo, permitindo que as comunidades, por vezes, encontrem parceiros para a gestão ambiental de suas áreas.

E com o ICMBio, o que acontecerá? Essa dúvida ainda permeia principalmente por parte da população pesqueira. Em ambas as comunidades 80% das entrevistadas afirmaram não conhecer sobre a existência do ICMBio. Sopesando que este órgão será o responsável pela gestão da Resex, fica evidente que se aproxima o momento no qual a população pesqueira necessita ser ‘apresentada’ a este novo parceiro.

Mesmo não conhecendo ou tendo uma informação escassa do que seria o ICMBio e seu papel perante a comunidade, todas, lideranças e marisqueiras, se posicionam cientes do que esperam de sua administração, envolvendo basicamente dois pilares: apoio e parceria.

As marisqueiras por sua vez especificam sua pauta. As entrevistadas em Acaú e Carne de Vaca esperam uma nova relação com o novo órgão ambiental. No geral, 30% das entrevistadas esperam que o órgão traga benefícios para as marisqueiras, como capacitação e infra-estrutura, aperfeiçoando a atividade e o reconhecimento dos direitos dessas profissionais. Já 23% defendem que o novo órgão mantenha um diálogo aberto, claro e eficaz com a comunidade pesqueira. A seguir, 10% almejam que o órgão cumpra com as leis ambientais tais como foram criadas, sem preterir a comunidade pesqueira frente aos grupos econômicos. Ainda houve 7% afirmando que o ideal é que o órgão capacite as marisqueiras para exercer outras funções que não seja a pesca. Outros 7% esperam que o ICMBio atue de forma participativa com a rotina local. E por fim, 23% não opinaram.

7. CONCLUSÃO

Há uma imensa distância entre a cidadania da teoria e a cidadania da prática, aquela praticada, interpretada e reinventada diariamente por uma diversidade de indivíduos e grupos sociais. Percebemos que a mudança de cidadãos passivos para protagonistas de ações coletivas ocorre lentamente. A participação se destaca como eixo central da política ambiental democratizada, mas encontra desafios em sua prática, frutos dos vícios do Estado e também da própria sociedade.

Instaurar as práticas participativas na esfera ambiental exige mais do que a normatização de princípios e preceitos reconhecidos, significa restaurar uma cultura que cada vez mais promova a autonomia dos atores sociais e se distancie do assistencialismo e autoritarismo.

E pensando em processos participativos e autonomia política, não se pode ignorar que espaços decisórios sem equidade correspondem à exposição de interesses pela metade. As mulheres levaram um longo período até que pudessem participar de diferentes contextos sociais. As mulheres pescadoras, por exemplo, tardaram para conseguir afirmar que o mar também é seu espaço e que nele desempenham o importante papel de gestoras ambientais.

O que esta pesquisa identificou encontra respaldo na bibliografia consultada, ou seja, mulheres sufocadas por uma cultura sexista e de submissão, tanto como pescadora, pois estão vinculadas a instituições como a Colônia de Pescadores que não reconhecem a importância socioeconômica destas profissionais, tanto como mulheres, pois, no núcleo familiar, seus companheiros são os donos dos lares, dos mares e das opiniões.

Ainda que se apresente este quadro, as marisqueiras do estuário dos rios Goiana e Megaó não se omitiram quando olharam para o ambiente e se depararam com a destruição de seu *oikos* e da sua dignidade, motivando-as a exercer um papel

fundamental: diagnosticar os problemas ambientais pelo qual passava o estuário e fomentar a discussão.

Mesmo persistindo a invisibilidade social, seja na própria comunidade, seja ante os órgãos ambientais, as marisqueiras legitimaram o processo de criação da Resex Acaú-Goiana, e isso pode ser afirmado pela constante presença dessas atrizes nas diversas reuniões que constituíram a Resex, bem como pela participação valiosa de suas lideranças.

Com isso, podemos concluir o primeiro ponto: é inegável que a iniciativa da Resex surgiu da base, da inquietação de marisqueiras que conviviam diariamente com o rio, o mangue e as croas, observando cada alteração que ocorria no ambiente. E estas mudanças passaram a atingir o principal recurso que sustentava seu trabalho, o marisco. Considerando que mais da metade das marisqueiras sustentam suas famílias, mesmo com remunerações baixas, o desequilíbrio no ambiente trouxe ainda o desequilíbrio doméstico, despertando estas mulheres para exercer sua cidadania ativa.

Apesar das marisqueiras não terem iniciado esse processo com a compreensão dos fatos que pede a conveniência técnica, o papel de cidadãs ativas não pode ser invalidado, pois a mobilização social, essencial nos processos participativos, também se sustenta na rede formada por mulheres que desempenham a função fundamental de articuladoras, como no caso das lideranças que representaram o posicionamento da comunidade pesqueira em todas as instâncias.

A questão é reconhecer as contribuições que este grupo social trouxe ao processo de criação da Resex Acaú-Goiana: 1. A começar pela iniciativa, que partiu das marisqueiras; 2. O interesse no assunto, mesmo com condições socioculturais e econômicas desfavoráveis a elas; 3. A coragem de denunciar os gigantes do setor

produtivo da região que resistem para cumprir a legislação ambiental; 4. E ainda a presença, que caracterizou a diversidade de atores sociais nos espaços decisórios.

Se houve uma falha, esta pode ser atribuída ao fato de que as intervenções nestes espaços públicos decisórios se concentraram em grande parte nas mãos das lideranças locais. Contudo, esta falha deve ser compartilhada com os órgãos ambientais, pois, como condutores do processo, tinham o dever de primar por medidas que viabilizassem a atuação das mulheres, com a adoção de metodologias que proporcionam a participação equitativa nos espaços decisórios.

Quanto à Resex Acaú-Goiana, ficou evidente sua relevância, em primeiro lugar porque o ambiente ganhou importantes parceiros para a sua conservação. A decisão da comunidade local, de proteger a área, foi bastante adequada para o contexto da crescente exploração desordenada que vinha assolando o estuário dos rios Goiana e Megaó. Além deste fator, ressalta-se o cenário de participação política que a Resex trouxe à comunidade, permitindo que atores sociais e interesses tão divergentes tivessem a oportunidade de dialogar e, por fim, a Resex inseriu as mulheres nas esferas de decisão, sobre o próprio ambiente que tanto contribuem para conservar.

Por fim, cabe concluir que as mulheres marisqueiras, apesar de não terem sido devidamente reconhecidas no decorrer do processo de criação da Resex, têm nesta área protegida um importante instrumento de empoderamento que proporciona e fortalece as oportunidades de debate dando voz às ações ambientais rotineiramente desempenhadas por estas gestoras do meio ambiente.

8. REFERÊNCIAS

AGARWAL, B. The gender and environment debate: Lessons form India. **Feminist Studies**, v. 18, n. 1, 1992.

_____. Participatory exclusions, community forestry, and gender: an analysis for South Asia and a conceptual framework. **World Development**. Elsevier Science, v. 29, n. 10, p.1623-1648 ,2001.

_____. **Gender Inequality, cooperation and environmental sustainability**. 2002. Disponível em <http://www.binaagarwal.com/index.htm>. Acesso em: 13 de agosto de 2008.

AGUIAR, R. **Direito do meio ambiente e participação popular**. 3 ed. Brasília: Edições IBAMA, 2002.

AGUILAR, L.; BRICEÑO, G.; VALENCIANO, I.; CHACÓN, E. **Qui cherche trouve: élaboration de diagnostics participatifs selon une démarche soucieuse d'équité entre les sexes**. 1 ed. San José: UICN, 1999.

_____; CASTAÑEDA, I. **Sobre marinos, marinas, mares y mareas: perspectivas de género en zonas marino-costeras**. 1 ed. San José: UICN, 2000.

AGUILAR, L.; CASTAÑEDA, I.; SALAZAR, H. **En búsqueda del género perdido, equidad en áreas protegidas**. 1 ed. San José: UICN, 2002.

ALEXANDRE, A. A política que se aprende: Avaliando o processo de implementação das reservas extrativistas no Brasil à luz do ideário da etnoconservação. **Cadernos de Pesquisa Interdisciplinar em Ciências Humanas**. Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas/Doutorado, 2002.

ALVES, K. **Uma visão geral das unidades de conservação no Brasil**. In: RAMOS, A.; CAPOBIANCO, J. (Org.). **Unidades de conservação no Brasil: aspectos gerais, experiências inovadoras e nova legislação (SNUC)**. São Paulo: ISA (Documentos do ISA n. 01), 1996.

ANTUNES, P. **Direito Ambiental**. 8 ed. Rio de Janeiro: Lúmen Júris, 2005.

ARAÚJO, C. Construindo novas estratégias, buscando novos espaços políticos – as mulheres e as demandas por presença. In: MURARO, R.; PUPPIN, A. (Org.). **Mulher, Gênero e Sociedade**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, p. 82-98, 2001.

ARRUDA, R. "Populações tradicionais" e a proteção dos recursos naturais em unidades de conservação. **Ambiente e sociedade**, Campinas, n. 5, 1999.

BAQUERO, M. Cultura política participativa e desconsolidação democrática: reflexões sobre o Brasil contemporâneo. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 15, n. 4, 2001.

- BARREIRA, C.; ARAÚJO, M. Ciclo reprodutivo de anomalocardia brasileira (GMELIN, 1791) (MOLLUSCA, BIVALVIA, VENERIDAE) na praia do Canto da Barra, Fortim, Ceará, Brasil. **Boletim do Instituto de Pesca**, São Paulo, v. 1, n. 1, p 9-20, 2005.
- BRASIL. Lei nº 3.071, de 1º de janeiro de 1916, que instituiu o Código Civil Brasileiro. Brasília, 1916.
- BRASIL. Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, que institui a Política Nacional do Meio Ambiente. Brasília, 1981.
- BRASIL. Constituição Federal da República Federativa do Brasil. Brasília, 1988.
- BRASIL. Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, que instituiu o Código de Defesa do Consumidor Brasileiro. Brasília, 1990.
- BRASIL. Decreto nº 98.897, de 30 de janeiro de 1990 que dispõe sobre as reservas extrativistas. Brasília, 1990.
- BRASIL, Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999 que regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal. Brasília, 1999.
- BRASIL. Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000 que institui o Sistema Nacional de Unidade de Conservação. Brasília, 2000.
- BRASIL. Decreto nº 4.340, de 22 de agosto de 2002, que regulamenta artigos da Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza – SNUC. Brasília, 2002.
- BRASIL. Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca. **Memória: I Encontro Nacional das Trabalhadoras da Pesca e Aquicultura – Rumo à superação das desigualdades sociais**. Brasília, 2004.
- BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **Colônia de pescadores Z-15: acordos de pesca em Igarapé Miri / Colônia de pescadores Z-15**. Brasília: MMA. (Série Sistematização, vol. IV), 2006.
- BRASIL. Decreto nº 6.040, de 07 de fevereiro de 2007 que institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável Dos Povos e Comunidades Tradicionais. Brasília, 2007.
- BRASIL. Instrução Normativa nº 03, de 18 de setembro de 2007 que disciplina as diretrizes, normas e procedimentos para a criação de Unidades de Conservação Federal das Categorias de Reserva Extrativistas e Reserva de Desenvolvimento Sustentável. Brasília, 2007.
- BRITO, N. Unidades de conservação no Brasil: Intenções e resultados. In: RAMOS, A.; CAPOBIANCO, J. (Org.). **Unidades de conservação no Brasil: aspectos gerais, experiências inovadoras e nova legislação (SNUC)**. São Paulo: ISA (Documentos do ISA n. 01), 1996.

- CARDOSO, E. Da apropriação da natureza à construção de territórios pesqueiros. **GEOUSP - Espaço e Tempo**, São Paulo, n. 14, 2003.
- CASTRO, M.; ABRAMOVAY, M. **Gênero e meio ambiente**. 2 ed. Revista e ampliada. São Paulo: Cortez; Brasília: UNESCO: UNICEF, 2005.
- CENTRO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTADO DAS POPULAÇÕES TRADICIONAIS/ INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS. Processo CNPT/IBAMA de Nº. 2001.000442/02-71 – 2002. Solicitação de Criação da Reserva Extrativista Marinha: RESEX. Brasília, 2002.
- CHAMY, P. Reservas Extrativistas Marinhas como instrumento de reconhecimento do direito consuetudinário de pescadores artesanais brasileiros sobre territórios de uso comum. In: EL DÉCIMO CONGRESO BIENAL DE LA ASOCIACIÓN INTERNACIONAL PARA EL ESTUDIO DE LA PROPIEDAD COLECTIVA (IASCP), 2004, Oaxaca. Los recursos de uso común en una transición global: retos, riesgos y oportunidades, 2004.
- COLOMBARA, M. Género, ambiente y desarrollo. Desde caminos paralelos hacia la transversalidad. **Revista Geográfica Venezolana**. v. 47, n. 2, p. 157-186, 2006.
- COMPANHIA PERNAMBUCANA DE RECURSOS HÍDRICOS. **Diagnóstico sócio-ambiental litoral norte**. Recife, 2003.
- CUNHA, M. Populações tradicionais e a Convenção da Diversidade Biológica. **Revista de Estudos Avançados**, São Paulo, v. 13, n. 36, 1999.
- _____ e ALMEIDA, M. (orgs.). **Enciclopédia da floresta. O Alto Juruá: práticas e conhecimentos das populações**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- DAGNINO, E. Sociedade civil, participação e cidadania: de que estamos falando? In: MATO, D. (coord.). **Políticas de ciudadanía y sociedad civil en tiempos de globalización**. Caracas: Facultad de Ciencias Económicas y Sociales, Universidad Central de Venezuela, p. 95-110, 2004.
- DEMO, P. **Participação é conquista**. 2 ed. São Paulo: Cortez Editora, 1993.
- DIAS, T.; ROSA, R.; DAMASCENO, L. Aspectos socioeconômicos, percepção ambiental e perspectivas das mulheres marisqueiras da Reserva de Desenvolvimento Sustentável Ponta do Tubarão (Rio Grande do Norte, Brasil). **Gaia Scientia**. João Pessoa: Editora UFPB, v. 1, n. 1, p. 25-35, 2007.
- DI CIOMMO, R. Contradições da conservação. **Yemaya**, n. 21, 2006.
- DI CIOMMO, R. Pescadoras e Pescadores: a questão da equidade de gênero em uma reserva extrativista marinha. **Ambiente e Sociedade**, Campinas. v. X, p. 151-163, 2007.

- DIEGUES, A. **O mito da natureza intocada**. São Paulo: Hucitec, Núcleo de Apoio à Pesquisa sobre Populações Humanas e Áreas Úmidas Brasileiras, USP, 2000.
- _____ e ARRUDA, R. (Org.) **Saberes tradicionais e biodiversidade no Brasil**. Brasília: Ministério do Meio Ambiente; São Paulo: USP, v.4, 2001.
- FADIGAS, A. Violência contra a mulher: a importância do exercício da cidadania no combate ao crime silencioso. **Revista Ártemis**, n. 4, 2006. Disponível em: <<http://www.prodema.ufpb.br/revistaartemis/numero4/index.html>>. Acesso em 13/01/09.
- FUNARI, P. A cidade entre os romanos. In: PINSKY, J.; PINSKY, C. (Org.). **História da cidadania**. São Paulo: Contexto, 2003.
- FURRIELA, R. **Democracia, cidadania e proteção do meio ambiente**. São Paulo: Annablume: FAPESP, 2002.
- GARCIA, L. **Impacto da Via Expressa Sul sobre a Reserva Extrativista Marinha de Pirajubaé/RESEX**. Universidade Livre do Meio Ambiente, Curitiba, 1999.
- GARCIA, L. Ecofeminismo: múltiplas versões. **Revista Ártemis, Livro Digital**. Curso de Gênero e Sexualidades, Programa de Pós-Graduação em Sociologia, UFPB, 2007.
- GUARINELLO, N. Cidades-estado na Antiguidade Clássica. In: PINSKY, J.; PINSKY, C. (Org.). **História da cidadania**. Contexto. São Paulo, 2003.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Perfil dos municípios Brasileiros – meio ambiente**. 2002.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Agropecuário e Contagem Populacional**. 2007.
- JOAS, H. Interacionismo simbólico. In GIDDENS, A.; TURNER, J (Org). **Teoria Social Hoje**. São Paulo: Unesp, 1999.
- KARNAL, L. Estados Unidos, liberdade e cidadania. In: PINSKY, J.; PINSKY, C. (Org.). **História da cidadania**. São Paulo: Contexto, 2003.
- LEVIN, J. **Estatística Aplicada a ciências humanas**. São Paulo: Habra, 2. ed., 1987.
- LITTLE, P. **Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil: por uma antropologia da territorialidade**. Brasília: Departamento de Antropologia. (Série Antropologia nº 174), 2002.
- LOBÃO, R. **Cosmologias Políticas do Neocolonialismo: como uma Política Pública pode se transformar em uma Política do Ressentimento**. Brasília, DF, 2006. Originalmente apresentada como tese de doutorado, Universidade de Brasília, 2006.

- MACHADO, D. Catadoras de caranguejo e saberes tradicionais na conservação de manguezais da Amazônia brasileira. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 15, n. 2, 2007.
- MARIANO, S. O sujeito do feminismo e o pós-estruturalismo. **Revista de Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 13, n. 3, 2005.
- MARTÍNEZ, A. Género, Médio Ambiente y Acción política: um debate pendiente en la geografía actual. **Anales de Geografía de la Universidad Complutense**, n. 20, p.177-191, 2000.
- MIES, M.; SHIVA, V. **Ecofeminismo**. Lisboa: Instituto Piaget, 1 ed., 1997.
- MIRANDA, N. Remédio para indi-gestão: por uma Agenda 21 participativa. **Direito e Justiça Ambiental**, Niterói, 2002.
- MONDAINI, M. O respeito ao direito dos indivíduos. In: PINSKY, J.; PINSKY, C. (Org.). **História da cidadania**. São Paulo: Contexto, 2003.
- MORAES, M. Cidadania no feminino. In: PINSKY, J.; PINSKY, C. (Org.). **História da cidadania**. São Paulo: Contexto, 2003.
- NAYAK, N. Women's rights and fisheries development. **Samudra Report**, n. 5 e 6, 1992. Disponível em http://www.icsf.net/icsf2006/uploads/publications/samudra/pdf/english/issue_5-6/art07.pdf >. Acesso em 07 jan. 2009.
- NORGAAND, R. Valoração ambiental na busca de um futuro sustentável. In CAVALCANTI, C. **Meio ambiente, desenvolvimento sustentável e políticas públicas**. São Paulo Cortez, Recife: Fundação Joaquim Nabuco. 1999.
- ODALIA, N. A liberdade como meta coletiva. In: PINSKY, J.; PINSKY, C. (Org.). **História da cidadania**. São Paulo: Contexto, 2003.
- ODUM, E.; BARRET, G. **Fundamentos de Ecologia**. São Paulo: Thomson Pioneira, 5 ed., 2007.
- OLIVEIRA, F., GUIMARÃES, F. **Direito, Meio Ambiente e Cidadania: uma abordagem interdisciplinar**. São Paulo: Madras, 2004.
- OLIVEIRA, N. Rainha das águas, donas do mangue: um estudo do trabalho feminino no meio ambiente marinho. **Revista Brasileira de Estudos Populacionais**, Campinas, n. 10, 1993.
- OLIVIERI, A.; FLORITI, L. A construção social da questão ecológica: um questionamento do final do século. **Revista de Ciências Humanas – Centro de Filosofia e Ciências Humanas**, Florianópolis, v. 14, n. 19, 1996.

- PEDROSO-JUNIOR, N.; SATO, M. Ethnoecology and conservation in protected natural areas: incorporating local knowledge in superagui national park management. **Brazilian Journal of Biology**, v. 1, n. 65, p.117-127, 2005.
- PENUZZO M. **Comunicação nos Movimentos Populares**: A participação na construção da cidadania. Petrópolis: Vozes, 1998.
- PINSKY, C.; PEDRO, J.. Igualdade e especificidade. In: PINSKY, J.; PINSKY, C. (Org.). **História da cidadania**. São Paulo: Contexto, 2003.
- PLUMWOOD, V. **Feminism and the mastery of nature**. London: Routledge, 1993.
- PRADO, R. “Depois que entrou o Imbamba”: percepção de questões ambientais na ilha grande. In: Reunião Brasileira de Antropologia, 22, 2000, Brasília. **Anais...** Brasília, 2000.
- PULEO, A. Un repaso a las diversas corrientes del ecofeminismo - Feminismo y ecología. **El Ecologista**, n. 31, 2002.
- REBOUÇAS, G.; FILARDI, A.; VIEIRA, P. Gestão integrada e participativa da pesca artesanal: potencialidades e obstáculos no litoral do estado de Santa Catarina. **Ambiente e Sociedade**, Campinas. v. 9, n. 2, 2006.
- REVELO, L.; TAMAYO, H.; VILLALOBOS, G. **Género y manejo de recursos naturales**. 1. ed. San José: UICN : 1995.
- RICO, M. **Género, medio ambiente y sustentabilidad del desarrollo**. Santiago de Chile: Comisión económica para América latina y Caribe. (Serie mujer y desarrollo. Unidad mujer y desarrollo.),1998.
- RODRIGUES, M. Ação Civil Pública. In: DIDIER JUNIOR, F. (Org). Ações Constitucionais. Salvador: Jus Podivm, 2006.
- RODRIGUES, E.; DE PAULA, A.; ARAÚJO, C (orgs.). **Roteiros Metodológicos: Plano de manejo de uso múltiplo das reservas extrativistas federais**. Brasília: IBAMA, 2004.
- SANTILLI, J. **Socioambientalismo e novos direitos**. São Paulo: Peirópolis: Instituto Internacional de Educação no Brasil: Instituto Socioambiental, 2005.
- SANTOS, A. (org.). **Metodologias participativas: caminhos para o fortalecimento de espaços públicos socioambientais**. São Paulo: Peirópolis: IEB – Instituto Internacional de Educação no Brasil, 2005.
- SARACENO, C. A dependência construída e a interdependência negada. Estruturas de gênero da cidadania. In BONACCHI, G.; GROPPI, A. **O dilema da cidadania**. São Paulo: UNESP, 1995.
- SCHERER-WARREN, I. **Cidadania sem fronteiras**: ações coletivas na era da globalização. São Paulo: Hucitec, 1999.

- SCOTT, J. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação e Realidade**, Faculdade de Educação/UFRGS, Porto Alegre, v.6, n. 2, 1990.
- SEMERARO, G. Da sociedade de massa à sociedade civil: A concepção da subjetividade em Gramsci. **Revista Educação & Sociedade**, Campinas, ano XX, n. 66, 1999.
- SIMONIAN, L. Pescadoras de camarão: gênero, mobilização e sustentabilidade na Ilha Trambioca, Barcarena, Pará. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi**, Belém, v. 1, n. 2, p. 35-52, 2006.
- SPINK, M. J. Desvendando as teorias implícitas: uma metodologia de análise das representações sociais. In: JOVCHELOVITCH, S.; GUARESCHI, P. (Org.). **Textos em representações sociais**. 2º ed. Petrópolis: Vozes, 1995.
- STADTLER, H.; CARNEIRO, S. Pescadoras: gênero e classe numa mesma articulação. In Seminário Internacional Fazendo Gênero: Seminário Internacional Fazendo Gênero 7 - Gênero e Preconceitos, 7, 2006, Florianópolis. **Anais eletrônicos...** Florianópolis, UFSC, 2006. Disponível em: <<http://www.fazendogenero7.ufsc.br/>>. Acesso em: 13 de agosto de 2008.
- TABAK, F. **Mulheres Públicas: participação política e poder**. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2002.
- TREMBLAY, M. Women, citizenship, and representation: an introduction. **International Political Science Review**, v. 21, n. 4, p. 339-343, 2000.
- VASCONCELLOS, M.; DIEGUES, A.; SALES, R. Limites e possibilidades na gestão da pesca artesanal costeira. In COSTA, A. (Org.). **Nas redes da pesca artesanal**. 1 ed. Brasília: IBAMA: PNUD, v.1, p.15-84, 2007.
- VIEIRA, L; BREDARIOL, C. **Cidadania e política ambiental**. Rio de Janeiro: Record, 1988.